

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E FINANÇAS
MESTRADO EM ECONOMIA

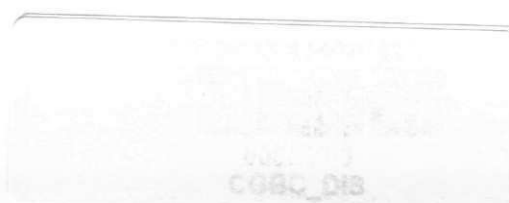
JOSENEY RODRIGUES DE QUEIROZ DANTAS
AUTORA

PROF. DR. JOSÉ BEZERRA DE ARAÚJO
ORIENTADOR

**DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO RIO GRANDE DO NORTE:
UM ESTUDO DA EVOLUÇÃO NOS ANOS 90.**

CAMPINA GRANDE – PB

2002



JOSENEY RODRIGUES DE QUEIROZ DANTAS

**DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO RIO GRANDE DO NORTE:
UM ESTUDO DA EVOLUÇÃO NOS ANOS 90**

Dissertação apresentada como requisito parcial à
conclusão do Curso de Mestrado em Economia
da Universidade Federal de Campina Grande.

Orientador: Prof. Dr. José Bezerra de Araújo

CAMPINA GRANDE

JULHO/2002



D192d Dantas, Joseney Rodrigues de Queiroz
Distribuicao de renda no Rio Grande do Norte : um estudo da evolucao nos anos 90 / Joseney Rodrigues de Queiroz Dantas. - Campina Grande, 2002.
115 f.

Dissertacao (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.

1. Distribuicao de Renda - Rio Grande do Norte 2. Crescimento Economico - Rio Grande do Norte 3. Dissertacao I. Araujo, Jose Bezerra de II. Universidade Federal de Campina Grande - Campina Grande (PB) III. Título

CDU 330.526(813.2)(043)

TERMO DE APROVAÇÃO

JOSENEY RODRIGUES DE QUEIROZ DANTAS

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO RIO GRANDE DO NORTE UM ESTUDO DA EVOLUÇÃO NOS ANOS 90

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Campina Grande, pela comissão formada pelos professores:

Orientador: Prof. Dr. José Bezerra de Araújo
Departamento de Economia e Finanças, UFPB.

Prof. Dr. Aldenôr Gomes da Silva
Departamento de Economia, UFRN

Prof. Dr. Francisco Antonio Souza
Departamento de Matemática e Estatística, UFPB.

Prof. Dr. Robério Ferreira dos Santos
Embrapa

Campina Grande,

Ao meu pai (In Memoriam) e à minha mãe.
Ao meu esposo Josenilson, com muito amor.
Aos que insistem em lutar por um País mais justo e mais feliz.

AGRADECIMENTOS

A DEUS

No qual busco forças para acreditar e lutar por meus objetivos.

AOS PROFESSORES,

Pessoas fundamentais para o alcance deste objetivo. Em especial ao Prof. José Bezerra de Araújo, meu orientador, sempre pronto a me auxiliar nos momentos oportunos.

AOS FUNCIONÁRIOS,

Por terem me atendido prontamente, sempre que necessitei.

AOS COLEGAS DO CAMEAM/UERN

Pela compreensão e estímulo que me dedicaram durante este percurso.

AOS AMIGOS

Pelo apoio que me dedicaram durante a realização deste trabalho. Em especial a Danielle, a qual juntamente com Abel, Catarina, kika e Camila me hospedaram em seu apartamento aqui em Campina Grande.

E A TODOS AQUELES QUE CONTRIBUÍRAM DIRETA OU INDIRETAMENTE PARA O ALCANCE DESTES OBJETIVOS.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	vii
LISTA DE GRÁFICOS.....	viii
LISTA DE SIGLAS.....	ix
RESUMO.....	x
ABSTRACT.....	xi
INTRODUÇÃO.....	01
1 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E DESENVOLVIMENTO.....	05
1.1 ACERCA DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA: uma síntese da concepção marxista.....	06
1.1.1 Força de Trabalho e Salários na Produção Capitalista.....	07
1.1.2 Divisão Funcional da Renda.....	13
1.1.3 Divisão Interpessoal da Renda.....	15
1.2 UMA SÍNTESE DA CONTROVÉRSIA NO BRASIL.....	19
1.3 A QUESTÃO DA RENDA NO BRASIL NOS TEMPOS RECENTES.....	28
2 A REGIÃO NORDESTE E O RIO GRANDE DO NORTE: ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS.....	37
2.1 A QUESTÃO REGIONAL	37
2.1.1 Apontamentos sobre a Formação Econômica do Nordeste e o Surgimento da Questão Regional.....	38
2.1.2 A Nova Dinâmica Regional.....	50
2.2 O RIO GRANDE DO NORTE.....	56
2.2.1 Formação Econômica do Rio Grande do Norte.....	57
2.2.2 O Perfil Sócio-econômico do Rio Grande do Norte pós SUDENE.....	67

3 CRESCIMENTO ECONÔMICO <i>VERSUS</i> DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO RIO GRANDE DO NORTE: UM ESTUDO DOS ANOS 90.....	78
3.1 UMA SÍNTESE DO CRESCIMENTO DA ECONOMIA POTIGUAR NOS ANOS 90.....	78
3.2 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO RIO GRANDE DO NORTE: uma visão do contraste.....	87
CONCLUSÕES.....	107
REFERÊNCIAS.....	111

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Evolução do Salário Mínimo 1959-1976 em Cruzeiros de 1976..	24
TABELA 2	Brasil e Nordeste: Taxas de Crescimento do PIB 1960-90.....	48
TABELA 3	Nordeste: Participação dos Estado no PIB Total 1970-90.....	49
TABELA 4	Rio Grande do Norte: Participação dos Setores Econômicos no PIB 1970-99.....	69
TABELA 5	Rio Grande do Norte: Percentual da PEA Segundo as Classes de Rendimento Mensal 1992-99.....	88
TABELA 6	Rio Grande do Norte: População Ocupada por Posição na Ocupação 1992 e 1999.....	95
TABELA 7	Rio Grande do Norte: Categoria de Emprego do Trabalho Principal na Semana de Referência Em Percentual (Anos Seleccionados).....	97
TABELA 8	Rio Grande do Norte: Rendimento Mensal do Trabalho Principal Segundo a Categoria do Emprego 1992 e 1999.....	98
TABELA 9	Rio Grande do Norte: Percentual da População Ocupada por Classe de Rendimento, Segundo os Anos de Estudo 1999.....	100
TABELA 10	BR, NE e RN: Taxa de Mortalidade Infantil 1992 e 1999 (Mil Nascidos Vivos).....	106

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO I	Rio Grande do Norte: Indigência Segundo as Zonas Homogêneas em 1990.....	74
GRÁFICO II	BR NE e RN: Crescimento Percentual do PIB 1990-1999.....	79
GRÁFICO III	Rio Grande do Norte: Pessoas de 10 Anos ou Mais Ocupadas, Segundo o Ramo de Atividade do Trabalho Principal em 1999.....	86
GRÁFICO IV	Rio Grande do Norte: Distribuição dos Rendimentos da PEA (Anos Seleccionados).....	91
GRÁFICO V	Rio Grande do Norte: Distribuição dos Rendimentos da PEA Segundo o Sexo em 1999.....	94
GRÁFICO VI	Rio Grande do Norte: Renda Média Familiar <i>Per Capita</i> , em Salários Mínimos, dos 10% e 40% Mais Pobres e dos 10% Mais Ricos em 1992 e 1999.....	102
GRÁFICO VII	Rio Grande do Norte: População Analfabeta de 15 Anos ou mais Segundo o Sexo (Anos Seleccionados).....	104
GRÁFICO VIII	Rio Grande do Norte: População Analfabeta de 15 Anos ou mais Segundo a Situação de Domicílio (Anos Seleccionados).....	105

LISTA DE SIGLAS

CNPq	Centro Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Propaganda
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
FIERN	Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte
FMI	Fundo Monetário Internacional
GTDN	Grupo de Trabalho Para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEC	Instituto de Desenvolvimento Econômico
IDEMA	Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
POTIGÁS	Companhia Potiguar de Gás
PROADI	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial
PROÁLCOOL	Programa de Incentivo ao Alcool
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro Pequenas Empresas
SUDENE	Superintendência Para o Desenvolvimento do Nordeste

RESUMO

A questão da produção e distribuição da renda é um tema envolto em grandes controvérsias cuja origem se confunde com a própria idade da economia enquanto conhecimento científico. As disparidades entre crescimento econômico e distribuição de renda, com seus conseqüentes índices de pobreza e desigualdade social estão presente na maioria dos debates atuais. O objetivo deste trabalho é analisar o processo de distribuição de renda no Estado do Rio Grande do Norte na década de 90, relacionando-o com o crescimento econômico. Para fundamentação teórico-histórica deste trabalho foram consultadas várias obras que analisam o tema em questão. A análise do objeto de estudo teve como base os dados das PNADs – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, disponíveis para os anos 90, especificamente, os dados referentes aos rendimentos da PEA – População Economicamente Ativa, e ao rendimento médio mensal familiar. Os dados referentes ao crescimento econômico mostram que a economia do Rio Grande do Norte cresceu na última década, entretanto esse crescimento se deu de forma centralizada tanto setorial como espacialmente, ou seja, ocorreu em algumas atividades da indústria e dos serviços, e foi localizado basicamente em dois pólos (Natal e Mossoró), em detrimento das outras regiões do Estado. Em relação aos rendimentos, constatou-se uma melhora no rendimento da população ocupada do Estado, entretanto, mais da metade da população economicamente ativa recebia em 1999 menos de 2 salários mínimos, enquanto apenas 9% da PEA tinha rendimentos mensais acima de 5 salários. Outro dado que mostra a persistência da desigualdade é a renda média familiar per capita, enquanto os 10% mais ricos recebiam em média 7,45 salários mínimos, os 40% mais pobres recebiam apenas 0,32, menos de 1/3 do valor do salário mínimo. Essa permanência da concentração da renda reflete-se nos indicadores sociais, o Estado terminou a década com mais de 25% da população analfabeta, o que equivale a aproximadamente 700 mil pessoas e a taxa de mortalidade infantil, apesar da redução constatada nos anos 90 ainda é bastante superior à média do país. Nesse contexto pode-se concluir que a forma de crescimento da economia potiguar nos anos 90, ao não modificar a estrutura da distribuição da renda, não trouxe benefícios correspondentes para a população trabalhadora, especialmente, para os que se encontravam nas classes de baixa renda.

ABSTRACT

Production and distribution of income has been a controversial subject which origin is confounded with the age of economy as a scientific knowledge. Disparities between both economic growth and wealth distribution, and its indexes of poverty and social inequality, are always present in most of current debates. This work aims at analyzing the wealth distribution process in Rio Grande do Norte State during the nineties, relating it to economic growth. As a theoretical framework, several works related to this theme were consulted. The analysis of the study object had, as a basis, data from National Research for Home Sample – NRHS – available to the nineties, specifically data referring to both Economically Active Population – EAP – and monthly family wages. The data referring to economic growth has shown that the economy of Rio Grande do Norte has grown during the last decade, although such a growth has been in terms of a space and a sectorial centered way, that is, it has occurred in some service and industrial activities, and were basically located in two poles – Natal and Mossoró – instead of other regions of the State. Relating to wages, an improvement in employed population performance was detected, although more of the half of economically active population used to earn less than two minimum wages, while 9% of EAP earned above 5 wages monthly. Another data that shows the persistence of inequality is the family *per capita* income average. While 10% of the richest workers earned about 7.45 minimum wages, the 40% poorest earned only 0.32 – less than 1/3 the value of the minimum wage. The continuity of such an income concentration reflects in social indexes. The State reached the end of the decade with more than 25% of the population in the illiteracy, what represents about 700,000 people. The infant mortality rate is still quite superior at the average of the country, in spite of reduction achieved in the nineties. In that context, it can be concluded that the kind economic growth of the State doesn't have brought benefits population, especially to the ones who were set in low income classes.

INTRODUÇÃO

Desde a origem da análise econômica, a questão da produção e distribuição da renda está presente nos debates. Entretanto, grande parte do esforço de teorização sobre a distribuição da renda está voltada para o que se conhece como distribuição funcional da renda, ou seja, sua distribuição entre os fatores de produção (terra, trabalho e capital), ou entre os grupos sociais detentores desses fatores.

Recentemente, tem havido um aumento do interesse pela distribuição pessoal da renda, a distribuição da renda entre os indivíduos. A elevada desigualdade salarial é um dos fenômenos que ilustra a necessidade de maior aprofundamento na análise dessa forma de distribuição.

Apesar do interesse crescente, não há uma teoria consensual para explicar a desigualdade interpessoal da renda e seus principais determinantes, haja vista a distribuição da renda não ser um aspecto isolado do processo econômico. O que existem são modelos divergentes entre si que buscam de forma diferenciada explicar as disparidades na distribuição da renda entre os indivíduos.

Dentre esses modelos destacam-se a teoria do capital humano a qual considera a remuneração individual um resultado das características pessoais dos trabalhadores e sua distribuição na economia, e o modelo de segmentação da classe trabalhadora decorrente dos avanços tecnológicos que teriam beneficiado os trabalhadores ligados ao poder decisório das firmas.¹

¹ Um dos principais defensores da teoria do capital humano foi o Carlos Geraldo LANGONI, já a teoria da segmentação do mercado de trabalho foi defendida por autores como Paul SINGER e Harry BRAVERMAN.

No Brasil, as tentativas de explicação para o aumento da desigualdade na distribuição da renda, intensificaram-se nos anos 70, quando os resultados do Censo mostravam a persistência e mesmo o aumento da concentração da renda durante a década de 60 (período de intenso crescimento econômico). Até o momento, acreditava-se que a pobreza da população era conseqüência de uma economia atrasada, o que se resolveria com o crescimento da economia do país.

As teorias que surgiram na época eram bastante divergentes, de um lado estavam os autores que associavam o aumento da concentração da renda ao próprio crescimento da economia, com base na teoria do capital humano² e, por outro lado existiam outras correntes que visavam não o crescimento em si, mas a forma como aconteceu no País, apontando suas características específicas como a concentração da propriedade, a política econômica vigente no período, etc³.

As disparidades entre crescimento econômico e distribuição da riqueza, com seus conseqüentes índices de pobreza e desigualdades sociais, serão privilegiados em nossa análise, inclusive no âmbito da teoria, no qual buscaremos entender a não correspondência entre crescimento e distribuição da riqueza.

Outro fenômeno que merece destaque neste ensaio é a região Nordeste, espaço onde se localiza nosso objeto de estudo, o Rio Grande do Norte, o qual passou por transformações econômicas, principalmente após a criação da SUDENE – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste. Vale salientar que essas mudanças não formam um tecido homogêneo, e sim um misto, composto pela permanência de velhas estruturas e pelo surgimento de novos complexos como é o caso do pólo petroquímico de Camaçari na Bahia, a

² RAMOS e REIS (2000); LEAL e WERLANG (2000); LANGONI (1973), etc.

³ BELLUZO (1978); SINGER (1978) e (1983); FISHL.OW (1978), etc.

fruticultura irrigada em Petrolina e Juazeiro e mais recentemente no Vale Açu-Mossoró – RN, etc.

Outra característica marcante da região é que essas transformações econômicas não reduziram, de forma significativa, a discrepância salarial entre as classes de rendimento. De acordo com (OLIVEIRA, 1998, p. 82), “a distribuição de renda é perversa, pois, após trinta anos de crescimento econômico quase sem interrupções, 57% dos empregados recebiam até $\frac{1}{2}$ salário mínimo”.

Este estudo limitar-se-á a analisar o Rio Grande do Norte, Estado que teve acesso ao programa de incentivos fiscais da SUDENE tardiamente - no final dos anos 60 - mas que passou por altos índices de crescimento nas três últimas décadas, e apresenta nos anos 90 uma estrutura produtiva bem diferente daquela que predominou até meados dos anos 70 e que tinha por base a agropecuária tradicional.

Nesse sentido, o objetivo geral deste trabalho é analisar o processo da distribuição da renda no Rio Grande do Norte na década de 90, relacionando-o com o crescimento econômico do estado na referida década. Tendo como objetivos específicos verificar o processo de crescimento econômico potiguar nos anos 90 e analisar a evolução da distribuição da renda no referido período.

Esta pesquisa utilizará como base para a análise os dados secundários contidos nas PNADs – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, disponíveis para os anos 90⁴, com ênfase nos dados referentes ao rendimento da PEA – População Economicamente Ativa e ao rendimento mensal familiar⁵. Sendo consultada também a literatura específica sobre os temas em pauta. Procurar-se-

⁴ Não existem PNADs para os anos de 1991 (Censo) e 1994 (não foram disponibilizados recursos)

⁵ Sabe-se das limitações existentes nas PNADs, entretanto optou-se por usá-la como base de dados devido a sua periodicidade. Sempre que se fez necessário recorreu-se a outras fontes como os Censos, por exemplo.

á interpretar os dados de forma descritivo-explicativa, procedendo-se também a uma análise crítica dos mesmos.

O trabalho está estruturado em três capítulos, além desta introdução e da conclusão. No primeiro capítulo apresenta-se a discussão teórica acerca da relação entre distribuição de renda e desenvolvimento econômico, enfocando a tendência à concentração de renda imanente ao modo de produção capitalista, tendência esta que nos parece mais acentuada nos países subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil. A seguir mostra-se a forma como ocorreu essa discussão no Brasil nos anos 70 e um resumo da distribuição de renda no período mais recente.

No segundo capítulo faz-se uma retrospectiva do surgimento da questão regional, enfatizando a evolução dos índices de crescimento econômico e da distribuição da renda no Nordeste e no Rio Grande do Norte desde a implantação da SUDENE, no intuito de compreender até que ponto, as mudanças decorrentes do crescimento da atividade econômica melhoraram ou pioraram a participação dos trabalhadores e da população em geral na renda.

No terceiro capítulo, analisa-se num primeiro momento o processo de crescimento da economia do Rio Grande do Norte nos anos 90, para posteriormente verificar a evolução da distribuição dos rendimentos no período em questão, buscando visualizar os principais determinantes dessa distribuição e se há ou não correspondência com o aumento da produção verificada no Estado.

Por último, faz-se uma compilação dos principais resultados da pesquisa no sentido de apresentar conclusões à pesquisa em pauta.

1 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E DESENVOLVIMENTO ⁶

A questão da distribuição de renda é um tema envolto em grandes controvérsias, cuja origem se confunde com a própria idade da economia enquanto conhecimento científico.

Essas controvérsias existem tanto no âmbito da teoria quanto no âmbito histórico. Ou seja, tanto a articulação lógica das categorias, quanto às relações entre padrões de desenvolvimento e distribuição de renda tem gerado explicações contraditórias.

A controvérsia no seu aspecto teórico tem início com a própria visão que se tem da realidade – uma visão de sociedade harmônica ou uma visão de sociedade contraditória. Um grande exemplo dessas diferentes visões são as teorias clássica-marxista e a marginalista.

A teoria proposta por Marx tem como base as relações sociais no momento da produção, a dicotomia controversa entre capitalistas e trabalhadores. Segundo esta teoria, o fato de ser dono da força de trabalho ou do capital era o que determinava os limites e possibilidades de cada classe no momento da distribuição. Ou seja, relações antagônicas de produção traduzem-se em relações de distribuição igualmente antagônicas. Aos detentores do capital cabe o lucro, aos trabalhadores o salário.

O pensamento marginalista que surge no final do século XIX substitui a idéia clássica de contradição pelo paradigma da harmonia. Nele, a idéia de troca supõe igualdade de condições entre os agentes envolvidos (capitalistas e

⁶ A palavra desenvolvimento tem sido usada representando vários conceitos nas ciências sociais, principalmente na economia. Apesar de termos consciência da diferença entre desenvolvimento e crescimento econômico, optamos pelo uso do termo desenvolvimento, por ser este termo utilizado pelos clássicos para designar ao mesmo tempo crescimento econômico e desenvolvimento das forças produtivas. Portanto, ao ler desenvolvimento, leia-se apenas nestes dois sentidos.

trabalhadores), ambos considerados detentores dos fatores de produção (terra, trabalho ou capital). Tais fatores são vendidos às empresas pelas famílias e, conseqüentemente, pagos de acordo com sua “contribuição” ao processo produtivo, a qual é medida pela produtividade marginal de cada fator.

Neste estudo, optamos pela abordagem da distribuição de renda sobre o prisma da teoria marxista. Ou seja, partimos da idéia do conflito distributivo, por acharmos essa forma de pensar condizente com a realidade do modo de produção capitalista, no qual estamos inseridos.

Após a apresentação teórica da distribuição da renda, trataremos da segunda controvérsia, qual seja: aquela existente entre padrões de distribuição de renda e desenvolvimento econômico. Para isso faremos uma exposição-síntese do caso brasileiro, por acreditarmos que o mesmo reflete essa relação, principalmente nas décadas de 60 e 70, um período de grande crescimento da economia brasileira. Logo após será feita uma rápida exposição da situação sócio-econômica do Brasil nas décadas de 80 e 90.

1.1 ACERCA DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA: uma visão da concepção marxista

O maior objetivo de Marx não foi elaborar uma teoria da distribuição, pois para ele a distribuição era apenas uma fase do processo global de acumulação do capital. O foco principal de sua obra, especificamente em o Capital, foi desvendar os mistérios que havia por trás das leis que regem o processo de acumulação capitalista.

A partir de sua obra e de outros autores que desenvolveram a questão da distribuição da renda recentemente, será feita uma apresentação sobre a questão

da distribuição da renda, no sentido de construir um marco teórico para o estudo que ora se pretende desenvolver.

1.1.1 Força de Trabalho e Salários na Produção Capitalista

Marx observa que em todas as organizações sociais existe o que pode ser chamado de processo de trabalho em seu sentido mais geral, qual seja: o processo através do qual os homens põem em movimento suas forças naturais a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma capaz de satisfazer suas necessidades. Seu produto é um valor de uso (Cf. MARX, 1987, p. 205).

No entanto, quando o objeto de análise é o modo capitalista de produção, o processo de trabalho adquire características específicas. O processo de trabalho é exercido de forma que além de valor de uso, o produto deve conter valor. Ou seja, o objetivo da produção não é mais a produção de valores de uso para o sujeito, mas para terceiros. Sua finalidade é a produção de valor, e, porque não dizer, mais-valor (mais-valia).⁷

Nesta forma de produção o trabalhador não é o dono dos meios de produção, ele vende sua força de trabalho para o capitalista, este sim, proprietário dos meios de produção. A força de trabalho torna-se, portanto, uma mercadoria como qualquer outra que pode ser adquirida no mercado. "No processo de circulação, capitalista e operário se defrontam apenas como vendedores de mercadorias" (MARX, 1978, p. 20).

Segundo o autor supracitado, o que distingue o trabalhador de outros vendedores de mercadorias é a forma específica da mercadoria vendida por ele,

⁷ Para uma leitura mais aprofundada, ver MARX (1987), especialmente o Cap. V.

seu valor de uso, sua capacidade de criar valor. Dessa forma, o processo de trabalho torna-se um processo para a expansão do capital.

Para que essa mercadoria (força de trabalho) esteja à disposição do capitalista são necessárias três condições básicas, como nos lembra BRAVERMAN: os trabalhadores devem ser separados dos meios de produção, só tendo acesso a eles após vender sua força de trabalho a outros; devem estar livres de quaisquer restrições legais, como servidão ou escravidão; o propósito do emprego do trabalhador passa a ser a expansão do capital pertencente ao empregador (1987, p. 54-5).

Ou sintetizando Marx, o possuidor de dinheiro tem de encontrar o trabalhador “livre” no mercado. Livre nos dois sentidos, o de dispor como uma pessoa livre de sua força de trabalho como mercadoria, e o de estar livre de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho.

Ainda de acordo com a teoria marxista, o valor de todas as mercadorias pode ser medido pela quantidade de trabalho socialmente necessário para produzi-las. O valor da força de trabalho também não foge à regra, sendo determinado pelo tempo de trabalho necessário a sua produção e reprodução. Nas palavras de MARX, “O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho reduz-se, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor”. (1987, p. 191).

A definição marxista do valor da força de trabalho pressupõe um valor mínimo necessário à produção e reprodução dos trabalhadores. Esse valor mínimo varia não apenas de acordo com as condições físicas do indivíduo, mas também historicamente.

Segundo SILVA M. G. (1999), essa suposição de diferenças no valor da força de trabalho seja entre países ou mesmo em determinados espaços de tempo, nos fornece a base para esclarecimentos sobre diferenciação salarial. Na medida que diferentes trabalhos requerem habilidades distintas, implicando em custos de reprodução da força de trabalho também distintos, a diferenciação entre os salários parece ter consistência lógica, mesmo que essa diferenciação ocorra no interior de uma empresa.

O capitalista, ao comprar a força de trabalho pelo seu valor, espera obter desta ao final do processo produtivo um valor que seja superior ao despendido na sua compra. É importante ter em mente que o trabalhador não vende o trabalho, mas sua capacidade de trabalho por um determinado período de tempo. Assim sendo, seu valor de uso não se transfere das mãos do vendedor para mãos do comprador logo após a transação de compra e venda.

O valor de uso da força de trabalho só passa a desempenhar seu papel no processo de produção propriamente dito. No processo produtivo, o trabalhador ao transformar os meios de produção, além de transferir seu valor ao produto cria um valor adicional.

Esquemáticamente, o processo de produção/valorização pode ser descrito do modo que se segue:

$$\begin{array}{l}
 \text{MP(c)} \\
 \text{D} - \text{M} \quad \quad \quad \dots \text{p} \dots \text{M}' \dots \text{D}' . \\
 \text{FT (v)}
 \end{array}$$

Onde:

D = capital dinheiro adiantado; M = mercadorias; FT força de trabalho e MP meios de produção; M' = mercadoria acrescida de valor (mais-valia) e; D' = dinheiro acrescido de valor – superior ao capital dinheiro adiantado.

Inicialmente capital-dinheiro é transformado em capital-mercadoria (meios de produção e força de trabalho). Os meios de produção constituem capitais constantes e a força de trabalho capital variável, em função da forma com que as respectivas mercadorias participam do processo de produção de valor. Enquanto o valor das matérias primas e instrumentos de trabalho são apenas transferidos ao novo produto, a força de trabalho através da incorporação de trabalho vivo cria um valor novo superior ao despendido na sua compra.

Após esta fase, ocorre o processo de produção propriamente dito, do qual surgem mercadorias com características distintas das que participaram do início do processo, portando uma magnitude de valor maior que a utilizada durante o processo (M'). A fase seguinte é a reconversão da mercadoria em dinheiro, vale ressaltar numa soma superior a que deu início a todo o processo, ou seja, retorna o capital adiantado mais um valor adicional fruto da exploração da mais-valia.⁸

Esse valor criado no processo de produção é, portanto, $v + m$ (capital variável mais valor novo). Ao capitalista enquanto personificação do capital interessa fazer com que cresça o valor e também a mais-valia, mas de forma que a taxa de crescimento da mais-valia seja superior ao aumento do capital variável.

Nas palavras de SILVA M. G. "a tendência é a de o valor da força de trabalho representar uma fração decrescente do 'valor novo' gerado no processo produtivo" (1999, p. 22).

⁸ Ver Karl MARX, *O capital*, livro 1, Cap. IV.

Haja vista, lembrando os termos utilizados por MARX, “mede-se a riqueza não pela magnitude absoluta do produto, mas pela magnitude relativa do produto excedente” (1987, p. 259).

Dessa forma, a tendência inversa também se manifesta, ou seja, à medida que o valor da força de trabalho tende a decrescer como proporção do capital total, o capital constante, leia-se meios e instrumentos de produção, tende a crescer.

Ainda de acordo com SILVA M. G. , esse movimento acontece associado a modificações no processo de trabalho acompanhadas de elevação na composição orgânica do capital e do aumento da produtividade do trabalho com o objetivo de aumentar a mais-valia relativa e, conseqüentemente, o processo de acumulação de capital.⁹

Necessário se faz enfatizar que para que haja acumulação de capital, é fundamental além da apropriação da mais-valia, sua reutilização como capital. É necessário, que a mais-valia volte ao processo na função de capital-dinheiro, transformando-se de forma permanente em capital constante e capital variável.

A divisão do capital entre c e v , é de fundamental importância para o mercado de trabalho, pois não é a magnitude do capital produtivo que determina a absorção de força de trabalho, mas as proporções que o capital constante e o capital variável representam do capital total utilizado.

Segundo Marx, não se alterando a composição do capital, a procura por força de trabalho aumenta com a acumulação. No entanto, essa não é a regra e o autor deixa claro ao analisar as modificações na composição do capital.

⁹ Para uma visão mais aprofundada da geração da mais-valia relativa ver: MARX, *O capital*, livro 1, especialmente os capítulos X e XIV.

O processo de acumulação de capital traz consigo o aumento da produtividade social do trabalho, “a mais poderosa alavanca da acumulação”.¹⁰ Esta pode ser expressa pela grandeza crescente dos meios de produção em relação à força de trabalho neles incorporada.

Como a procura de trabalho é determinada pela magnitude do capital variável, ela cai progressivamente com o aumento do capital total, ou seja, a população trabalhadora ao produzir a acumulação do capital, produz crescentemente os meios que fazem dela, nas palavras de Marx, uma população supérflua. Cria um excedente relativo de força de trabalho, que segundo o autor supracitado, é condição de existência do modo de produção capitalista. “Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital”. (MARX, 1987, p. 734).

Ainda de acordo com Marx, toda forma do movimento da indústria moderna nasce da transformação de uma parte dos trabalhadores em população supérflua, para que grandes massas estejam sempre disponíveis a serem lançadas em pontos decisivos sem prejudicar a escala de produção dos ramos já existentes. O processo de acumulação de capital, portanto atua do lado da demanda e da oferta de força de trabalho de modo a garantir a existência e expansão do capital.

Outra função deste excedente de trabalhadores é manter os salários favoráveis ao enriquecimento capitalista, pressionando os trabalhadores ativos ao trabalho excessivo e barato, tornando-se fonte de enriquecimento capitalista.

Sintetizando, os movimentos gerais dos salários se regulam pela expansão e contração do exército industrial de reserva, o qual é regulado pelas mudanças periódicas do ciclo industrial.

¹⁰ Karl MARX *Op. cit.* p. 723

É interessante observar que até o momento foi tratada a divisão da renda entre duas classes, quais sejam: a dos capitalistas e a dos trabalhadores, a chamada divisão funcional da renda. Após uma breve explanação sobre esta, proceder-se-á a uma análise da divisão da renda entre os próprios trabalhadores, a chamada divisão interpessoal da renda.

1.1.2 Divisão Funcional da Renda

Capital – lucro, terra – renda fundiária, trabalho – salário. “Esta é a fórmula trinitária em que se encerram todos os mistérios do processo social de produção” (MARX, 1991, p. 935).

É com essa fórmula que o autor citado inicia sua exposição sobre a origem e distribuição da renda no modo de produção capitalista.

No entanto, Marx deixa bem claro no decorrer do capítulo que versa sobre este tema, que essa fórmula pronta apontada pelos economistas clássicos não reflete a realidade, ou seja, não explica a verdadeira origem das rendas.

Para o mesmo, não se pode atribuir ao capital, a terra ou ao trabalho, independentes de suas formas sociais, funções de produção ou distribuição da riqueza.

Capital não é coisa, diz Marx, são os meios de produção convertidos em capital, ou seja, monopolizados por uma determinada parte da sociedade, os quais se tornam autônomos em oposição à força de trabalho viva; terra natureza orgânica em si não produz valor excedente, a fertilidade natural da terra significa apenas que certa quantidade de trabalho dá certa quantidade de produto

condicionada pela fertilidade da terra; trabalho enquanto atividade despojada de toda forma social em toda sua existência natural é puro fantasma.

Ainda segundo Marx, o processo capitalista de produção é forma historicamente determinada do processo social de produção, devendo, pois, ser tomado como tal na análise da origem e distribuição dos rendimentos.

O capital extrai dos produtores direto trabalho excedente, o trabalho excedente é representado pela mais-valia e se corporifica no produto. Esta mais-valia é dividida em lucro do capital e renda da terra. O trabalhador recebe com o nome de salário uma fração do produto na qual se corporifica o trabalho necessário para a manutenção e reprodução de sua força de trabalho.

Dessa forma, fica bem claro que a repartição supõe a existência prévia do novo valor criado, valor que é apenas trabalho social materializado em mercadoria.

Em síntese: propriedade fundiária, capital e trabalho assalariado são fontes de renda, apenas no sentido que a propriedade do capital concede ao capitalista, na forma de lucro, parte da mais-valia que ele extrai do trabalho; o monopólio da terra permite que o dono do solo aproprie-se da outra parte na forma de renda e o trabalho concede ao trabalhador a parte restante do valor ainda disponível, na forma de salário.¹¹

Apesar de não discutirmos, neste trabalho, a distribuição da renda entre capital e trabalho, essa breve descrição nos servirá de suporte para a discussão da distribuição da renda entre as pessoas.

¹¹ Para maior aprofundamento ver Karl MARX, *O capital*, livro 3, Cap. XLVIII.

1.1.3 Divisão Interpessoal da Renda

Não basta saber qual parcela do produto nacional é apropriada pelo trabalho em forma de salários ou pelo capital em forma de lucros, juros, aluguéis, entre outros. É necessário saber como a renda se divide entre as pessoas, entre os trabalhadores. É importante que se compreenda quais os mecanismos responsáveis pela determinação da renda de um indivíduo para que se possa elaborar políticas que venham a possibilitar uma redução da desigualdade na distribuição da renda.

A teoria marxista não nos fornece subsídios suficientes para essa discussão. Porém, Marx aponta diferenças entre os trabalhadores, diferenças existentes nas funções que eles realizam dentro do processo de produção capitalista.

Do ponto de vista do processo de trabalho em geral, é produtivo o trabalho que se materializa num produto; do ponto de vista do processo capitalista de produção é produtivo o trabalho que valoriza diretamente o capital, aquele que produz mais-valia para o capitalista.¹²

Isso posto, nem todos os assalariados cumprem a mesma função no processo de reprodução do capital. Ou seja, apesar de todos os trabalhadores estarem igualmente submetidos ao processo capitalista de produção, uns participam diretamente da geração de mais-valia (trabalhadores produtivos), enquanto outros estão ocupados em atividades que não criam mais-valia (trabalhadores improdutivos). "A remuneração dos trabalhadores improdutivos

¹² Esses são os termos utilizados por Karl MARX, *O capital, livro 1* (cap. VI inédito), para dar início à discussão sobre trabalho produtivo e improdutivo.

aparece como salário, mas na realidade trata-se de uma fração da mais-valia transferida da órbita da produção” (BELLUZO, 1978, p. 33).

Essa discussão no nível de abstração que se encontra não nos permite explicar a diferenciação nas remunerações pessoais. No entanto, apesar das restrições teóricas acerca da distribuição pessoal da renda, existem alguns modelos que tentam explicar as disparidades nessa forma de divisão da renda.

Dentre os vários modelos existentes vamos discutir sumariamente a chamada teoria do capital humano, a qual considera a remuneração individual um resultado das características pessoais dos trabalhadores e de sua distribuição na economia, e o modelo de segmentação da classe trabalhadora decorrente dos avanços tecnológicos que teria beneficiado os trabalhadores ligados ao poder decisório das firmas.

De acordo com a teoria do capital humano, a distribuição da renda entre as pessoas pode ser vista como determinada por um conjunto de características pessoais, sendo a desigualdade na distribuição dos rendimentos, determinada pelas taxas de retorno a esses atributos e pela distribuição deles na economia. Isso leva os defensores dessa teoria a afirmarem que os indivíduos não gastam consigo só por prazer presente, mas também em busca de retornos futuros. (Cf. RAMOS e REIS, 2000).

De acordo com LEAL e WERLANG (2000), existem várias razões para que a renda de um indivíduo aumente com o grau de instrução. Por ex. : um ano a mais de estudo propicia informações que tornam a mão-de-obra da pessoa mais valiosa. Ou seja, segundo esta teoria, um indivíduo pode ser visto como se fosse um acumulador de informações, obtidas, principalmente, por meio da instrução formal.

Portanto, a ênfase deste modelo é dada à educação. De acordo com RAMOS e REIS (2000, p. 28), “numa sociedade em que prevalecem a igualdade de oportunidades e o perfeito acesso à educação, a desigualdade de renda seria apenas o reflexo da diferença entre as preferências de seus componentes e o estágio do ciclo em que se encontram”.

Considerando-se a imperfeição do acesso à educação e da oferta de oportunidades, os defensores desta teoria argumentam que a criação de políticas que facilitassem o acesso ao sistema educacional eliminaria os descompassos entre oferta e demanda por níveis educacionais mais altos, suprimindo os ganhos extraordinários da mão-de-obra qualificada, e melhorando conseqüentemente a distribuição da renda.

Contrário a esta teoria, BELLUZZO (1978) considera que as mudanças ocorridas no mercado de trabalho, decorrentes do próprio movimento de acumulação capitalista, provocaram um aumento dos trabalhadores ligados a circulação e ao poder decisório, segmentando a distribuição da renda. Segmentação que se acentua com a concorrência oligopólica. BRAVERMAN (1987) trabalha as conseqüências desse aumento dos trabalhadores “fora”¹³ do processo de produção para a classe trabalhadora em geral, desmistificando a idéia que muitos autores querem nos passar de que a luta entre capital e trabalho não é mais o palco das contradições capitalistas.

Antes de passarmos a tratar da diferenciação da classe trabalhadora achamos interessante fazer uma pequena síntese das transformações que ocorreram no processo produtivo na fase do capital monopolista.

¹³ Grifo do autor.

Segundo BRAVERMAN (1987), a concentração de capitais sob a forma de trustes e cartéis, que teve início já em fins do século XIX, modificou a estrutura da indústria e das finanças capitalistas. Da mesma forma, a rápida colonização do mundo, as rivalidades internacionais e os conflitos armados dão forma à moderna era imperialista.

O desenvolvimento tecnológico e todo o movimento para a organização da produção em sua base moderna têm início também nas últimas décadas do século XIX, o que juntamente com a revolução técnico-científica representam a segunda faceta do capital em sua fase monopolista.

Além de uma nova tecnologia, um produto mutável enseja novos e diferentes processos de trabalho, uma nova distribuição ocupacional da população empregada e uma classe trabalhadora transformada. Utilizando os termos marxistas, o movimento de valor e o movimento de trabalho vão de mãos dadas. Ou seja, os métodos que diminuem o número de trabalhadores em relação à produção aumentada liberam trabalhadores em quantidades consideráveis.¹⁴

Essa massa liberada vai não apenas para os novos ramos de produção como também para os ramos de não produção, cuja função é a luta pela distribuição do excedente entre os vários setores da classe capitalista.¹⁵

Segundo BRAVERMAN (1987), essa liberdade de movimentação do capital sempre em busca de novas áreas de investimento reorganizou totalmente a sociedade, e ao criar uma nova distribuição do trabalho, vem transformando a estrutura ocupacional e a classe trabalhadora diariamente. Alternância esta que

¹⁴ Ver Karl MARX, *O capital*, livro I, Cap. XXIII.

¹⁵ Para BRAVERMAN, são ramos de não produção “indústrias inteiras e amplos setores das indústrias existentes cuja única função é a luta pela distribuição do excedente social entre os vários setores da classe capitalista e seus dependentes” (1987, p. 218).

cria umas poucas funções ligadas à gerência, e muitas funções burocráticas ou técnicas não especializadas.

A escala da empresa capitalista era limitada pela disposição de capital e capacidade gerencial do capitalista ou grupo de sócios. Entretanto, no período monopolista o controle gerencial recai sobre um funcionalismo gerencial, retirado quase sempre do interior da classe capitalista.

Segundo o autor supracitado, a institucionalização do capital e a atribuição do controle a uma camada da classe capitalista, corresponde a um imenso crescimento na escala de operações gerenciais.

De acordo com BACHA (1978, p. 124), a evolução da remuneração dos gerentes está desvinculada do curso dos salários dos trabalhadores e ligada aos movimentos dos lucros das empresas. Ou seja, a hierarquia existente nas empresas capitalistas é o fator fundamental para explicar a diferenciação dos salários entre os gerentes e os trabalhadores.

Este autor chega mesmo a afirmar que as forças determinantes da relação entre remuneração gerencial e salário dos trabalhadores são as mesmas que explicam a repartição da renda entre capitalistas e assalariados, cuja variável é a taxa de exploração.¹⁶

1.2 UMA SÍNTESE DA CONTROVÉRSIA NO BRASIL

O Censo de 1970 revelou a crescente concentração da renda pessoal que marcou o desenvolvimento brasileiro durante a década de 60, reacendendo o debate sobre a distribuição da renda no Brasil.

¹⁶ Ver Edmar BACHA, *Hierarquia e remuneração gerencial*, “os gerentes não são força de trabalho, haja vista sua remuneração ter origem no lucro das empresas e não no custo de reprodução da força de trabalho qualificada”, p. 133.

As tentativas de explicação do aumento da desigualdade convergiram para visões bastante diferentes. De um lado os autores que procuraram associar o aumento na desigualdade ao forte crescimento econômico que caracterizou a década de 60, com base na teoria do capital humano e, por outro lado, concentram-se análises que enfatizam não o crescimento em si, mas a forma como este se deu no Brasil, apontando para suas características específicas, tais como segmentação no mercado de trabalho, elementos da divisão funcional da renda, a política econômica vigente no período, entre outras.

Um dos principais defensores da teoria do capital humano foi LANGONI. Suas hipóteses são de que as mudanças na composição da força de trabalho sejam em seus atributos, seja na alocação setorial e regional, bem como a expansão acelerada por mão-de-obra qualificada com oferta inelástica a curto prazo teriam ampliado os diferenciais de renda entre grupos de trabalhadores, o que levou ao aumento da desigualdade. Ou seja, "o aumento da desigualdade é uma consequência inevitável do processo de desenvolvimento" (LANGONI, 1973, p. 52).

O autor enfatiza as mudanças alocativas (transferências entre setores, atividades e regiões), e qualitativas (educação, sexo, idade) na força de trabalho, que acompanham o processo de desenvolvimento econômico, como as principais causas do aumento na desigualdade de renda.

A educação, no entanto, foi a variável considerada pelo referido autor, como a mais importante para explicar a concentração de renda entre 1960 e 1970. A proposição de LANGONI é que uma melhoria no sistema educacional da força de trabalho teria contribuído para um aumento da desigualdade no período. No entanto, a continuidade da expansão do sistema educacional, ao aumentar a

oferta de mão-de-obra qualificada, reduziria as quase-rendas¹⁷ recebidas pelos mais educados.¹⁸

Ou seja, o aumento na concentração de renda seria transitório, autocorrigível em longo prazo. Atualmente sabemos que o aumento da concentração não foi transitório, o que coloca em xeque a explicação do autor com base apenas no comportamento da oferta e demanda por trabalhadores qualificados.

Vale ressaltar que o autor não menciona a existência de explicações alternativas para as causas que levaram ao aumento da desigualdade, inclusive aquelas referentes à política econômica vigente no período e, à desigual distribuição da propriedade.

De acordo com MALAN & WELLS (1978, p. 249), quando da utilização da educação como variável chave, LANGONI não leva em conta que do aumento da variância total da renda entre 1960 e 1970 explicada pela educação, 42% é relativo à desigualdade dentro do mesmo nível de escolaridade. Fenômeno que o mecanismo de oferta e demanda não é capaz de explicar.

Outras alternativas utilizadas para explicar a concentração e desigualdade da renda não vêem antagonismo entre crescimento econômico e distribuição de renda. Como será visto adiante, para alguns dos autores que se contrapõem à teoria do capital humano, o que agravou a distribuição da renda foi a forma de crescimento adotada no Brasil, a qual privilegiou a concentração de renda nas mãos de uma certa parcela da população em detrimento da maioria.

Para SINGER, a expansão do capitalismo no Brasil ocorreu às custas de

¹⁷ “O montante obtido pelo vendedor de um bem ou serviço que supera o seu custo de oportunidade quando não há possibilidade de aumentar a oferta no curto prazo”. (SANDRONI, 1999, p. 293)

¹⁸ Ver Carlos G. LANGONI, *Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil*, especialmente o cap. 8.

várias formas pré-capitalistas,¹⁹ com duas peculiaridades em relação à expansão do capitalismo na Europa: a contemporaneidade das economias capitalistas maduras e; a extensão territorial que permite à população reproduzir no interior do país formas pré-capitalistas de produção. O autor acredita que há uma conexão evidente entre o desenvolvimento do capitalismo e a repartição da renda. “o motor do desenvolvimento é a acumulação do capital e esta depende, não só, mas, sobretudo, da taxa de exploração, ou seja, da repartição do produto entre necessário e excedente” (1978, p. 75). Dada a taxa de exploração, o excedente acumulável depende da divisão entre consumo produtivo e improdutivo.

SINGER ainda leva em conta na sua análise o aspecto político. Segundo ele, a concentração da renda no Brasil acentuou-se num sistema de dominação que ditava a repartição da renda entre necessário e excedente (políticas salariais, previdenciárias, etc.) e o modo de apropriação deste excedente (políticas fiscais, de crédito, de preços, etc.). Nesse contexto, “a aceleração do desenvolvimento está condicionada ao aumento da taxa de exploração que se traduz em concentração de renda” (idem, p. 77).

Nos países desenvolvidos, os trabalhadores têm conseguido resistir ao aumento da taxa de exploração impondo ao sistema a necessidade de aceleração das inovações tecnológicas; no Brasil, a inovação tecnológica tem reproduzido camadas privilegiadas de assalariados, enquanto a grande massa de trabalhadores permanece com níveis ínfimos de consumo.

Ainda para SINGER, a forma como se deu a introdução do capitalismo na agricultura, perpetuou a concentração fundiária e expulsou muitos trabalhadores daquele que era seu habitat – o campo. Essa população excedente foi para as

¹⁹ “na agricultura predominavam formas de produção pré-capitalistas: uma espécie de servidão nas grandes propriedades e a produção simples de mercadoria na pequena exploração camponesa” SINGER (1978, p. 75).

grandes cidades. Nos anos 70, a população urbana já era maioria no Brasil. Entretanto, os novos ramos utilizavam técnicas intensivas em capital, resultando num intenso processo de concentração de capital, ao mesmo tempo em que a população migrante encontrava dificuldades para conseguir emprego.

Para o autor, essa tendência à concentração da renda só poderia ser contrabalançada pela organização autônoma dos assalariados e uma intervenção protetora do Estado nas relações de trabalho. Na década de 30 foi criada a legislação trabalhista no Brasil, no entanto, as maiores conquistas foram alcançadas nos anos 50. Com o controle militar do Estado a partir de 1964 as reivindicações trabalhistas tornaram-se mais restritas. Com o movimento operário fora do caminho, o Governo Castelo Branco instituiu uma política salarial centralizada para todo o país (...) a aplicação dessa política salarial resultou em sistemática redução dos salários reais, inclusive do mínimo (SINGER, 1986, p. 30-31).

Em 1968, quando a economia voltou a crescer, os setores que mais se expandiram foram aqueles que empregavam técnicas sofisticadas, requerendo, portanto, mão-de-obra especializada. Esses novos assalariados auferiam remunerações altas, reajustadas de acordo com o lucro das empresas e não pelas diretrizes da política salarial, o que aumentou a desigualdade pessoal da renda.

A evolução do salário mínimo entre 1959 e 1976, editada por BRUM, mostra a corrosão do salário oficial na década de 60 e primeira metade da década de 70.

TABELA 1 – EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO 1959-1976, EM CRUZEIROS DE 1976

ANO	SALÁRIO MÍNIMO REAL	ÍNDICE DE SALÁRIO REAL
Janeiro de 1959	1.753,29	100
Janeiro de 1960	1.204,03	69
Janeiro de 1961	1.475,00	85
Janeiro de 1962	1.406,35	81
Janeiro de 1963	1.304,35	75
Janeiro de 1964	724,14	42
Janeiro de 1965	840,00	48
Janeiro de 1966	849,42	49
Janeiro de 1967	744,02	43
Janeiro de 1968	737,88	43
Janeiro de 1969	732,62	42
Janeiro de 1970	724,91	42
Janeiro de 1971	723,90	42
Janeiro de 1972	690,96	40
Janeiro de 1973	681,37	39
Janeiro de 1974	623,63	36
Janeiro de 1975	600,35	35
Janeiro de 1976	532,80	34

FONTES: BRUM, 1995, p. 160.

Ao contrário da maioria dos economistas da época, SINGER, não via a escassez de oferta de mão-de-obra qualificada, nem o nível de escolaridade como os principais determinantes da desigualdade na repartição da renda. Para o autor, o custo da reprodução do trabalho contém elementos políticos e sociais, decorrentes do grau de organização das várias categorias profissionais e das instituições que regem o mercado de trabalho, além dos determinantes estritamente econômicos.

Essa correlação (escassez ou abundância de mão-de-obra – salários) existe em qualquer economia, o que não significa que o desnível entre salários seja semelhante em todos os países [...] a escolaridade por si só não é capaz de explicar os desníveis de salários [...] a estratificação educacional reflete a estratificação social e econômica (SINGER, 1978, p. 95).

Segundo o autor supracitado, é a seleção social no sistema escolar que explica, em parte, a elevada diferença da remuneração entre profissionais que tem curso superior e trabalhadores pouco qualificados. Compartilha dessa opinião FISHLOW. "O próprio sistema educacional brasileiro, (...) assegura a manutenção da estrutura existente, racionando a diplomação não apenas em favor dos já afluentes, mas também, predominantemente, em favor daqueles com pais educados" (1978, p. 180-1).

Para este último, além de todo esse embricamento que envolve o acesso ao sistema educacional, a taxa de educação e a idade explicam menos de um terço da variação nas rendas individuais.

Ainda de acordo com SINGER, o ponto de vista de que a educação é o principal fator de diferenciação da remuneração do trabalho tem seu fundamento na teoria marginalista da repartição, segundo a qual a remuneração dos fatores de produção se dá de acordo com sua produtividade. Para o autor essa suposição é falsa, haja vista não ter sentido considerar a produtividade de um engenheiro ou um operário isoladamente. O cálculo econômico que o empregador poderia fazer seria: dado o valor adicionado por uma nova linha de produção, a soma de remunerações que posso pagar para que me sobre uma margem conveniente de lucro é tanto. Nessa soma incluem-se os salários dos engenheiros, programadores, supervisores, operários qualificados, semiquilificados etc.

Se for levado em conta, que a remuneração dos operários já está de certa forma prefixada, por fatores como salário mínimo e contratos de trabalho, entre outros, a remuneração dos profissionais de nível mais elevado que não é condicionada a esses fatores tende a ser inversamente proporcional à dos operários.

Nesse contexto, o autor conclui que o tamanho do desnível salarial é função de dois fatores: da produtividade do trabalho em conjunto, da qual deriva o limite global da folha de pagamentos e, da remuneração dos operários que constituem a maior parte dos trabalhadores, remuneração esta determinada principalmente por fatores institucionais.

Partindo do pressuposto que a remuneração dos trabalhadores semiqualeificados é determinada em última instância por fatores políticos, SINGER afirma que a política salarial adotada no Brasil tem contribuído para a desigualdade na distribuição da renda, ao impedir que a remuneração da grande maioria dos assalariados acompanhe o aumento da produtividade. "De 1960 em diante, o salário mínimo deixou de acompanhar o PIB ²⁰ per capita; seu valor relativo caiu de 2,1 vezes o PIB per capita em 1960 para 1,6 vezes em 1964 e para 1 em 1970" (1986, p. 32).

Outro autor que vê a política econômica, em específico a política salarial, como agravante da desigualdade na distribuição de renda no decênio 1960-70 é o Hoffmann. Conforme ele, a compressão salarial foi uma das principais causas do aumento da concentração de renda no Brasil, tendo o salário mínimo real diminuído neste espaço de tempo.²¹

Esse processo foi agravado ainda pelo aumento da diferença entre os salários médios de operários e empregados administrativos. Saliencia HOFFMANN

a remuneração de parte dos empregados, particularmente dos executivos das empresas, é estabelecida por forças sociais que regulam o nível de renda das classes dominantes, e não em função da oferta e demanda de mão-de-obra. (...), esses empregados administrativos foram beneficiados pelo processo de concentração da renda e do poder econômico que teve lugar no Brasil. (1978, p. 110).

²⁰ Produto Interno Bruto dividido pela população.

²¹ Edmar BACHA em seu artigo, *Hierarquia e remuneração gerencial*, também vê a política salarial e a ação sindical como fatores determinantes do curso dos salários. "a política salarial traduziu-se, no período, na fixação do salário mínimo (...) e na proibição à ação reivindicatória fora dos Tribunais do Trabalho" (1978, p. 152).

BACHA também acredita que o aumento da desigualdade na distribuição da renda ocorrida no Brasil nos anos 60 pode ser mais bem explicado pela hierarquia do que pela maior ou menor qualificação dos trabalhadores. Haja vista a remuneração dos gerentes ser vinculada ao movimento dos lucros e não à evolução dos salários dos trabalhadores. "o fator fundamental na determinação da estrutura dos salários será a posição na escala hierárquica e não na qualificação individual".(1978, p. 135).

A distribuição da posse da terra também é tida como um dos fatores determinantes da desigualdade, tendo-se em conta que esta ainda é bem concentrada no nosso país. Ou seja, o processo de concentração ocorrida no período 1960-70 deu-se a partir de um padrão de distribuição já bastante concentrado. (Cf. HOFFMANN, 1978, p. 114)

Dessa forma, o desenvolvimento urbano-industrial ao invés de livrar a maioria da população das desigualdades vigentes no campo, adaptou-se a elas dando maior coerência ao sistema.

No que se refere à relação crescimento econômico distribuição de renda, o autor supracitado enfatiza dois pontos: o padrão da distribuição de renda condiciona a estrutura produtiva e; o grau de concentração da renda está relacionado com a capacidade de poupar e investir. Em suma, a concentração da renda favorece a demanda de bens de consumo duráveis e de bens luxuosos em detrimento dos produtos característicos do consumo da maior parte da população de baixa renda.

Dessa forma, para HOFFMANN, uma distribuição mais igualitária da renda exigiria grandes modificações na estrutura de produção, haja vista esta ter sido

organizada em função de uma demanda condicionada por alto grau de concentração.²²

Para FISHLOW (1978), a estabilização teve maior parcela de responsabilidade que o crescimento no aumento da desigualdade. No período 1964-67 com a restrição dos salários através de políticas econômicas, a desigualdade teria aumentado com maior intensidade que no restante da década.

Conseqüência do crescimento ou da estagnação, o fato é que todos os autores pesquisados concordam que houve um aumento significativo da desigualdade na distribuição da renda entre os indivíduos na década de 60, apesar de alguns acharem que esse fenômeno é passageiro e outros considerarem fruto da própria forma de capitalismo implantada no Brasil.

1.3 A QUESTÃO DA RENDA NO BRASIL NOS TEMPOS RECENTES

A despeito de o discurso oficial afirmar que o aumento na concentração da renda ocorrido na década de sessenta era transitório e autocorrigível, uma rápida verificação dos censos de 1980 e 1991 mostra que ela persiste e até se agrava, principalmente a partir da crise de 1979.

O debate sobre distribuição de renda ao longo das décadas de 70 e 80 divide-se entre aqueles que procuram compreender as razões da persistência das desigualdades relativas da renda e da pobreza absoluta e os que suspeitam ter havido uma melhoria no nível de vida da população em geral, principalmente na década de 70.

²² Para maiores esclarecimentos, ver Rodolfo HOFFMAN, *Tendências da distribuição da renda no Brasil e suas relações com o desenvolvimento econômico*, 1978, p. 120.

De acordo com VELLOSO (1991, p. 13), na década de 70 a renda per capita teve um aumento de 80%, sem que houvesse uma piora na distribuição, ou seja, houve ganhos reais em todas as faixas de distribuição de renda. Já nos anos 80, a estagnação da renda per capita trouxe nova deterioração na distribuição da renda, além de aumentar a quantidade de famílias pobres.

Quando da verificação de índices de concentração, encontra-se uma deterioração da distribuição da renda, inclusive na década de 70. O índice de concentração de Gini dos indivíduos com rendimento passa de 0,497 em 1960, para 0,565 em 1970 e 0,590 em 1980.²³

No período 1967-80 o PIB (Produto Interno Bruto) cresce em média 8,9% a.a., mas piora a distribuição da renda pessoal e deteriora-se o nível de vida nas áreas urbanas, agravando a questão social. Segundo CANO (2000, p. 192), a política econômica do período consiste em dar tudo ao capital e nada ao trabalho, fato que pode ser conferido com a análise das políticas salariais do período, bem como das várias formas de incentivos e subsídios ao capital.²⁴

Inclusive o discurso oficial do período era que a correção dos desequilíbrios sociais não se faria pela redistribuição da renda, e sim pela continuidade prolongada do alto crescimento econômico, sendo essa decisão um dos pilares para a consolidação do processo de abertura política. (Cf. CANO, 2000, p. 191).

Vejamos alguns dados econômicos e sociais do período.²⁵

²³ Dados extraídos de BONELLI & SEDLACEK (2000).

²⁴ Para melhor conhecimento da política salarial no período Ver BACHA, op. cit. e SABOIA, *Política salarial e distribuição de renda: 25 anos de desencontros*. Para a questão de incentivos e subsídios ver além do próprio CANO (1998), OLIVEIRA (1993) e ARAÚJO (1984 e 1995).

²⁵ Quando não citados especificamente, os dados aqui utilizados estão em CANO 2000, cap. 3.

O crescimento da economia brasileira durante o período 1970-80 fez com que o emprego total crescesse à média de 2,5%, com um aumento da participação feminina e do setor informal. Houve durante o período um aumento do salário real na indústria de transformação (47%), no entanto este aumento ficou bem abaixo dos ganhos de produtividade, os quais atingiram 94%, o que provocou a queda na participação dos salários no VTI – Valor da Transformação Industrial (23,1% para 17,7%). Vale salientar que durante essa década ocorreram alterações na estrutura do emprego, com aumento relativo das funções hierárquicas, o que segundo alguns autores²⁶ provoca distorções na distribuição pessoal da renda.

Outro fator que demonstra o baixo crescimento dos rendimentos do trabalho foi o aumento real do salário mínimo legal, apenas 13,9% quando o PIB médio per capita cresceu no mesmo período 81%. Lembrando-se que em 1970 65,2% das pessoas com remuneração recebiam até dois salários mínimos, percentual que caiu para 50,7% em 1980, confirma-se a importância do salário mínimo na definição da estrutura salarial, bem como na distribuição pessoal da renda.

Por outro lado cai nessa década a quantidade dos domicílios que se encontravam abaixo da linha de pobreza (49% para 39%), graças a alterações na política salarial no final dos anos 70. Essa queda percentual da chamada pobreza absoluta leva muitos autores a proclamarem a década de 70 como um período de crescimento com a renda mais bem distribuída.²⁷

²⁶ Para o caso brasileiro ver BACHIA, op. cit.

²⁷ Entre os autores que têm esse ponto de vista destacamos ALBUQUERQUE & VILLELA, *"o padrão de desenvolvimento dos anos 70 caracterizou-se pelo dinamismo socialmente convergente (crescimento da produção acompanhado por redução das desigualdades regionais, dos desníveis urbano-rurais, das desigualdades interpessoais de renda e da pobreza."* (1991, p. 23)

No entanto, os dados referentes à distribuição da renda entre pessoas com rendimento, apresentam uma piora na distribuição também na década de 70. “Os 40% mais pobres da população, que em 1960 receberam 11,6% da renda e em 1970, apenas 10%, em 1980 receberiam 9,8%” (CANO, 2000, p. 205).

Alguns índices sociais conseguem uma pequena melhora, entre eles destacamos a mortalidade infantil e a taxa de analfabetismo, apesar de continuarem muito alta em relação não apenas aos países desenvolvidos, mas inclusive aos demais países da América Latina.

A melhora, mesmo que restrita, ocorrida nos indicadores sociais nos anos 70 não se mantêm na década de 80, caracterizada pela “estagnação socialmente truncada”.²⁸ De acordo com CANO (2000, p. 220), durante a década de 80, o PIB cresceu à média anual de 2,2%, caindo em termos per capita, o consumo cresceu abaixo da média e o investimento se reduziu em 14%.

Com o declínio do dinamismo econômico, os indicadores de rendimento caem significativamente. O salário mínimo perde no período 1980-89, 28% do seu valor real e a pesquisa feita pelo DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Propaganda, estima que o rendimento médio declinou em 17,5% entre 1985 e 1989 para as pessoas ocupadas e 26,1% para as assalariadas (Cf. CANO, 2000, p. 226).

De acordo com SINGER (1986), o arrocho salarial fez parte da política recessiva posta em prática a partir de 1981, intensificando-se em 1983 quando do acordo com o FMI - Fundo Monetário Internacional.

²⁸ Esses foram os termos utilizados por ALBUQUERQUE & VILHELA para evidenciar a queda na produção seguida do aumento da desigualdade na distribuição da renda e do agravamento da pobreza, fatos que marcaram a referida década.

Neste período cai o rendimento domiciliar per capita, 13,8% entre 1980-88, bem como se eleva a incidência de pobreza - 19,9% em 1980 para 26,2% em 1988. Também as medidas relativas da desigualdade agravam-se nos anos 80, enquanto os 5% mais ricos elevam sua participação de 36,3% para 36,6% da renda, os 40% mais pobres vêem sua parte declinar de 7,5% para 7,2% (Cf. ALBUQUERQUE & VILLELA, 1991, p. 48-49).

Nesse período, a discussão centra-se muito mais no estudo da pobreza absoluta do que na análise das desigualdades relativas, seja no sentido de medi-la, indagar sobre suas causas ou tentar combatê-la. Segundo os autores supracitados, o marco divisório passa a ser o que separa os pobres dos não-pobres e a preocupação com o atendimento das necessidades básicas da população considerada pobre.

De acordo com TOLOSA (1991, p. 105), o Brasil inicia a década de 90 com 45 milhões de pessoas em condições de pobreza absoluta, ou seja, são 11 milhões de famílias que auferem rendimentos abaixo do que se considera o suficiente para proporcionar um padrão mínimo de bem-estar. Isso significa que na década de 80 houve um agravamento dos indicadores de sociais. Recrudescimento esse que se destacou na região Nordeste e nas áreas urbanas, principalmente as metropolitanas.

Para o autor acima citado, houve uma preocupação com as questões de curto prazo, os chamados problemas conjunturais, no decorrer dos anos 80, em detrimento das questões sociais. Esse negligenciamento resultou no acúmulo de efeitos perversos à distribuição da renda culminando no aumento da população pobre.

Observando-se a evolução dos 1% mais ricos e dos 50% mais pobres de

1960 a 1989, tem-se a dimensão do aumento da concentração da renda durante todo o período. A participação dos 1% mais ricos, no Brasil, foi evoluindo de 11,9% em 1960, para 14,7% em 1970, 14,9% em 1980, 14,3% em 1985 e 16,18% em 1989. Enquanto os 50% mais pobres tiveram uma participação na renda, respectivamente, de 17,4%, 14,9%, 14,2%, 13,1% e 10,9%.²⁹

Esses dados não deixam dúvidas em relação à persistência da má distribuição da renda no Brasil, contrapondo-se ao pensamento dominante na década de 60, o qual via os desequilíbrios na distribuição como passageiros, bem como ao entusiasmo referente aos anos 70, o qual afirmava existir uma tendência à redução nas disparidades de renda. O que ocorre nos anos 80 é o recrudescimento da desigualdade.

Essa piora do perfil distributivo foi consequência da estaginflação, uma mistura de estagnação econômica com altas taxas de inflação (Cf. CARDOSO JR., 1999, p. 4).

Divergindo das previsões otimistas, a década de 90 começa com graves problemas políticos e não consegue retomar o crescimento econômico, estagnado desde o final da década de 70.

O PIB, um dos principais indicadores do dinamismo da economia, cresceu anualmente, em média, apenas 1,9% entre 1989 e 1998 (abaixo do verificado na chamada década perdida) a taxa de inversão como porcentagem do PIB também foi baixa durante toda a década, 19,9% no período 1990-93 e 21,6% no período 1994-97 (Cf. CANO, 2000. p. 266).

²⁹ Os dados, com exceção do ano de 1989, foram extraídos de Eduardo M. SUPLIICY, *Da distribuição da renda e dos direitos à cidadania*, p. 14. Para o ano de 1989 foi utilizado BONELLI & SEDLACEK, *op. cit.* p. 67.

Em decorrência do parco crescimento da economia, bem como da reestruturação produtiva, adotada indiscriminadamente pelo país na última década,³⁰ a taxa de desemprego aberta calculada pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, aumentou nas regiões metropolitanas de 3,4% em 1989 para 5,1% em 1994 e 7,6% em março de 1999. Os índices de desemprego são mais graves se observados segundo as taxas do DIEESE 6,5 % em 1989, 8,9% em 1994 e 13,4% em abril de 1999. Passamos da 11ª colocação mundial em desemprego em 1989 (1,9 milhão de desempregados) para a 4ª colocação com 6,6 milhões (idem p. 277-78).

Além da queda na quantidade de pessoas empregadas, ocorreu um aumento na precarização do emprego. Entre 1990 e 1997 perderam o emprego formal 1,9 milhão de pessoas na indústria de 0,5 milhão nos serviços. Nas regiões metropolitanas a relação assalariada com registro/ PEA - População Economicamente Ativa, caiu de 0,62 em 1989 para 0,51 em 1994 e 0,46 em 1998 (idem p. 279).

Ainda de acordo com CANO, a relação rendimentos dos empregados/PIB cai de 0,453 em 1990 para 0,382 em 1997, enquanto a da renda dos autônomos cai no mesmo período de 0,069 para 0,057. Quanto ao salário mínimo, o de 1991-93 foi 9% mais baixo que o de maio de 1989, e a partir do Plano Real ele tem sido 28% menor (ostentando ainda o título de menor salário mínimo desde que foi instituído).

A distribuição pessoal da renda apresentou pequena melhora entre 1989-90 e 1995-97: os 20% mais pobres passam de 2%/2,4% a 3,3%; os 20% seguintes, de 4,9% para 5,5%; os 20% mais ricos, de 69%/66,1% para 64,1%. No

³⁰ Segundo Jorge MATTOSO, *O Brasil desempregado*, p. 26-36, a forma como foi adotada a reestruturação produtiva no Brasil, transformou-a em desestruturação produtiva.

entanto, continua sendo pior que as décadas anteriores: os 20% mais pobres em 1970 recebiam 3,4%, os 40% mais pobres 10% e os 20% mais ricos recebiam 61,9% (menos que hoje), no entanto é difícil aceitar que houve melhora na distribuição da renda haja vista o próprio governo divulgar que a renda dos 10% mais ricos é cerca de trinta vezes maior que a dos 40% mais pobres. O salário mínimo de 1994, quando comparado com o de 1989 apresenta uma queda de 28,7% (idem, p. 279-81).

Tão grave quanto essa constatação é o governo insistir nas políticas assistenciais tentando transferir-lhes renda sem enfrentar, por exemplo, a reforma agrária, como se fosse possível atender com essas políticas os 40% ou 66 milhões de brasileiros.

Verificando os indicadores sociais, constata-se sinais inequívocos de piora da situação social no país: a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais apesar de baixar de 19,7% para 14,7% revela a persistência de 23,7 milhões de pessoas nesse estado número maior que em 1989; a taxa de mortalidade infantil caiu de 51,2% em 1989 para 37,5% em 1996, mas ainda é a 22^a entre 29 informantes da região; a esperança de vida subiu pouco de 65,4 anos em 1989 para 67,7 em 1996 (idem, p. 282).

Entre 1990-97 a fração dos que nada recebem passa de 8,4% para 13,7% e a dos que recebiam até dois salários mínimos caiu de 49,3% para 46,2%. De acordo com o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), a pobreza atinge atualmente 57 milhões de brasileiros – 35% da população –, muito acima da quantidade de pobres, já considerada grande, que persistia nos anos 80.

Apesar desse quadro, o Governo continua acatando as recomendações dos órgãos internacionais e lançando-se nas políticas compensatórias, as

chamadas políticas de solidariedade, as quais tem pelo menos duas falhas: não representam solução duradoura, ao não interferirem na distribuição da riqueza e, por terem cortes populacionais e/ou municipais não dão conta sequer dos problemas de saúde e educação.

Esse breve comentário sobre as relações entre crescimento econômico e distribuição de renda, evidencia que apenas altas taxas de crescimento não asseguram uma sociedade mais igualitária. No entanto a experiência dos anos 80 e 90 demonstrou que sem crescimento o quadro agrava-se ainda mais.

Aos desníveis apontados na economia brasileira como um todo, acrescentam-se os regionais. No item a seguir, faremos uma breve síntese das disparidades regionais, especificamente o caso da região Nordeste, espaço onde se localiza o Estado do Rio Grande do Norte, nosso objeto de estudo.

2 A REGIÃO NORDESTE E O RIO GRANDE DO NORTE: ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS.

Neste capítulo serão feitas algumas considerações sobre a região Nordeste, local onde está inserido o Rio Grande do Norte, bem como ao referido Estado.

Nesse sentido, será abordada inicialmente a formação da economia nordestina, e porque não dizer, do próprio Nordeste enquanto região, mostrando as várias etapas de seu desenvolvimento, inclusive o fortalecimento da assim chamada questão regional, cujo auge se dá com a criação do GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, o qual dá origem à SUDENE – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste.

Essa instituição promoveu mudanças significativas na economia e na própria sociedade nordestina, não obstante as desigualdades regionais e sociais persistem até hoje. Nesse contexto, será feita uma breve discussão dos atuais problemas regionais.

Um outro item trata de um retrospecto da formação econômica do Estado do Rio Grande do Norte, objeto deste estudo, enfatizando a estrutura produtiva e as relações de produção que perduraram até o início do século XX. Logo após, serão discutidas as mudanças ocorridas ao longo desse século, especialmente após a SUDENE, as quais fincaram as bases para as novas estruturas produtivas vigentes no Estado.

2.1 A QUESTÃO REGIONAL

O estudo voltado para os problemas regionais não é uma coisa recente,

entretanto, assim como os problemas, a análise vem adquirindo novas formas no período recente. Iniciaremos, portanto com um breve relato sobre o surgimento da questão regional, e logo após trataremos dos contornos que tem se apresentado no período mais recente.

2.1.1 Apontamentos sobre a Formação Econômica do Nordeste e o Surgimento da Questão Regional

A preocupação com a questão regional no Brasil acentua-se em meados do século XX. Segundo CANO (1998, p. 19), a conscientização da problemática regional foi aprofundada pela pressão decorrente das secas. Daí o surgimento do DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - em 1945³¹.

Essa fase da política governamental de combate às secas caracterizou o papel do estado na região há mais de um século. De caráter assistencialista, foi ao longo do tempo desviada de seu objetivo principal – combater as secas – para se transformar em instrumento de consolidação dos latifúndios da pecuária existentes na região. Nesse sentido, apesar das transferências federais serem altas, o trabalhador não tinha seu nível de renda garantido sequer em períodos de expansão de mercado, como foi o caso do açúcar no início da década de 60 (Cf. MOREIRA, 1979, p. 46-48).

Outro fator que desencadeou as pressões regionais foi o agravamento dos desequilíbrios regionais. A evasão de recursos econômicos fez com fosse sentida a necessidade de uma nova política para o Nordeste. No marco político, a necessidade de uma política regional inseria-se no próprio movimento populista e

³¹ O DNOCS nasceu sob a denominação do IFOCS - Inspeção Federal de Obras Contra as Secas - na primeira década desse Século no ano de 1909 (OLIVEIRA, 1993, p. 50).

desenvolvimentista vigente no plano nacional, principalmente na segunda metade da década de 1950.

Antes de adentrarmos no estudo das políticas regionais e da própria SUDENE, faremos um breve histórico do surgimento propriamente dito da questão regional e do próprio Nordeste enquanto região. Existe uma grande variedade de obras que tratam da temática, mas, para não nos alongarmos muito, enfatizaremos alguns trabalhos que privilegiam os aspectos político-econômicos, além de citarmos uma obra de caráter subjetivo.

Para FURTADO (1995), as características do atual Nordeste brasileiro começaram a ser moldadas no longo período que compreende desde o último quartel do século XVII ao começo do século XX - época do lento processo de decadência da economia açucareira. Segundo o autor, a forma puramente extensiva dos dois sistemas - açucareiro e criatório - permitiu graças à abundância de terras, a expansão da pecuária mesmo durante a queda na exportação do açúcar, entretanto essa redução da renda monetária no setor pecuário fez com que o sistema criatório involuisse em economia de subsistência, levando a um processo de atrofiamento da renda real per capita de sua população. "Esse atrofiamento constituiu o processo mesmo de formação do que no século XIX viria a ser o sistema econômico do Nordeste brasileiro, cujas características persistem até hoje" (FURTADO, 1995, p. 63).³²

Basicamente no mesmo sentido vem o pensamento de CANO (1983), segundo o qual, o período de decadência da produção açucareira e a conseqüente transformação da pecuária em economia de subsistência, somada a extrema concentração da propriedade e da renda não permitiram mudanças

³² Para um maior detalhamento, ver Celso FURTADO. *Formação econômica do Brasil*. 1995. Especialmente Caps. X e XI.

qualitativas nas relações de produção, mesmo com a passagem para o trabalho livre. A cultura do algodão também não provocou modificações significativas nas relações de produção na região. Esses fatores fizeram com que o Nordeste ingressasse no século XX e, posteriormente, no processo de integração nacional, em condições adversas. Segundo o autor,

as mudanças nas relações de produção pouco se alteram qualitativamente, perpetuando, portanto, a baixa eficiência, a baixa produtividade e os reduzidíssimos salários, rigidificando-se, assim, não somente a estrutura, mas também a própria dinâmica de bens de consumo simples, de bens de luxo e, principalmente, de bens de produção (CANO, 1983, p. 97).

Se levarmos em conta que desde 1850 o café - enraizado no Centro-Sul - era a principal atividade econômica do país, inicialmente em bases escravistas, mas posteriormente em bases capitalistas, cuja dinâmica vai possibilitar o surgimento de uma agricultura produtora de alimentos e uma indústria, mesmo que incipiente (como afirmam alguns autores), podemos constatar a diferença entre a dinâmica da economia neste espaço e naquela região.

Para OLIVEIRA (1993, p. 32-3), o Nordeste como região passa a ser reconhecível a partir de meados do Século XIX. No entanto há na história regional e nacional vários "nordestes": no período colonial havia um Nordeste açucareiro no local onde hoje se localizam os Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas; nos espaços que hoje correspondem ao Ceará e Piauí as atividades tinham pouca importância para a economia colonial; os espaços onde hoje se localizam Sergipe e Bahia não eram considerados Nordeste; e o Maranhão não tinha ligação com os demais Estados citados.

Durante o século XIX vai surgir o que o autor supracitado chama de outro Nordeste - algodoeiro-pecuário. Essas novas configurações estão marcadas pela constituição de outra região, a região do café. Nas palavras de OLIVEIRA (1993, p. 35), "Enquanto o Nordeste 'açucareiro' semiburguês tinha sua expansão

cortada pela simbiose dialética da constituição de outra 'região' com o capital internacional, um outro Nordeste emerge gradualmente, submetido e reiterado pelas mesmas leis de determinação de sua relação com o capital internacional; o Nordeste 'algodoeiro-pecuário' ".

Em uma outra linha de pensamento, ALBUQUERQUE JR propõe que não se considere a produção de uma região e de seus habitantes apenas no âmbito econômico e político, mas enquanto um espaço social e afetivo que vem se formando durante muitas décadas, a partir de vários discursos que lhe atribuíram características físicas, morais, culturais, simbólicas e até "sexualizantes". Afirma o autor

O Nordeste não é recortado só como unidade econômica, política ou geográfica, mas, primordialmente, como um campo de estudos e produção cultural, baseado numa pseudo-unidade cultural, geográfica e étnica. O Nordeste nasce onde se encontram poder e linguagem, onde se dá a produção imagética e textual da espacialização das relações de poder.[...] Estas linguagens não apenas representam o real, mas instituem reais. Os discursos não se enunciam, a partir de um espaço objetivamente determinado do exterior, são eles próprios que inscrevem seus espaços, que os produzem e os pressupõem para se legitimarem (1999, p. 23).

Diante do exposto, percebe-se que os autores em sua maioria vêem a formação da região Nordeste como um processo histórico no qual os fatores econômicos, políticos, sociais e inclusive subjetivos se entrelaçam, resultando na unidade, embora não homogênea, da hoje conhecida como região problema - o Nordeste.

Sem negar a importância de outras dimensões, nossa investigação será restrita apenas ao caráter sócio-econômico e político da formação da região Nordeste. No entanto, sempre que necessário discutiremos outros aspectos como pontos de apoio para melhor compreensão do eixo central da pesquisa.

Segundo CANO (1998, p. 51-55), a economia nordestina baseada na produção açucareira vinha em crise desde fins do Século XVII, o que somado a

estrutura fundiária e a conseqüente concentração de renda não permitiram o desenvolvimento das relações de produção em bases capitalistas após o fim do tráfico de escravos.

Na região do café, especificamente em São Paulo, ocorre o contrário. A precariedade das relações escravistas somada ao estrangulamento financeiro afetou negativamente a produção cafeeira na região do Rio de Janeiro, no entanto o capital comercial transformou-se implantando indústrias têxteis naquele local. Simultaneamente ocorria a expansão do café em São Paulo, já com base na mão-de-obra assalariada - migrantes em sua maioria.

As crises do café que ocorreram durante o período 1897/1908 permitiram que surgisse uma agricultura produtora de alimentos, criando condições para uma diversificação na aplicação dos recursos oriundos do café. De acordo com o autor supracitado, parte dos lucros dos fazendeiros teve outro destino mais rentável, na forma de inversões em ferrovias, bancos, indústrias e comércio, etc. Ou seja, o capital cafeeiro adquiria outras faces.

Essa diversificação da produção/inversão não ocorreu no Nordeste. Nesta região a queda nas exportações do açúcar e posteriormente do algodão provocaram a decadência da economia, e apesar destes produtos terem suas vendas aumentadas no mercado interno, não houve um aproveitamento dos estímulos, ou os estímulos foram insuficientes para uma dinamização de sua produção. Desenvolvimento que não ocorreu devido a própria estrutura tradicional dessas culturas e também a débil transição para o sistema assalariado nesta região.

Nesse contexto, quando se acentua o processo de integração do mercado nacional, pode se distinguir duas regiões com características diversas: uma com a

economia diversificada, inclusive uma indústria em crescimento; e outra praticamente estagnada reproduzindo relações arcaicas de produção.

Para se ter uma idéia do que foi o processo de integração nacional, até meados da década de 20 o comércio inter-regional era cerca de 1/3 do mercado externo dos Estados e regiões. No pós-guerra essa cifra passou a 50% (Cf. CANO, 1998, p. 149).

O padrão de acumulação vigente antes de 1930 permitia alto coeficiente de importações, bem como a formação de várias indústrias no país. No entanto, desde 1907 a indústria paulista já procurava novos mercados, aproveitando principalmente o período da 1ª Guerra para expandir suas vendas a outros estados e regiões.

Segundo CANO, a década de 20 foi de grandes transformações econômicas, políticas e sociais, constituindo a transição para o surgimento de uma formação industrial mais ampla. O autor afirma

O Estado brasileiro também passava por reformulações em sua forma de atuar e nas pressões que sofria.[...] Para a economia de SP, uma outra transformação estava se processando e constituiria importante papel em seu desenvolvimento: a da agricultura.[...] esse setor já apresentava o maior nível tecnológico agrícola do país em 1920, o que lhe conferia excelentes pré-condições para futura expansão diversificada.[...] Ainda é também durante a década de 20 que se ampliam consideravelmente os movimentos sociais, culminando na Revolução de outubro de 1930 (1998, p. 153-54).

O autor chega mesmo a afirmar que a crise internacional de 1929 apenas reforçou o processo que vinha em marcha, qual seja: a ruptura e transformação do processo de acumulação.

Durante o período 1929/33 ocorre a mudança no padrão de acumulação e a indústria passa a ser o principal determinante da economia. No entanto, as exportações continuam necessárias, haja vista a manutenção do poder de compra para a importação de bens de capital para a expansão da indústria,

principalmente até meados da década de 50, o chamado período da industrialização restringida.

A crise da década de 20 acirrou a competição inter-regional. Como foi visto anteriormente a região de São Paulo contava com a maior e mais diversificada indústria nacional, além de ter avançado no setor agrícola. O desempenho econômico do resto do país não era satisfatório e a indústria periférica não tinha condições de renovação qualitativa.

Nesse contexto, com a quebra das barreiras tarifárias entre outros aspectos do processo de integração nacional, a indústria sediada em São Paulo foi a mais beneficiada, a vencedora da competição. Por outro lado, isso não implica dizer que as indústrias sediadas em outras localidades tivessem estagnado, pois aumentou o grau de complementaridade destas indústrias em relação a São Paulo, agora o centro dominante.

De acordo com CANO (1998, p. 184-85) vários efeitos foram propagados a partir do centro, durante a chamada industrialização restringida (1930-1954). À época predominaram os de estímulo e alguns de bloqueio. Graças aos altos custos de transporte e a não conversão dos lucros em aumento da capacidade produtiva, a indústria periférica manteve-se produzindo durante as décadas de 40 e 50.

No entanto, com a implantação da indústria pesada na década de 50 os efeitos de destruição foram acentuados. “A partir da industrialização pesada, acelerar-se-ia a destruição de unidades produtivas, via encerramento, em grande parte com sucateamento de máquinas altamente obsoletas, em setores produtores de bens de consumo não durável, com destaque para o têxtil” (CANO, 1995, p. 191).

A destruição ocorre principalmente no Nordeste, o que segundo o autor citado, decorre das resistências que esta região apresentou às transformações necessárias ao desenvolvimento capitalista. Entre tais resistências, são emblemáticos: a arcaica estrutura fundiária e o predomínio do capital mercantil na região.

Para OLIVEIRA (1993, p. 75-76), a expansão capitalista comandada por São Paulo “destrói” as economias regionais para concentrar e utiliza o excedente destas regiões para centralizar o capital. Movimento que se acentua com a quebra das barreiras tarifárias inter-regionais e a expansão do sistema de transportes. No entanto, essa “destruição” é apenas uma das formas de expansão do sistema em escala nacional.

Segundo o mesmo, não há uma estagnação das economias regionais, há apenas um ajustamento às novas formas de crescimento do capital. O aumento das disparidades é por sua vez o resultado do movimento diferenciado de acumulação no Centro-Sul e no Nordeste. Destarte, OLIVEIRA alerta que esse movimento não é puramente econômico. A captura do Estado pela nova coligação de forças deve ser levada em conta

O processo de integração alterou as bases de acumulação nas regiões periféricas ao aumentar o grau de complementaridade e de urbanização. Os investimentos na indústria pesada aumentaram a concentração industrial em São Paulo e passaram a exigir maior complementaridade industrial e agrícola das outras regiões. Integração que deve ser pensada como um momento do processo de nacionalização do capital.

Esse processo de nacionalização já vinha em andamento, com a integração dos mercados e a redução da autonomia dos estados no pós 1930.

Com a intensificação das migrações no pós-guerra criando uma população para a nação, “restava, para completar a ‘nacionalização’ do capital, submeter o próprio capital das outras ‘regiões’ às leis de reprodução e às suas formas, que passavam a ser predominantes na ‘região’ que assumiu o controle do processo de industrialização” (OLIVEIRA, 1993, p. 77).

Essa submissão do capital regional foi facilitada, pelo que CANO chama de forma mais avançada de dominação do mercado nacional: “aquela que se manifestava via acumulação de capital”. (1998, p. 241). Essa nova forma de dominação teve no chamado planejamento regional seu facilitador através dos subsídios às inversões privadas que se direcionassem para a periferia, explicitando os limites e possibilidades do planejamento no modo de produção capitalista.

De acordo com OLIVEIRA (1993, p. 23-24) o planejamento numa economia capitalista é determinado pelo caráter das relações de produção, portanto, não pode dissolver as contradições inerentes ao sistema, não sendo nada mais que uma forma de racionalização da reprodução ampliada do capital. Todavia, pode, como fez no Nordeste, mudar a forma da mais-valia. Nesta região o Estado transformava uma parte da mais-valia - os impostos, fazendo-os retornar em forma de capital à burguesia.

Nesse sentido, o autor pensa o surgimento da SUDENE a partir da necessidade de uma divisão regional do trabalho para ampliar o processo de acumulação capitalista nacional, em sua etapa monopolista. Bem ao contrário do que era preconizado nos discursos oficiais, e mesmo nos relatórios do GTDN, segundo os quais o objetivo da SUDENE, entre outros, seria criar um centro de

industrialização autônoma no Nordeste, única saída para o atraso e para a redução das desigualdades persistentes nesta região.³³

Realmente a SUDENE, através dos incentivos fiscais possibilitou a implantação de indústrias em vários locais do Nordeste. No entanto, longe de ser autônomas estas eram complementares e subordinadas ao capital sediado no Centro-Sul. Assim é que até a década de 70, 50% do total dos investimentos incentivados eram oriundos de São Paulo, e apenas 10% da própria região (CANO, 1995, p. 242). Outros dados que comprovam essa situação é o mercado dessas novas indústrias, com 54% das vendas fora da região, 44% para o Sudeste, e 10% para o mercado internacional (ARAÚJO, 1995, p. 142).

Essa transferência de capitais das regiões mais industrializadas para as demais foi o que GUIMARÃES NETO (1995, p. 14) chamou de integração produtiva em contraposição a integração que ocorrera no pós-30 – esta, uma articulação comercial. Esse tipo de integração ocorrido na órbita produtiva foi facilitado, para não dizer induzido, pelas várias formas de atuação do Estado e pela riqueza de recursos naturais, estes últimos em menor grau.

Os dados da economia nordestina no chamado período pós-SUDENE demonstram um crescimento do produto na economia nordestina, em termos percentuais, superior ao crescimento da economia brasileira. “De 1960 a 1988, a economia nordestina suplantou a taxa de crescimento média do país em cerca de 10% [...]. No total entre 1960 e 1990 o PIB do Nordeste passou de US\$ 8,6 bilhões para US\$ 50 bilhões” (ARAÚJO, 1995, p. 127-28).

³³ A industrialização transformou-se no eixo da política, mas sem as reformas estruturais nem a complementaridade do setor agrícola e do mercado regional. Por outro lado, situava-se dentro do novo modelo nacional consolidando-se com base na concentração da renda e na diversificação do consumo (Cf. MOREIRA, 1979, p. 63)

As taxas de crescimento percentuais do PIB do Brasil e da região Nordeste entre 1960 e 1990, podem ser mais bem visualizadas na tabela abaixo:

**TABELA 2 – BRASIL E NORDESTE: TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB
1960-90 (em percentagem)**

PERÍODOS	BRASIL	NORDESTE
1960-70	6,1	6,0
1970-80	8,7	8,7
1980-90	1,6	4,0

FONTE: IBGE/SUDENE apud ARAÚJO, 1995, p. 293.

Apesar do crescimento registrado nas últimas décadas, as disparidades sociais acentuaram-se, principalmente se comparadas ao padrão de vida da população das outras regiões, ou mesmo à média nacional. De acordo com ARAÚJO (1995, p. 148), 29% da população brasileira mora na região Nordeste. No entanto esta região possui 55% dos analfabetos do país; 55% dos indigentes; 45% das famílias pobres; e 50% das pessoas com consumo calórico muito baixo.

Vários autores também mostram que os níveis de concentração da renda no Nordeste são superiores à média nacional. Uma simples análise das PNADs comprova os altos níveis de disparidades interpessoais de renda. A razão obtida entre o rendimento dos 10% mais ricos e os 40% mais pobres no Nordeste é 26, ou seja, os 10% mais ricos recebem 26 vezes o rendimento dos 40% mais pobres, bem acima da média nacional 22,8 e do Sudeste 19,6 (Cf. IBGE, 1996).

Como já foi comentado anteriormente, o Nordeste não é nem foi uma região homogênea, daí autores como Francisco de Oliveira e Tânia B. Araújo, na

maioria das vezes se referirem a "Nordestes". A própria SUDENE, através da indústria incentivada, privilegiou alguns locais considerados mais dinâmicos em detrimento do restante da região.

Os dados referentes à participação do PIB dos Estados no PIB total da região Nordeste, e sua evolução ao longo das décadas de 1970 e 1980, confirmam essa disparidade intra-regional.

**TABELA 3 - NORDESTE: PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS NO PIB TOTAL
1970-90 (em %)**

ESTADOS	1970	1975	1980	1985	1990
MARANHÃO	6,3	6,1	6,8	6,5	8,5
PIAUI	3,2	3,3	3,5	3,7	4,4
CEARÁ	12,2	11,5	13,3	13,8	14,5
R G NORTE	4,6	4,9	5,5	5,4	6,0
PARAÍBA	6,5	6,2	5,5	5,6	6,4
PERNAMBUCO	24,6	22,1	20,5	17,7	18,4
ALAGOAS	5,5	5,7	5,5	6,5	5,7
SERGIPE	3,9	3,8	4,2	5,1	3,7
BAHIA	33,2	36,4	35,2	35,7	32,5

FONTE: SUDENE/DPG/GPSE apud ARAÚJO, 1995, p. 296.

Os dados da SUDENE mostram que apenas dois Estados – Bahia e Pernambuco, são responsáveis por quase 60% do PIB regional em 1970. Número que, apesar de um pequeno declínio da participação de Pernambuco, continua

alto em 1990, ano em que os referidos Estados ainda detêm metade da produção da região.

Enquanto isso, apesar de alguns dos outros Estados aumentarem sua participação, juntos os sete representam menos da metade da riqueza produzida no Nordeste.

2.1.2 A Nova Dinâmica Regional

As décadas de 70 e 80 foram marcadas por um aumento do PIB da região Nordeste, convergindo para a média nacional. A esse fenômeno vários autores chamaram de desconcentração regional da produção, em especial da produção industrial, antes concentrada no Sudeste.³⁴

De acordo com DINIZ (1995), essa desconcentração na produção traz consigo uma desconcentração regional também no que se refere à renda. Por outro lado, a população concentra-se na região mais desenvolvida o que torna o problema da pobreza uma questão de distribuição interpessoal da renda muito mais que uma questão de distribuição regional.

Os dados dos Censos de 1970 e 1980 e a PNAD de 1988 mostram uma melhora nos índices econômicos e sociais em todas as regiões, inclusive com percentuais de crescimento maiores nas regiões Nordeste, Norte e Centro Oeste. Destarte, o índice de Gini que mede a desigualdade de renda interna das regiões aumentou em todo o território (IBGE apud DINIZ, 1995, p. 8).

³⁴ De acordo com DINIZ, a participação da região Sudeste no PIB industrial brasileiro é reduzida de 80,8 para 69,3 entre 1970 e 1990, enquanto isso no mesmo período o Nordeste aumenta sua participação de 5,7 para 8,4 (1995, p. 10)

Como foi assinalado anteriormente esse aumento da produção industrial no Nordeste foi financiado pelo Estado através de incentivos fiscais, além de investimentos das próprias estatais federais. Vale salientar que esses investimentos se deram de forma diferenciada, sendo mais significativos em alguns estados, a Bahia, por exemplo, aumentou sua participação no PIB industrial do Brasil de 1,5 para 4% entre 1970 e 1990, o que corresponde a 50% do PIB industrial do Nordeste (DINIZ, 1995, p. 12).

Vale salientar que essa heterogeneidade não se dá apenas no PIB industrial, a participação do produto gerado em cada Estado no produto total nordestino permite uma análise mais aprofundada dessa diferenciação entre a produção dos Estados do Nordeste.³⁵

A partir de meados dos anos 80 e, principalmente na década de 90 a crise e a instabilidade econômica interromperam as transformações que vinham ocorrendo na distribuição regional da indústria, fazendo com que o processo fosse de certa forma revertido, ou seja, o processo de desconcentração foi paralisado, voltando à produção a reconcentrar-se nas áreas mais dinâmicas do Centro Sul do país.

Em 1980, as 76 aglomerações industriais relevantes existentes no país, respondiam por 84% do emprego industrial e 89% do VTI. Dentre essas, as de maior dinamismo estavam localizadas nas capitais ou cidades de porte médio na faixa que se estende da região central de Minas Gerais ao nordeste do Rio Grande do Sul, passando pelo interior de São Paulo (Cf. DINIZ, op. cit. p. 14).

³⁵ Os dados da participação do PIB dos Estados no PIB regional, encontram-se na Tabela 3 deste ensaio.

Dados do IPEA, em relação ao PIB industrial, constatam que nos anos 90 as regiões Sul e Sudeste deixam de perder posição relativa na produção industrial nacional, o mesmo acontecendo com São Paulo. Contrariamente, o Nordeste reduziu de 12% em 1990 para 8% em 1994 seu peso na indústria nacional (IPEA apud ARAÚJO, 2000, p. 223).

DINIZ (1995) atribui esse movimento de reconcentração às mudanças tecnológicas e à reestruturação produtiva, as quais alteram os requisitos locais de atração das indústrias, principalmente daquelas atividades mais intensivas em conhecimento.

Outros fatores importantes dessa reconcentração são as políticas de abertura externa da economia brasileira, as quais intensificam a produção industrial na área mais desenvolvida do país, haja vista 80% das exportações ter origem na região Centro Sul do país.

Nesse mesmo sentido, ARAÚJO (2000) afirma que as mudanças políticas e econômicas ocorridas no âmbito nacional tendem a romper a prioridade dada à montagem de uma base econômica que ia lentamente desconcentrando atividades para as regiões periféricas. "A crise do Estado, principal incentivador das políticas regionais, deixou as decisões dominantes para serem tomadas pelo mercado o que causou interrupção do movimento de desconcentração" (p. 221-22).

Numa entrevista ao *Jornal dos Economistas* em dezembro de 1999³⁶, ARAÚJO fala de uma ruptura no processo de desconcentração industrial na qual o Estado retira-se do processo de desenvolvimento deixando para o mercado o comando da situação. Esse fenômeno permite que as estruturas regionais sejam

³⁶ Essa entrevista foi publicada na forma de artigo em ARAÚJO 2000, p. 305-18, sob o título: A diversidade regional brasileira: uma potencialidade na era da globalização uniformizante.

definidas de acordo com as estratégias dos grandes atores econômicos nacionais ou até globais.

Por outro lado, a autora não afirma que o Estado tenha se afastado da economia, mas apenas que houve uma mudança de papéis. Graças a seu déficit financeiro, ele tornou-se financiador da acumulação rentista e não mais da acumulação produtiva. “A estabilidade dos servidores caiu; mas a dos credores, não” (ARAÚJO, op. cit. p. 312).

Os indicadores sobre investimentos privados em curso apontam para uma grande seletividade na escolha dos espaços. As atividades mais estratégicas concentram-se no Sudeste e os demais segmentos da indústria em alguns estados selecionados, ou em certos pontos do território, nos chamados focos de competitividade.

Segundo a autora, os investimentos do Governo vão na mesma direção, haja vista uma das orientações centrais do programa “Brasil em Ação” ser a concentração das novas atividades e novos investimentos em certos “pontos dinâmicos”. Ou seja, ao invés de direcionar o mercado, o Estado está seguindo-o.

Os próprios projetos de infra-estrutura econômicos têm opção prioritária pela integração dos espaços dinâmicos ao mercado externo, especialmente ao Mercosul. O que pode ser confirmado com uma simples verificação na origem das exportações brasileiras para os países do Mercosul.

Até 1995 mais da metade das exportações brasileiras para os países membros do acordo tem origem em São Paulo. Se forem contabilizadas as exportações dos estados do Centro-Sul, exceto Espírito Santo, mas incluindo o Estado da Bahia, o percentual sobe para 90% do valor exportado (LAVINÃS et al., 1997, p. 17).

O investimento em conhecimento também é concentrado regionalmente. Das 158 indústrias cadastradas no CNPq – Centro Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento, 81% são públicas. Metade está localizada no Sudeste e 20% no Nordeste. Os financiamentos da União em ciência e tecnologia são concentrados no Sudeste, 62% do total contra apenas 9% no Nordeste, sendo apenas 1/3 em Pernambuco (Cf. ARAÚJO, op. cit., p. 228-29)

Somado a esses fatores deve ser levado em conta à questão estrutural da distribuição regional e pessoal da renda, cuja desigualdade torna o mercado interno relativamente pequeno.

De acordo com ARAÚJO, dos 32 milhões de brasileiros indigentes existentes em 1990, 17,3 milhões estavam no Nordeste (55%), sendo mais de 10 milhões na zona rural. O Nordeste tem 63% dos indigentes que vivem nas zonas rurais e 45% dos indigentes urbanos (2000, p. 204).

Segundo LAVINÁS et. al. (1997), a convergência de renda entre os Estados brasileiros não foi o suficiente para atenuar de forma significativa as disparidades sócio-econômicas inter-regionais. No entanto, os autores consideram ainda mais grave a tendência ao recrudescimento das desigualdades de renda que vem ocorrendo nos anos 90, marcados pela abertura econômica e maior retração do Estado.

Além dos diferenciais de renda entre os estados, o nível de educação e a amplitude da pobreza também são divergentes. No Brasil, o grau de escolaridade médio da população com mais de 15 anos é 5,4 anos de estudo; no Nordeste é menos de 4 anos, com exceção do Rio Grande do Norte que está na faixa entre 4 e 5 anos. O analfabetismo, destarte as melhoras ocorridas, está longe de ser

erradicado – a média nos estados da região fica entre 17 e 27% (Cf. LAVINÃS et. al., 1997, p. 4).

Parece confirmar-se a tendência à interrupção da desconcentração ocorrida nos anos 70 e 80, interrupção comandada pelo mercado e referendada pelas políticas federais. Esse fenômeno torna-se mais grave quando se verifica a guerra fiscal entre os Estados para consolidar alguns pontos de dinamismo em suas áreas de atuação.

Vale salientar que o Nordeste nunca foi uma região homogênea, caráter acentuado pelo próprio processo de ocupação humana e econômica. Entretanto, a heterogeneidade estrutural do Nordeste vem crescendo após as mudanças ocorridas nas décadas de 70 e 80, as quais contribuíram para a diversidade de estruturas econômicas, fazendo com que focos de grande dinamismo convivam com áreas agrícolas tradicionais.

Dentre as áreas dinâmicas destacam-se o pólo petroquímico de Camaçari na Bahia, o pólo têxtil e de confecções em Fortaleza, o complexo minero-metalúrgico de Carajás, o pólo agroindustrial de Juazeiro/Petrolina, as áreas de moderna agricultura de grãos no Cerrados, o pólo de fruticultura irrigada no Rio Grande do Norte, e os diversos pólos turísticos nas principais cidades litorâneas.

Nas áreas tradicionais, como as zonas canavieira e cacaueteira, persiste a resistência às mudanças. No semi-árido a crise do algodão piora a já difícil sobrevivência da população que habita os espaços dominados pelo complexo pecuário/agricultura de sequeiro. Isso sem falar no agravamento da questão fundiária.

Essa opção dos grupos econômicos trabalharem apenas nos espaços mais dinâmicos, sem que o Estado contrabalance essa tendência, faz com que o

recorte macro-regional torne-se insuficiente para explicar a diferença entre os vários espaços. De acordo com ARAÚJO, cada grande região tem pedaços competitivos e espaços em abandono. “A tendência é de que tenhamos dinâmicas regionais definidas crescentemente pelo mercado. Portanto, uma dinâmica seletiva, centrada nos focos de competitividade. Insisto na pergunta: quem cuida do que não é competitivo? [...] quem pensa em objetivos gerais e estratégicos? Ninguém”(2000, p. 315).

O Nordeste tem suas próprias ilhas dinâmicas, os empresários, o Banco Mundial, o Governo federal, todos trabalham nas culturas para a exportação, no turismo internacional. Ninguém trabalha fora das áreas competitivas. Só 5% do Semi-árido interessa. A zona da mata foi abandonada. Nesse caminho pedaços de Brasil vão sobrando, e a tendência à fragmentação apresenta-se como uma das mais prováveis nos anos 90 (ARAÚJO, 2000, p. 316-17).

Antes de adentrarmos na questão da distribuição da renda, objeto de estudo deste trabalho, faremos um breve resumo da economia do Rio Grande do Norte no período pós-30, momento em que se acentua o processo de integração nacional.

2.2 O RIO GRANDE DO NORTE

Neste tópico será esboçada uma síntese histórica da formação sócio-econômica do Rio Grande do Norte. Num primeiro momento será estudado o período que vai de do início da ocupação no século XVI até a primeira metade do século XX, caracterizado pela predominância da agropecuária fundada no binômio gado-algodão. Em seguida serão mostradas as mudanças que ocorreram

no Estado a partir da década de 60, enfatizando as alterações na estrutura produtiva e na organização populacional, bem como no padrão de vida da população potiguar.

2.2.1 Formação Econômica do RN

O início da atividade produtiva no espaço geográfico que veio a tornar-se posteriormente o Estado do Rio Grande do Norte ocorreu de forma um tanto diferenciada do que ocorreu nos outros estados nordestinos, onde havia solos favoráveis à produção do açúcar, isto devido à reduzida fração de Mata Atlântica existente.³⁷ Esse fenômeno contribuiu para que a pecuária fosse a primeira atividade econômica do Estado, predominando entre as demais até o final do século XIX (Cf. CLEMENTINO, 1995).

O processo de ocupação do Rio Grande do Norte, iniciado no Século XIV, ocorreu mais por fins militares (expulsão dos franceses) que econômicos, haja vista as terras serem consideradas fracas para a plantação da cana-de-açúcar. Tanto que logo ao desembarcarem, os portugueses iniciaram a construção de uma fortaleza, hoje conhecida como o Forte dos Reis Magos (HOLANDA, apud CLEMENTINO, 1995, p. 49).

Por outro lado, a ocupação definitiva só ocorreu com a cultura da cana-de-açúcar nos vales úmidos dos rios próximos ao litoral oriental do Estado, locais onde existia Mata Atlântica.

O sertão, que representa a maior parte do território, somente foi ocupado com a expansão da pecuária nos séculos XVI, XVII e XVIII. De acordo com

³⁷ No Nordeste a pecuária foi originariamente, uma atividade de projeção da economia açucareira. (FURTADO 1995)

CLEMENTINO (1987), a concessão de sesmarias e a valorização da terra pela pecuária estabeleceram as bases da estrutura fundiária no sertão do Rio Grande do Norte marcada por grandes domínios territoriais.

Apesar da predominância da atividade criatória, a agricultura não estava excluída, ao contrário, desempenhava um papel complementar à pecuária. O binômio gado-algodão tem existência econômica bastante remota, bem como as culturas de subsistência.

O início do século XIX é marcado pela diversificação da atividade produtiva, como o couro, o açúcar, o algodão e o sal. Essa mudança na estrutura produtiva deu-se em grande parte devido à dizimação de uma parte do rebanho bovino em 1845, decorrente de uma estiagem que assolou a região.

Dessa forma, dentro de poucos anos uma região quase exclusivamente criatória tornou-se uma província agrícola. O açúcar e o algodão sobressaem-se às outras atividades. "A indústria açucareira na província do Rio Grande do Norte foi ativada a partir de 1845 nos vales do Ceará Mirim, Cipió, Goianinha, Canguaretama e São Gonçalo (...) e foi predominante até 1870 quando começa a ceder lugar a agricultura do algodão na região do Seridó" (MEDEIROS apud CLEMENTINO, 1995, p. 56).

Destarte, quando a economia açucareira do Rio Grande do Norte passa a ser expressiva no Estado, o mercado internacional do açúcar encontra-se em queda, exceto por um breve período na segunda metade do século XIX, quando há uma breve recuperação nas exportações do produto.³⁸

³⁸ Recuperação breve, haja vista a derrocada das exportações no início do século XX que atingiu a produção açucareira em todo o país.

Restava ao açúcar, o mercado nacional. No entanto, este não seria promissor para o Rio Grande do Norte, devido à expansão da economia canavieira que estava prestes a acontecer no Sudeste.

A abundância de terras, a necessidade de animais de tiro e a impraticabilidade da criação de gado dentro das fazendas de cana-de-açúcar levaram à separação das economias açucareira e criatória. Esse fenômeno, de certa forma, fez com que a pecuária se distanciasse do litoral, tornando-se um dos principais fatores da ocupação do interior do Estado.

Em fins do Século XVIII, as fazendas de gado já estavam estruturadas no interior, e a atividade açucareira necessitava do gado como fonte de energia e meio de transporte. As ligações entre o sertão pastoril, e o litoral açucareiro, bem como o escoamento do gado para os mercados consumidores formou caminhos, os quais ficaram conhecidos como caminhos do gado, caminhos esses que se tornaram as raízes das grandes regiões do Estado - Litoral, Seridó e Oeste (CLEMENTINO, 1995).

Em relação ao cultivo do algodão, TAKEYA (1983) identifica três fases para sua evolução até o final do século XIX quando se torna o principal produto agrícola do Estado. A primeira fase tem início com o cultivo e processamento do algodão nativo nos primeiros anos da colonização, indo até ao primeiro surto de exportação em fins do século XVIII; a segunda fase começa na década de 1860 quando ocorrem várias mudanças na cotonicultura potiguar, favorecidas inclusive pela alta dos preços durante o período 1863-1873 decorrente da guerra de secessão norte-americana³⁹.

³⁹ Para se ter uma idéia do aumento da produção algodoeira no Rio Grande do Norte nesse período, basta dizer que houve um aumento de 13,5 mil arrobas exportadas em 1851 para 140 mil em 1866 (CASCUDO apud CLEMENTINO, 1987, p. 31)

A terceira fase da cotonicultura potiguar tem início com a seca 1877/79 que prejudicou a pecuária, permitindo nova expansão do algodão, agora com o surgimento do algodão mocó, também conhecido como algodão de fibra longa, bem aceito nos mercados internacionais e na indústria têxtil que surgia no Brasil.

Dessa forma, com o fim da guerra de secessão o algodão nordestino e norte-rio-grandense vão ganhando o mercado interno caracterizado pela expansão da indústria têxtil, principalmente no estado de São Paulo.

A pecuária continua como atividade importante para a economia potiguar. Entretanto, o algodão torna-se predominante, tornando-se o primeiro produto de exportação potiguar no final do século XIX. Inverte-se, portanto, o binômio gado- algodão para algodão-gado.

Segundo CLEMENTINO, a coexistência do algodão com a pecuária permitiu a formação de uma estrutura econômica peculiar, no interior da grande propriedade fundiária sertaneja. De um lado, os grandes proprietários rurais, o fazendeiro senhor de muitas cabeças de gado e nem sempre agricultor, o que não o impedia de apropriar-se da produção agrícola estabelecida em suas terras ou fora delas; do outro, os trabalhadores despojados de quaisquer recursos, inclusive de terra, mas não escravos (1987, p. 33-34).

Ainda segundo CLEMENTINO, foi a fazenda de criar que gerou no sertão a predominância da mão-de-obra livre, sendo esse o tipo de mão-de-obra largamente utilizada também no cultivo do algodão.

A relação de trabalho preponderante na cultura algodoeira era a parceria. Esse tipo de relação permitia aos trabalhadores o cultivo do algodão nas terras dos senhores, os quais tinham direitos sobre a palha – ração para o gado, bem como a uma parte do algodão colhido. O sistema de parceria predominante no

Rio grande do Norte era a meação. Outra forma de relação de trabalho utilizada no Estado era o arrendamento, o qual implicava no pagamento de um foro anual em dinheiro.

Apesar do proprietário não cultivar diretamente o algodão, ele mantinha a organização da produção sob controle não apenas através de financiamentos, mas também na seleção de sementes e na colheita. A compra do algodão na folha era outra forma do fazendeiro se apropriar de uma parte do lucro do pequeno produtor.

O beneficiamento do algodão revela uma nova face do fazendeiro: a de industrial. Como proprietário de uma máquina de descaroçar, ele comprava algodão para beneficiar. "Uma fazenda com maquinismo tinha largo poder de concentrar a produção" (CLEMENTINO, 1983, p.38).

Em síntese: a fazenda controlava a produção de algodão estabelecida em suas terras no sistema de parceria, dos arrendatários como exigência de empréstimos além dos foros, dos pequenos proprietários também enlaçados pelos empréstimos, e até dos vizinhos que não tivessem nas suas fazendas uma máquina de descaroçar (idem, p.39).

Com a diversificação da produção final do século XVIII, aparecem como atividades importantes o açúcar e o sal, surgindo também nessa época a exploração da carnaúba.

Interessante observar que a expansão da cultura algodoeira no Estado se dá no mesmo período da expansão da indústria têxtil no Brasil - especialmente em São Paulo – garantindo, além da exportação, o mercado interno para sua produção.

Esse novo mercado gera vínculos de dependência entre os setores algodoeiro e têxtil, vale dizer com o capital comercial associado ao capital industrial nascente (CLEMENTINO, 1995, p.68).

O crescimento da demanda nacional de algodão manteve os fluxos de circulação no mercado interno, em especial do algodão mocó, produzido principalmente na região Seridó, o qual era de excelente qualidade e servia para a confecção de tecidos finos.

Esse aumento da procura provocou transformações no beneficiamento do algodão. Conforme afirma CLEMENTINO, "os maquinismos a vapor para descaroçamento do algodão expandiram-se pelas fazendas do interior" (1995, p.76).

O aparelho administrativo desenvolveu-se para atender as necessidades da agricultura, especialmente, do algodão. Intelectuais e políticos locais buscavam novas soluções para reorientar a economia. Foi nesse contexto que ocorreu a criação de novos órgãos, bem como algumas mudanças na estrutura política como a participação de lideranças do Seridó na administração do Estado.

A tributação do sal estrangeiro permitiu a expansão das salinas com os mesmos métodos de extração, produção que continuou crescente até os anos 30.

Além dessas atividades o gado continuava como atividade essencial na fazenda sertaneja, no entanto a criação continuava de forma extensiva, apresentando algumas mudanças na sua estrutura somente nos anos 30.

Outra atividade que surge no início do século XX é a indústria. Segundo CLEMENTINO, a partir de 1910 cresce o número de estabelecimentos industriais (alimentícia e têxtil). No entanto, a participação da indústria potiguar é pouco

expressiva no quadro da produção regional - 1,5% em 1907 para 5,3% em 1920 (1995, p. 83).

Como vimos, o *locus* da produção era rural, inicialmente concentrada no litoral oriental do Estado, e posteriormente com a pecuária e o algodão, estendida para o interior.

As grandes regiões do Estado foram demarcadas ao longo dos chamados caminhos do gado. “O gado foi a matriz do sistema urbano potiguar” (CLEMENTINO, 1995, p. 95).

Apesar de ter sido o gado, e não o algodão, o responsável pelo povoamento do interior, este último ocupa os mesmos espaços geográficos da atividade criatória.

Nesse sentido, com o deslocamento da máquina de beneficiar algodão para os núcleos urbanos do interior surgiram alguns municípios no Agreste potiguar no final do século XIX.

Os meios de transporte no Rio Grande do Norte desenvolveram-se em atenção às necessidades do setor exportador, e com atraso em relação aos Estados vizinhos. Durante muito tempo as mercadorias produzidas no estado eram vendidas a Pernambuco, o qual as exportava e ao mesmo tempo abastecia o comércio importador local.

De acordo com CLEMENTINO, a primeira ferrovia do Rio Grande do Norte foi construída no final do século XIX ligando apenas Natal a Nova Cruz, deixando, portanto, de atender a toda a produção algodoeira da região Apodi/Mossoró – esta escoada via Aracati no Ceará. O Seridó também não foi beneficiado com a construção da ferrovia. A produção dessa região era drenada por Caicó, sendo revendido, principalmente, para Campina Grande, na Paraíba (1995, p.102-03).

Mossoró, segunda cidade do Estado, começa a dar sinais de exaustão, enquanto empório comercial, na década de trinta, sendo ultrapassada por Campina Grande, a qual torna-se hegemônica no comércio dos sertões.

No âmbito nacional, as décadas de 20 e 30 são de transição e transformação. Entretanto, essas transformações não tiveram as mesmas repercussões no Nordeste.⁴⁰

A questão é que enquanto o Sul se moderniza, iniciando a produção em grande escala, a cotonicultura do Nordeste entra em crise. As formas de assalariamento na agricultura do Centro-Sul disseminam-se juntamente com a tecnificação da produção. No Nordeste, as formas de produção, principalmente no sistema algodoeiro-pecuário, foram mantidas (CLEMENTINO, 1995, p.135).

Apesar da crise algodoeira no Nordeste, no Rio Grande do Norte a situação era favorável. A produção algodoeira aumentou na década de 20 e quase duplicou na década de 30. No entanto, esse aumento deu-se com a incorporação de novas terras - método extensivo; estrutura que permanece praticamente inalterada até 1970. As mudanças ocorreram apenas no beneficiamento e comercialização.

De acordo com CLEMENTINO, as primeiras mudanças no beneficiamento do algodão ocorrem já no início dos anos 30, sendo as multinacionais de certa maneira responsáveis por ela. Por outro lado, deve ser lembrada a existência de grupos locais que dividiam o controle do mercado algodoeiro no âmbito estadual.

⁴⁰ Para maiores esclarecimentos, ver, além do tópico 3.1 deste trabalho, CANO (1995) e OLIVEIRA, 1983.

À medida que surgiam as firmas algodoeiras, os pequenos maquinistas eram eliminados das fazendas e realocados em pequenos núcleos urbanos do interior, formando pequenas usinas; por outro lado a extração do óleo continuava localizada nos grandes centros urbanos.

A ação do governo estadual esteve presente no sentido de minimizar a ação da multinacional e resguardar o controle da produção para as firmas locais, utilizando o discurso da preservação do algodão mocó;

Pela 'preservação do algodão mocó' e pelo repúdio a 'ação danosa que a multinacional causava quebrando a fibra longa', eram deixadas de lado as rixas políticas, familiares, em nível de município, e as dissidências internas da política regional, contanto que fossem preservadas a estrutura fundiária e as relações de produção vigentes. A multinacional ameaçava essa estrutura, [...] comprando o algodão nas feiras, diretamente ao pequeno produtor e o que é pior, pagando ao preço do dia (CLEMENTINO, 1995:144-5).

Muitos maquinistas conseguiram passar à condição de usineiro. O poder que lhe proporcionava a propriedade da terra e a manutenção das relações de trabalho, bem como seu poder de adquirir financiamento, permitia-lhe sua manutenção enquanto usineiro.

Entretanto, apesar do aumento da participação de firmas locais no beneficiamento, os maquinistas defrontavam-se com a perda de eficácia dos mecanismos de financiamento do setor público e com dificuldades do setor externo à medida que se generalizava na Europa o uso de fibras sintéticas. Essa substituição ocorreu também no Brasil, principalmente no Sudeste, com a implantação das novas indústrias têxteis.⁴¹

Durante a Segunda Guerra a economia potiguar passa a contar com duas novas atividades a scheelita (minério de tungstênio) e o sisal, ambas voltadas para o mercado externo, portanto dependentes das variações de preços no

⁴¹ "acrescente-se o 'efeito' da modernização da indústria têxtil nacional sobre a indústria do Nordeste: o da 'destruição' da indústria têxtil nordestina e sua substituição por 'filiais' das empresas sediadas no Sudeste" (CLEMENTINO, 1995, p. 147).

mercado internacional. A scheelita teve seu auge no período da guerra, entrando em decadência devido à queda na procura pelo mercado externo; a cultura do sisal também variava com as crises no mercado internacional, tendo alcançado seu maior volume de exportações no ano de 1973 (160 mil toneladas no país, uma receita cambial de US\$ 59,4 milhões) com uma participação 10% do Estado Potiguar (CLEMENTINO, 1995, p. 154).

A exploração do minério concentra-se no Seridó (Currais Novos e Parelhas). Com o fim da guerra caem os preços internacionais e este entra em crise, haja vista o mercado interno não ser suficiente para manter a produção.

Em relação ao sisal, o Rio Grande do Norte chegou a ser o 3º produtor do Brasil, no entanto a utilização de fibras sintéticas debilitou a produção sisaleira, a qual teve seu auge no ano de 1973 (160 mil toneladas), trazendo um rendimento de US\$ 59,4 milhões (CLEMENTINO, 1995, p. 154).

Tomando o período 1944-68, a participação da economia Potiguar na vida econômica do país é muito reduzida: 0,9% do PIB brasileiro e 5,9% do PIB nordestino. Segundo a autora supracitada, as irrelevantes estruturas econômicas e as precárias relações capitalistas impediram a economia potiguar de participar mais favoravelmente do processo de industrialização da economia brasileira ocorrida a partir dos anos 30, predominando, portanto, neste Estado, o modelo agrário exportador.

Tanto que na década de 60, o setor agro-exportador ainda era responsável por 45% de toda a produção potiguar (RODRIGUES NETO, 1994, p.87).

O próprio parque manufatureiro potiguar, até os anos 70, era formado essencialmente por indústrias tradicionais, exemplificando o atraso da estrutura produtiva do estado. Essa situação modifica-se nessa década agravando a crise

do algodão, especificamente, do tipo mocó. "O algodão mocó perde, então, a sua alcunha de 'ouro branco' e passa a ser um entrave ao equilíbrio do ancilar binômio sertanejo: algodão-gado" (CLEMENTINO, 1995, p.149).

2.2.2 O Perfil Sócio-Econômico do Rio Grande do Norte pós-SUDENE

De acordo com CLEMENTINO, apesar das modificações ocorridas no âmbito nacional após 1930, a economia do Rio Grande do Norte não sofreu modificações significativas. A principal atividade econômica do Estado - a produção algodoeira - cresceu nas décadas de 20 e 30 através da incorporação de novas terras e da manutenção de métodos extensivos, sem melhorias técnicas (1995, p. 137-59).

O rendimento médio por hectare mostra uma alteração pouco significativa entre 1931 e 1937 (590 para 620 Kg). Destarte, o beneficiamento e a comercialização do algodão atravessam um período de transição que vai de 1930 a 1950, quando então se generaliza a usina.

Para a autora acima citada, as multinacionais instaladas no Estado tiveram um papel importante nessas mudanças. No entanto, não se deve esquecer a existência de grupos locais que dividiam o controle do mercado algodoeiro no âmbito estadual. Controle esse que foi possível graças à ação do Estado.

O parque manufatureiro potiguar até os anos 70, também não havia sofrido modificações importantes, sendo formado essencialmente por indústrias tradicionais, situação que se modifica com a ampliação e modernização do setor têxtil, o que tornou decrescente o consumo de algodão mocó. De acordo com CLEMENTINO, "à medida que essa indústria têxtil penetrava no Nordeste e no

Rio Grande do Norte, desestruturava a produção regional têxtil (consumidora de fibra longa) e se implantava com uma base técnica poupadora de algodão e potencialmente não consumidora de fibra longa” (1987, p. 192-93) Esse evento causou, já na referida década, declínio do consumo do algodão de fibra longa, com as próprias indústrias instaladas no Estado comprando algodão no Sudeste.

Mesmo com a penetração do capital industrial na região na década de 60, a chamada indústria incentivada, a economia potiguar continua com seu caráter agro-exportador. Destacando-se a produção e comercialização de sal marinho, algodão, lagosta entre outros.

Importante ressaltar que a estrutura fundiária também não sofre mudanças significativas, tendo como principal característica a distribuição desigual da terra, com base na relação latifúndio-minifúndio. Com base nos dados dos Censos agropecuários de 1975 e 1980, CLEMENTINO constata que 93% dos estabelecimentos têm menos de 100 ha ocupando apenas 25% da área total; destarte, as propriedades entre 1000 e 10000 ha representam apenas 0,56 dos estabelecimentos e ocupam 30% da área total (1995, p. 265).

A transformação na estrutura produtiva só vai ocorrer, timidamente, nos anos 70, quando os incentivos fiscais da SUDENE vão contribuir para a modernização dos processos de extração de scheelita e para a criação da indústria têxtil em torno da cidade do Natal, a qual concentra a maior parte dos investimentos incentivados.

Essa mudança na base produtiva pode ser confirmada com o aumento da participação da indústria e dos serviços no PIB do Estado em detrimento da produção agrícola, como pode ser visualizado na tabela a seguir.

TABELA 4 – RIO GRANDE DO NORTE: PARTICIPAÇÃO DOS SETORES ECONÔMICOS NO PIB 1970-99

ANOS	SETORES ECONÔMICOS		
	Agropecuária	Indústria	Serviços
1970	18,83	26,38	54,78
1980	15,75	28,79	55,45
1990	5,91	40,44	53,66
1999	2,2	46,8	51,00

FONTE: SUDENE/DPG/PSE apud ARAÚJO, 1995, p. 298.

O decréscimo na produção agrícola potiguar pode ser atribuído, em grande parte, à própria estrutura fundiária persistente no estado, a qual não possibilita que a maioria dos agricultores – minifundistas - tenham acesso ao crédito, tendo que permanecer presos às práticas tradicionais. Os grandes proprietários, por sua vez, são os beneficiados pelas políticas agrícolas e inovações tecnológicas.

Na zona canavieira, a cana-de-açúcar expandiu-se a partir dos anos 70 com a implantação do PROÁLCOOL – Programa de Incentivo ao Alcool, beneficiando os grandes proprietários rurais; enquanto isso, os antigos moradores foram proletarizados, passando a trabalharem sob a forma de assalariamento temporário; no agreste, a pecuária começou a intensificar-se com a introdução de gado selecionado e de plantas forrageiras, processo esse que reduziu o cultivo da produção de subsistência feito pelos pequenos produtores agrícolas, quando não os expulsou da terra; o sertão foi a região menos favorecida por essas políticas, ao invés de melhorias, houve um empobrecimento da atividade agrícola ligada ao declínio do algodão e a substituição das culturas alimentares por forrageiras;

Apesar da queda registrada na agricultura, o período 1970-80 tomados como um todo, representou uma fase de crescimento significativo para a economia potiguar com o PIB real crescendo a uma taxa de 10,7% (Romão, 1990, p.39).

Um dos principais responsáveis por esse crescimento foi o setor de serviços que em 1980 já representava mais de 50% do PIB potiguar. Um dos responsáveis por esse aumento do setor serviços foi o setor público, seguido pelas atividades financeiras e o pelo setor informal (idem, p. 29-30).

A indústria do Rio Grande do Norte concentra grande parte de sua estrutura na produção em bens de consumo não duráveis, liderando o panorama o gênero de vestuários, calçados e artefatos de tecidos (23% em 1980); também é significativa a participação de minerais não metálicos, principalmente a indústria de tijolos e telhas cerâmicas.

Mesmo nos anos de recessão 1980-84, a indústria potiguar continua a crescer, graças ao crescimento das indústrias extrativa-mineral e de transformação.

Em relação aos trabalhadores, CLEMENTINO mostra que as alterações na distribuição da população economicamente ativa só vão ocorrer nos anos 70. Segundo a mesma, entre os anos de 1970 e 1980 a PEA caiu de 59% para 41,6% no setor agropecuário, elevando-se nos setores secundário e terciário de 11% para 19% e de 30% para 39%, respectivamente. A estrutura da renda potiguar também se modificou neste período, quase duplicando na indústria de transformação (16,7% para 30,8%), enquanto caía nos outros setores (1995, p. 257).

De acordo com ROMÃO, os recursos da SUDENE demoraram a chegar no

Rio Grande do Norte, e quando vieram, a participação do Estado na obtenção dos recursos destinados ao Nordeste foi bem inferior à participação de estados como Ceará, Pernambuco e Bahia. Para o período 1979-83 esta participação foi de apenas 11,2% (1990, p. 45).

Importante ressaltar que a maior parte desses recursos era destinada a programas de desenvolvimento rural, em contraposição, os recursos direcionados a programas de desenvolvimento social e de infra-estrutura eram bem menores. O que nos permite concluir que os recursos da SUDENE vieram para o Estado mais com a função de amenizar os problemas da seca, do que com o intuito de promover algum tipo de desenvolvimento seja na estrutura produtiva ou infra-estrutura.⁴²

Do estágio de subdesenvolvimento econômico e social a que esteve relegado o Estado Potiguar, até meados dos anos 70, a economia entra em outra fase de sua industrialização com a implantação de outra matriz produtiva: a indústria extrativa de petróleo.⁴³

Essa fase foi marcada pela presença do Estado, enquanto principal investidor, tanto na área de infra-estrutura estadual, quanto nas atividades de exploração, perfuração e produção de petróleo e gás natural. A criação da POTIGÁS – Companhia Potiguar do Gás, no ano de 1993 em parceria com a Petrobrás foi um passo no sentido de aumentar a comercialização do gás natural no Estado.

Sobre essa nova atividade Potiguar disserta CLEMENTINO:

⁴²“Enquanto as aplicações da SUDENE em desenvolvimento rural no Rio Grande do Norte corresponderam a 24,6% das aplicações totais nesta rubrica, no que tange ao desenvolvimento social e infra-estrutura a situação em 1983, foi muito menos favorável: somente 3,7% das aplicações da SUDENE nesta função foram alocadas no Estado” (ROMÃO, 1990, p. 44-45).

⁴³ Esta nova atividade produtiva foi uma das responsáveis pelo crescimento do setor industrial no Estado, principalmente na década de 80, quando a participação da indústria no PIB passa de 28,79 no início da década para 40,44 em 1990.

Apesar das atividades da Petrobrás serem, ainda, estranhas à matriz técnica e social da economia do Rio Grande do Norte, vem desde o final dos anos 70 transformando substancialmente a economia estadual, à medida que, juntamente com o PROÁLCOOL (já que o bicudo dizima a produção algodoeira) sustenta e amortece os impactos da crise dos anos 80 (1995, p. 272).

Por outro lado, a maior parte das compras da empresa e de suas subsidiárias é feita fora do Estado (58,7% das empresas fornecedoras se localizam fora do Estado). Caso idêntico é o das empresas terceirizadas, das quais mais da metade (56,6%) são de origem externa ao Rio Grande do Norte.⁴⁴ Esse mesmo fenômeno ocorre com as refinarias do produto, o que permite a outros estados apropriarem-se de boa parte dos tributos recolhidos.

Esses dados mostram o reduzido estímulo à formação de indústrias nos ramos metalúrgico e mecânico e conseqüentemente, à oferta de empregos dentro do Estado. Em contrapartida, o pagamento de *royalties* ao Estado e municípios produtores vem contribuindo no sentido de aumentar a renda destes.⁴⁵

Destarte esses aumentos da renda estadual ficam concentrados apenas nos municípios produtores e na capital do Estado. Outra concentração se dá na distribuição pessoal da renda, haja vista os altos salários pagos pela Petrobrás em relação ao padrão de salários recebidos pelos trabalhadores potiguares.

Outra atividade importante para a economia do Rio Grande do Norte, é o pólo de fruticultura irrigada Açú/Mossoró. Tendo iniciado suas atividades na década de 70, foi nos anos 80 que se expandiu.

No entanto, apesar do aumento da fruticultura, a participação do setor agrícola no valor da produção potiguar continuou em queda nos anos 80, provavelmente em decorrência da crise do algodão e do declínio da pecuária.

⁴⁴ Cf. dados da Petrobrás apud RODRIGUES NETO (1994, p. 103).

⁴⁵ Os *royalties* são uma compensação financeira que a PETROBRAS repassa aos estados e municípios brasileiros que tem petróleo em suas terras; a partir de 1998 também os proprietários das terras em que era encontrado o petróleo passaram a ser beneficiados.

Segundo o IDEC - Instituto de Desenvolvimento Econômico (1997, p. 19), essa introdução da fruticultura irrigada só foi possível graças à reestruturação na base produtiva, o que possibilitou o aproveitamento dos recursos naturais disponíveis, como os solos férteis e a água de boa qualidade, nos vales dos rios Piranhas/Açu e Apodi/Mossoró.

SILVA, A. G. (1999) destaca também a integração do pólo fruticultor potiguar com o mercado nacional e sua integração com o mercado mundial, inclusive com o Mercosul.

Vale salientar também o surgimento da atividade turística já em fins dos anos 70, mas com crescimento acentuado na década de 80, representa uma grande fonte de riqueza para o Estado. Essa atividade foi fomentada por investimentos estatais, sendo posteriormente transferida à iniciativa privada, a qual comercializa desde o sol e a beleza das praias, até o artesanato, o folclore e a hospitalidade do povo potiguar.

A despeito do crescimento econômico verificado no Estado durante a década de 80, os dados referentes a índices sociais mostram que a geração da nova riqueza trouxe consigo, de um lado a concentração da renda nas mãos de poucos, e do outro o empobrecimento da maior parte da população.⁴⁶

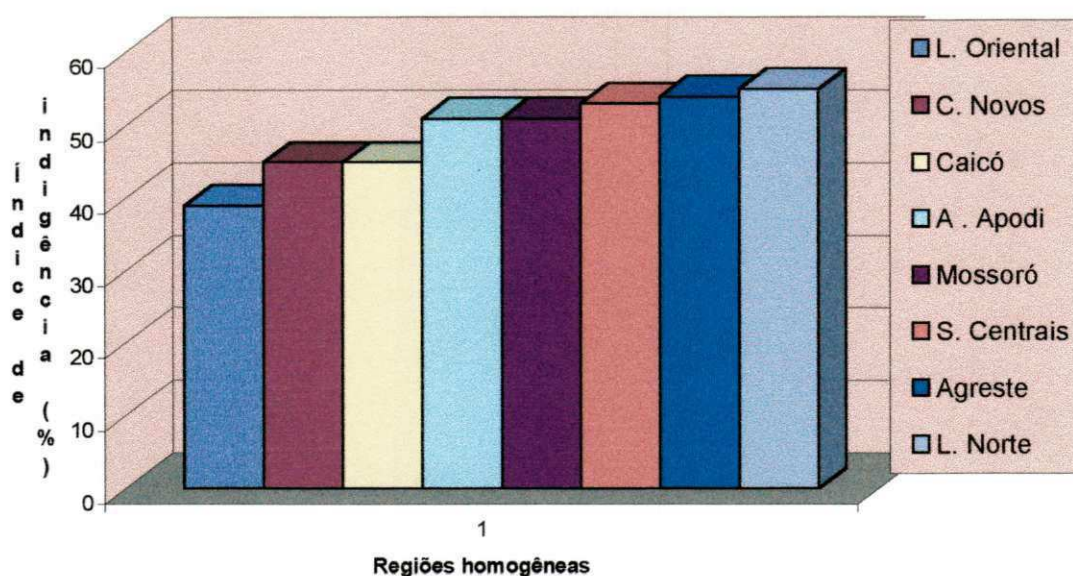
Segundo o IDEC-RN (1993), em 1990, 46% da população são de indigentes, 35,2% da população são de analfabetos, 52,2 % da população tem renda mensal familiar per capita até ½ salário mínimo, 21% das crianças estão fora da escola e 53% dos empregados não tem carteira assinada.

⁴⁶ “Sem querer incorrer em exageros comparativos, apesar dos recursos naturais disponíveis, a população do Rio Grande do Norte tem uma qualidade de vida equivalente às populações de países pobres da África” (IDEC, 1995, p. 17)

Em números absolutos, significa que 1,1 milhão de pessoas possui uma renda que permite, no máximo, adquirir uma cesta básica de alimentos. Se for levado em conta apenas o interior do Estado esse percentual sobe para 52%. Natal tem 30% de famílias indigentes⁴⁷ (IDEC, 1995, p. 19).

O gráfico a seguir ilustra os índices de indigência no Estado segundo as zonas homogêneas.

GRÁFICO I – RIO GRANDE DO NORTE: INDIGÊNCIA SEGUNDO AS ZONAS HOMOGÊNEAS EM 1990.



FONTE: extraído do IDEC, 1995, p. 21.

A zona do Litoral Oriental apesar de apresentar o percentual mais baixo (39%), no entanto, abriga o maior número de pessoas carentes do estado, o segundo maior contingente encontra-se na zona de Mossoró;

⁴⁷ Esses dados referentes ao grau de indigência no Estado, quando não indicada a fonte, foram extraídos da publicação do IDEC *Pobreza no Rio Grande do Norte: condicionantes socioeconômicos*. 1995.

As zonas do Litoral Norte, do Agreste e das Serras Centrais apresentam os índices 55%, 54% e 53%, respectivamente – os maiores percentuais de pessoas carentes do estado;

No grupo formado pelos 20% dos municípios com maior número de indigência, há municípios com mais de 60% de famílias indigentes, como é o caso de Carnaubais com 74%.

Na zona produtora de petróleo –Mossoroense, os índices de indigência superam a média do estado, o mesmo ocorrendo nos municípios circunvizinhos ao pólo fruticultor Açú/Mossoró – o terceiro maior do Nordeste – onde os índices de indigência são em média 58%. Isso mostra que apenas uma minoria da população se beneficia das riquezas geradas nesses municípios, pois tais atividades econômicas não apresentaram até o momento potencial estruturador capaz de propagar seus influxos para as áreas adjacentes.

Um dos principais condicionantes da pobreza do Norte-rio-grandense são os baixos níveis de rendimentos. Dados do Censo de 1991 mostram que 26% dos chefes de domicílio têm rendimento máximo de $\frac{1}{2}$ salário mínimo (IDEC, 1995, p. 29).

O índice de Gini, para a renda, mostra que entre 1980 e 1991 aumentou a concentração de renda no Estado. O índice que já era bastante elevado em 1980 (0,73), subiu para 0,76 em 1991.

Houve transferência de renda dos mais pobres para os mais ricos neste período. A participação dos chefes de família, classificados como os 10% mais pobres, caiu de 1,21% para 0,56%; a participação dos 10% mais ricos subiu de 50,4% para 54,6%. Ou seja, se em 1980 os mais ricos recebiam 40 vezes mais

que os mais pobres, em 1991 essa diferença é de 97 vezes (Cf. IDEC, 1995, p. 29-30).

Também há desigualdade de gênero, em 1980 havia 22,7% de homens e 57,4% de mulheres com renda de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo; em 1991 40,9% de homens e 61,3% de mulheres. Em 1980 85,1% dos chefes de domicílio eram homens e 14,9 mulheres; em 91 o número de mulheres aumenta para 17,7% (idem, p. 31).

A área rural é a mais afetada, abrigando 65,7% das pessoas que sobrevivem numa situação de pobreza absoluta (recebem até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo). Sendo que os municípios com os mais baixos níveis de renda situam-se no Alto Oeste (Viçosa 83,2%)

A questão da concentração da terra está correlacionada com os baixos níveis de renda. Segundo o IDEC, no Rio Grande do Norte, os estabelecimentos com até 10 ha representam 65,4% do total e ocupam apenas 5% da área total, enquanto os estabelecimentos com mais de 1.000 ha representam 0,5% do total e ocupam 28,5% da área total (1995, p. 34).

Os dados referentes à educação não são animadores, em 1990 21% das crianças de 7 a 14 anos estavam fora da sala de aula; na faixa de 15 a 17 anos, este percentual sobe para 41,7%, na zona rural estes índices são de 29% e 50%, respectivamente (idem, p. 35).

Para analisar as condições de saúde o IDEC toma como base à esperança de vida ao nascer, sendo esta estimada em 60 anos para o norte-rio-grandense, apenas 3 anos superior à esperança de vida da região Sudeste em 1970 (1995, p.39).

Outro dado que mostra o atraso social no Estado são os altos índices de mortalidade infantil. De mil crianças nascidas vivas, 88 morrem durante a infância, índice superior ao Haiti, país mais pobre das Américas.

Também são inadequados as instalações sanitárias e o abastecimento d'água – na área rural a falta desses serviços atinge 92% e 90% respectivamente.

A desnutrição é outro agravante da mortalidade infantil, 42% das crianças de 0 a 5 anos (157 mil), residentes no interior apresentam retardo de crescimento provocado pela desnutrição, em Natal esse número é de 30,3 mil crianças - 33,4% (IDEC, 1995, p. 40-41).

Esse é o quadro social que se esboça no Estado, decorrente do perfil de distribuição de renda – extremamente desigual, que contrasta com o processo de produção de riqueza. Esta acumulada por uma pequena parcela da população.

Em outras palavras, o crescimento econômico verificado nos anos oitenta não reverteu, ao contrário, agravou o estágio de subdesenvolvimento da maioria da população potiguar.

3 CRESCIMENTO ECONÔMICO *VERSUS* DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO RIO GRANDE DO NORTE: UM ESTUDO DOS ANOS 90

Os dados que refletem o crescimento econômico apontam para a evolução positiva da economia potiguar na década de noventa. Entretanto, a literatura revisada neste trabalho mostra que o crescimento por si só não melhora as condições de vida da população, haja vista a produção e distribuição da riqueza no modo de produção capitalista não caminharem no mesmo sentido. Ou seja, um aumento na produção não significa aumento correlato da renda dos trabalhadores.

Nesse contexto, será verificado neste capítulo, a relação entre o aumento da produção potiguar e a distribuição dos rendimentos entre a população trabalhadora, assim como serão identificados alguns índices que refletem o padrão de vida da população do Rio Grande do Norte nos anos 90.

3.1 UMA SÍNTESE DO CRESCIMENTO DA ECONOMIA POTIGUAR NOS ANOS

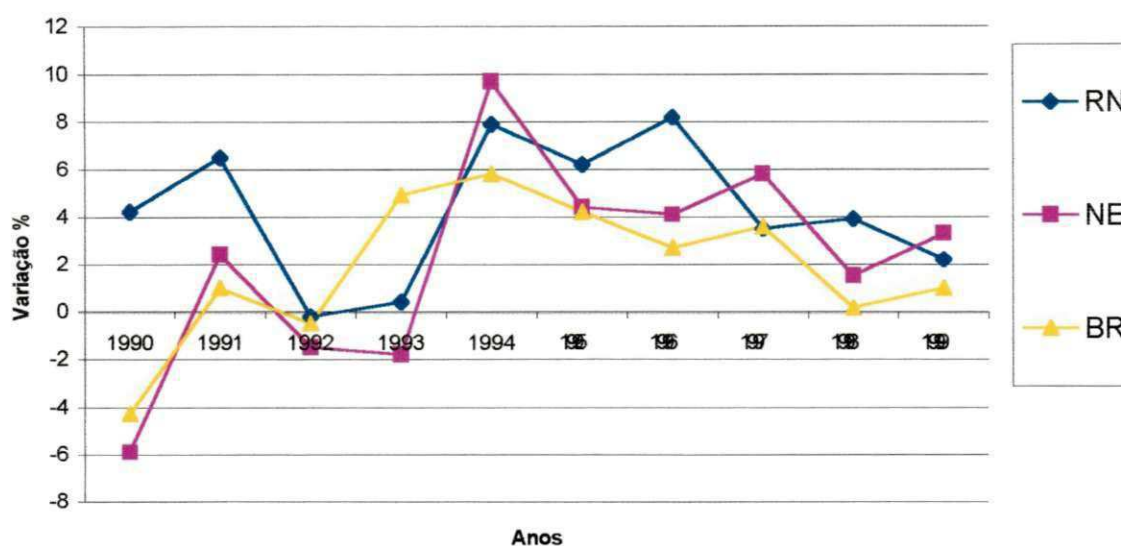
90

A estrutura econômica do Rio Grande do Norte passou por importantes modificações nos anos 80, conforme foi visto no capítulo anterior. Entretanto, a maioria dos investimentos realizados na década de 80, teve sua maturação nos anos 90, dentre as atividades que surgiram nos anos 80 destacamos a fruticultura irrigada, o petróleo e o turismo.

A evolução das taxas de crescimento do PIB potiguar tem sido superior às

médias regional e nacional nas últimas décadas⁴⁸, e apesar de atingir índices menores na década em estudo, o crescimento foi positivo em todos os anos, com exceção de 1992, conforme pode ser observado no gráfico abaixo.

GRÁFICO II – BR, NE E RN: CRESCIMENTO PERCENTUAL DO PIB 1990-1999



FONTE: SUDENE – Boletim Conjuntural 1999. A variação do PIB Real (BR, NE e RN) 1999/1998 foi retirada de SUDENE [202](#)

Após a queda no crescimento verificada em 1992, a economia do Rio Grande do Norte voltou a crescer em 1993 e em 1994 deu um salto significativo ultrapassando, inclusive o índice de crescimento do país. Em 1995, apesar de decrescente, o Estado potiguar apresenta taxa de crescimento do PIB superior às observadas no Nordeste e no Brasil. Esse fenômeno repete-se em 1996, ano de maior crescimento do PIB no Estado.

A partir de 1997, a curva de crescimento esboça uma tendência declinante, com exceção de 1998 quando o Rio Grande do Norte volta a se destacar como o segundo Estado que mais cresceu na região Nordeste (3,9%), superando mais uma vez a média de crescimento da região (1,5%) e o crescimento do país

⁴⁸ A média anual de crescimento do PIB por década entre 1970 e 1980 foi de 10,3%, entre 1980 e 1990 7,4% como um todo, os índices para os períodos em questão foram 8,6%, 1,6%, 2,5% (Cf. FIERN, 2000).

(0,15%). Esse fenômeno não se repete em 1999, ano em que a região Nordeste e o Brasil retomam o crescimento econômico.

Inclusive, é importante observar que as oscilações dos índices de crescimento da economia potiguar são divergentes das verificadas na região Nordeste e no País, principalmente a partir de 1996, quando elas ocorrem em sentido inverso.

Segundo dados do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente - IDEMA (2000), as atividades mais dinâmicas durante a década em estudo foram, as de comunicação, eletricidade, gás e água, e as indústrias de transformação e extrativa mineral, entre outras.

Vale salientar que durante as últimas décadas a base produtiva do Estado passou de uma estrutura predominantemente primária (até os anos 70 a economia potiguar era ancorada no binômio algodão-gado), para uma base na qual predominam o comércio e os serviços, acompanhados de perto pelo setor industrial. Em 1999 o setor primário tem uma participação de apenas 2,2% do PIB total, enquanto os setores secundário e terciário contribuem com 46,8% e 51%, respectivamente (Cf. FIERN, 2000, p. 1).

Comparando com a estrutura produtiva do início da década percebe-se uma tendência cada vez mais declinante da participação da agricultura (5,91 em 1990 para 2,2 em 1999), e um crescimento contínuo das atividades industriais (de 40,44 para 46,8 no mesmo período).⁴⁹

Importante salientar que a agricultura potiguar, exceto as áreas irrigadas concentradas na região do Vale do Açu, é basicamente de subsistência e utiliza

⁴⁹ Os dados sobre a participação dos setores econômicos no PIB potiguar nas três últimas décadas podem ser encontrados na tabela 4 deste trabalho (p. 69).

pouca tecnologia, dependendo quase que exclusivamente das condições climáticas, as quais são muito instáveis no Estado.

Essa vulnerabilidade da agricultura, juntamente com a derrocada do algodão, explicam, de certa forma, a queda da participação da produção agrícola no PIB potiguar no período em estudo.

Apesar da pequena participação do setor primário na produção potiguar, a fruticultura irrigada vem demonstrando crescimento na década em estudo. Segundo SILVA, A. G., a exportação de frutas tropicais do Rio Grande do Norte aumentou 43% entre 1995 e 1996, sendo o melão, o principal produto cultivado pela fruticultura potiguar -90% da produção nacional exportada (1999, p. 314).

Entretanto, outras frutas como a manga, a melancia, a uva e a banana vêm ganhando espaço na pauta de exportações. Tomadas como um todo, as exportações do Estado superaram a barreira dos U\$S 100 milhões em 1998 (Cf. VARELA & ALEXANDRE, 1999, p. 04).

Segundo dados da FIERN, o pólo Açu-Mossoró é uma das três mais importantes áreas frutícolas do Nordeste. Esse pólo gerou em 1999 uma receita de US\$ 60,7 milhões na exportação de frutas secas (2000, p. 2).

Vale ressaltar que a fruticultura, como a maioria das atividades econômicas do Estado, fica concentrada numa pequena área⁵⁰, nesse caso, em Açu e Mossoró, atingindo de forma superficial alguns municípios localizados ao seu redor.

Nesses municípios onde predomina a agricultura voltada para a exportação, as relações de assalariamento substituem a figura do pequeno

⁵⁰ "Dois pólos constituem a base econômica do RN: o litoral oriental com as atividades turísticas, industriais e comerciais e; a região entre Mossoró e o Vale do Apodi com a agricultura irrigada e a exploração petrolífera" (IDEC, 1997, p. 57).

produtor, e os poucos irrigantes que ainda permanecem no local carecem de apoio e infra-estrutura para administrar seus lotes de terra.

Nos últimos anos, as relações de produção na agricultura irrigada potiguar não ficaram imunes às inovações tecnológicas, com sua conseqüente redução dos trabalhadores. A FRUNORTE, uma das maiores empresas que atua no setor, triplicou sua produção nos 13(treze) anos de atuação no Estado com apenas 1/3 dos trabalhadores com que iniciou sua produção (Cf. VARELA & ALEXANDRE, 1999, p. 22).

Uma atividade que conseguiu destaque no final da década de 90 e já está entre os produtos mais exportados pelo Rio Grande do Norte é o camarão criado em cativeiro. "O volume passou de 137 mil dólares em 1998 para 1,5 milhão em 1999"⁵¹ (TRIBUNA DO NORTE, 2002, p. 6).

No setor industrial destaca-se a extração de petróleo e gás natural. O Estado é o segundo maior produtor de petróleo do Brasil com uma produção de 100 mil barris/dia, em média. Entretanto, a maior parte do petróleo, bem como do gás natural, sai do Rio Grande do Norte em sua forma bruta.

Segundo dados da própria FIERN, somente nos últimos seis anos é que a produção petrolífera passou a agregar valor localmente. Espera-se que com a implantação do pólo gás-sal essa riqueza natural possa ser mais bem aproveitada internamente.⁵² Além de agregar valor aos recursos minerais disponíveis no Rio Grande do Norte, a implantação do pólo gás sal deve somar U\$S 2,2 bilhões em

⁵¹ No ano de 2001, o camarão foi responsável sozinho por U\$S 28,8milhões. Com essa cifra superou o setor têxtil como maior exportador do Estado (Cf. TRIBUNA DO NORTE, 2002, p. 6).

⁵² O Pólo Gás-Sal é um complexo industrial que está sendo implantado na região de Macau, e que visa a utilização racional e integrada dos recursos minerais (petróleo, gás natural, sal marinho, águas-mães, calcário e sílica), presentes em abundância na região delimitada pelos municípios de Guamaré, Macau e Mossoró (Cf. FIERN, 2001, p. 2).

investimentos e gerar cerca de 2 mil empregos diretos (Cf. KLEIBER, 1998, p. 27).

Os recursos para a realização desse empreendimento viriam de uma parceria entre o Governo do Estado e a Petrobrás. Sem dúvida, um empreendimento capaz de provocar mudanças qualitativas na economia potiguar. Entretanto até o momento da realização dessa pesquisa, apenas a Petrobrás cumpriu sua parte do acordo, o que impossibilitou a instalação dessa matriz industrial no Estado.

Nesse contexto, apesar de ser o segundo maior produtor de Petróleo do Brasil, o Rio Grande do Norte tem perdido grandes chances de explorar economicamente essa riqueza. O que limita sua participação praticamente a impostos arrecadados e aos *royalties* que a Petrobrás paga ao próprio Estado, aos municípios produtores e, recentemente aos proprietários das terras nas quais o petróleo está sendo extraído.

Em 2000, a Petrobrás contribuiu com R\$ 71,8 milhões em ICMS – Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços, passando a ser a maior contribuinte para a arrecadação do imposto no Estado. Somando-se os *royalties* pagos ao Estado e aos municípios a Petrobrás paga anualmente cerca de R\$ 128 milhões (Cf. TRIBUNA DO NORTE, 2002, p. 4).

Essas cifras tornam-se relativamente pequenas quando se leva em conta toda a riqueza que poderia ser gerada com a implantação de um pólo petroquímico, ou mesmo de uma refinaria no Estado. Apesar disso até o momento o Pólo Gás-Sal não foi implementado em sua totalidade

Outro setor que volta ser destaque na economia potiguar é o setor têxtil. Esta indústria volta ao cenário econômico do Rio Grande do Norte com o auxílio

do PROADI – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial. De acordo com os dados da SINTEC - Secretaria da Indústria do Comércio, da Ciência e da Tecnologia, o programa captou mais de R\$ 1 bilhão em investimentos entre 1995 e 2001, gerando 16.275 empregos (Cf. SINTEC apud TRIBUNA DO NORTE, 2002, p. 5).

No setor de serviços, uma atividade que vem se sobressaindo dentre as demais é o turismo, na segunda metade da década de 90 o fluxo turístico cresceu 119,5%, passando de 583.000 em 1996 para 1.142.281 em 1999 (Cf. TRIBUNA DO NORTE, 2002). Uma crítica sempre feita a essa atividade era sua concentração no litoral do Estado, especificamente na capital e nos municípios que a rodeiam.

Atualmente o desafio dessa atividade é diversificar as opções, com a inclusão de novos atrativos. Uma dessas opções é a expansão para o interior do Estado, incluindo o turismo ecológico em seu catálogo.

O SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, em parceria com a EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo, vem desenvolvendo um projeto de interiorização do turismo no Estado, chamado de Novos Roteiros Temáticos cujo objetivo é expandir o turismo para todas as micro-regiões do Estado (Cf. LIMA, 1999, p. 16).

Apesar da pequena participação da agricultura na formação do produto interno potiguar, esse setor ainda empregou 20% das pessoas de 10 anos ou mais ocupadas no Estado em 1999⁵³, praticamente o mesmo índice de pessoas que vivem na Zona rural, o que significa que a base econômica da população rural do Estado ainda é a agricultura de subsistência com baixa produtividade.

⁵³ Cf. dados da PNAD 1999.

O Rio Grande do Norte tem aproximadamente 2,77 milhões de habitantes, sendo que 73,32% vivem em áreas urbanas.⁵⁴ “Em 1980 a população urbana representava 58,8% da população total; em 1991, 69,1% e em 1996 ficou em 72,05%” (COSTA, 1997, p. 11).

O deslocamento da população da Zona Rural acelerou-se a partir dos anos 70 devido ao fraco desempenho das atividades agropecuárias. Esse abandono do meio rural acelera-se nos anos 80 com a derrocada do algodão e a intensificação da estiagem.⁵⁵

Vale ressaltar que essa redução da população rural trouxe consigo o inchamento das grandes cidades, principalmente dos municípios da Grande Natal e Mossoró e, conseqüentemente um aumento dos problemas sociais nessas localidades, inclusive aumento da favelização (IDEC, 1997, p. 15).

Na estrutura ocupacional da população potiguar predominam as atividades de comércio e serviços, fenômeno que não diverge da participação dessas atividades no total da produção da potiguar, conforme foi mostrado na tabela 4 (p. 69). Situações diferentes são os casos da agricultura e da indústria. O setor agrícola com uma baixa participação na produção (2,2%) emprega quase a mesma quantidade de pessoas que o setor industrial, sendo que este último tem sua participação no PIB superior a 40%.

A distribuição das ocupações por ramos de atividade⁵⁶ no Rio Grande do

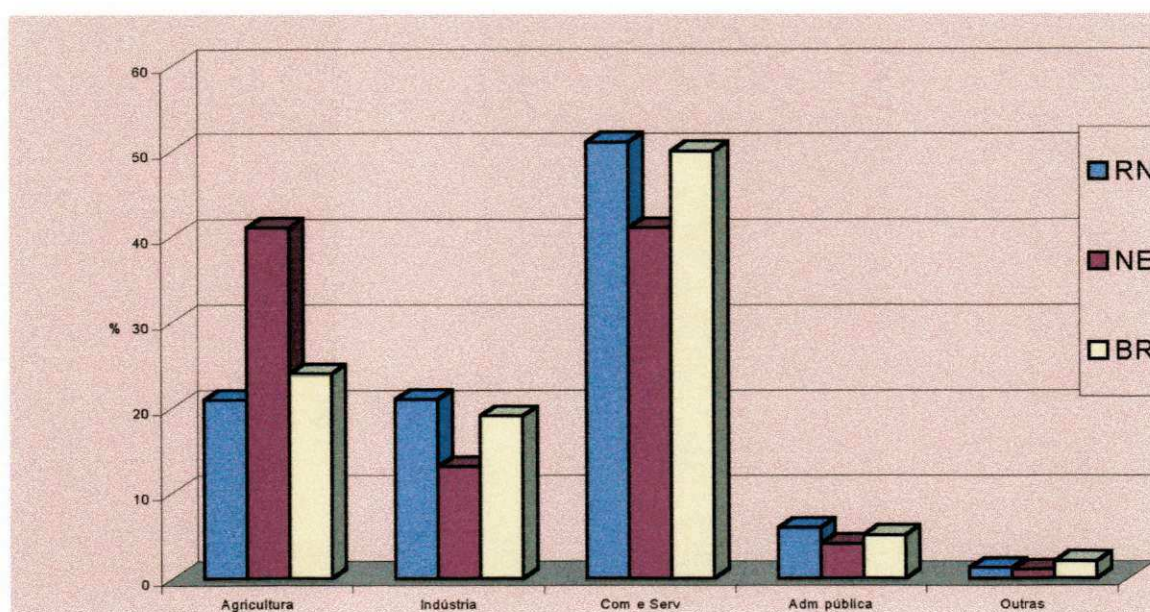
⁵⁴ Cf. dados do Censo 2000, tabulados por IDEMA, 2001.

⁵⁵ Se levarmos em conta que, “em 1970, apenas 47,5% da população residiam nas cidades” (IDEC, 1997, p. 15), verifica-se que o crescimento da população acompanhou as mudanças na estrutura produtiva potiguar ocorrida nas últimas décadas.

⁵⁶ São consideradas atividades do ramo agrícola a agricultura, a silvicultura, a pecuária, a extração vegetal, a pesca e a piscicultura; fazem parte do ramo industrial as indústrias de transformação, de construção e outras atividades industriais como extração mineral e serviços industriais de utilidade pública; são considerados comércios e serviços, o comércio de mercadorias, prestação de serviços em geral, serviços auxiliares das atividades econômicas, transporte e comunicação e serviços sociais; pertencem à administração pública, além dos funcionários da própria a defesa nacional e a segurança pública e; são classificadas como outras atividades, as instituições de crédito e seguro, comércio e administração de imóveis, as organizações internacionais e atividades mal definidas ou não declaradas (Cf. PNAID, 1996, p. XXXVII).

Norte segue uma tendência parecida com a do Brasil. O Nordeste segue uma tendência diferente, com mais pessoas ocupadas na agricultura que na indústria, e mantendo os índices de ocupação nos serviços no mesmo nível do setor agrícola, conforme pode ser observado no gráfico III.

GRÁFICO III – RIO GRANDE DO NORTE: PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS OCUPADAS, SEGUNDO O RAMO DE ATIVIDADE DO TRABALHO PRINCIPAL EM 1999



FONTE: IBGE, PNAD 1999, elaborada por IDEMA, 2001.

Observa-se no gráfico acima que a estrutura ocupacional da economia potiguar não difere da tendência atual da economia brasileira e mesmo da mundial, qual seja: a concentração dos trabalhadores nos setores de comércio e serviços.

No Rio Grande do Norte esse fenômeno justifica-se pela existência de dois movimentos contraditórios, um é a diminuição constante da população residente na Zona Rural, o outro é o crescimento do setor de serviços que tem no turismo seu carro-chefe.

Nesse contexto, pode-se deduzir que o crescimento da economia potiguar nos anos 90 pouco diferiu, em termos qualitativos, do soerguimento verificado nas décadas de 70 e de 80, ou seja, apesar das mudanças na estrutura produtiva, a produção continua concentrada basicamente em dois pólos: Natal e Mossoró. Enquanto isso a maioria dos municípios fica a margem, mantendo-se, provavelmente, através das transferências públicas estaduais e federais.

Falou-se até agora da produção da riqueza, vejamos agora como se dá sua distribuição.

3.2 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO RIO GRANDE DO NORTE: uma visão do contraste

Apesar de ter um PIB em crescimento e a uma renda per capita relativamente alta,⁵⁷ o Estado continua convivendo com desfavoráveis indicadores sociais, revelando assim um modelo fortemente concentrador de renda e pouco voltado para o aspecto social.

São várias as formas utilizadas para medir a desigualdade na distribuição da renda, e controversas as teorias relativas ao tema. Entretanto, este estudo limita-se a estudar a desigualdade interpessoal da renda no Rio Grande do Norte.⁵⁸ Essa análise foi feita com base nos dados das PNADs disponíveis para os anos 90.⁵⁹

Sabe-se das limitações de uma pesquisa feita por amostragem. No entanto, as PNADs são a única fonte disponível para intervalos anuais. Peca-se

⁵⁷ Com um valor de US\$ 2.247, a renda per capita potiguar é menor apenas que a do estado da Bahia (CF. FIBRN 2000, p. 1).

⁵⁸ Uma distinção entre desigualdade funcional e interpessoal da renda pode ser encontrada no primeiro capítulo deste trabalho, bem como nas obras citadas no referido capítulo.

⁵⁹ Não foi realizada pesquisa nos anos de 1991 (censo) e 1994 (não foram disponibilizados recursos).

também por não fazer recortes micro-regionais e/ou municipais. Entretanto, para isso teríamos que utilizar os dados censitários, disponíveis apenas em intervalos de 10 anos.

Vale salientar que nesse tipo de pesquisa, a maioria dos dados refere-se aos rendimentos do trabalho.⁶⁰ Isto significa que outros tipos de rendimentos leiam-se, rendimentos do capital, estão subestimados apontando para uma distribuição mais desigual que a constatada através dos dados.

O total da PEA potiguar estudada pelas PNADs foi em média de 1.100.000 (um milhão e cem mil pessoas) ao ano⁶¹. Esse total inclui pessoas sem rendimento (inclusive as que receberam somente em benefícios) e as que não declararam rendimento.

Na tabela abaixo podemos observar a distribuição percentual da PEA de acordo com a classe de rendimento na qual se encontram.

TABELA 5 – RIO GRANDE DO NORTE: PERCENTUAL DA PEA SEGUNDO AS CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL 1992-99

CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
ATÉ ½ SALÁRIO MÍNIMO	25,62	20,93	8,97	7,51	8,65	6,65	9,71
MAIS DE 1/2 A 1 SALÁRIO MÍNIMO	20,61	26,13	25,38	21,98	22,54	25,60	21,41
MAIS DE 1 A 2 SALÁRIOS MÍNIMOS	20,24	18,38	22,69	26,68	24,44	26,00	24,45
MAIS DE 2 A 3 SALÁRIOS MÍNIMOS	5,06	6,11	8,55	9,58	9,22	7,82	10,64
MAIS DE 3 A 5 SALÁRIOS MÍNIMOS	3,45	4,81	6,32	8,41	6,53	8,82	6,59
MAIS DE 5 A 10 SALÁRIOS MÍNIMOS	3,22	3,56	4,57	4,88	4,81	4,57	5,24
MAIS DE 10 A 20 SALÁRIOS MÍNIMOS	1,56	1,88	2,95	3,52	2,96	2,31	2,41
MAIS DE 20 SALÁRIOS MÍNIMOS.....	0,64	0,72	1,11	1,69	1,45	1,72	1,35
SEM RENDIMENTO (1)	19,32	16,41	18,93	15,41	17,99	16,19	17,90
SEM DECLARAÇÃO	0,28	1,06	0,51	0,33	1,41	0,32	0,30
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100

(1) inclusive as pessoas que receberam somente em benefícios.

Fonte: PNADs (vários anos). Elaboração da autora.

⁶⁰ “Cerca de 90% da renda levantada pelos dados das PNADs correspondem a rendimentos do trabalho” (SABOIA, 2000, p. 181).

⁶¹ São consideradas Pessoas Economicamente Ativas, pelas PNADs, as pessoas ocupadas na semana de referência e as desocupadas que tomaram alguma providência para procurar trabalho nesse período (Cf. IBGE, 1996, p. XXXII).

A participação na PEA da classe de rendimento mensal inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo caiu expressivamente durante o período 1992-1999, sendo essa redução mais significativa nos anos de 1993 e 1996 e em 1998, anos em que o PIB potiguar cresceu em média 8% ao ano.

Essa queda acentuada da participação na PEA da classe inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo (20,93% para 8,97) entre 1993 e 1995 parece de imediato um pouco fora de contexto. Entretanto, quando verificamos o comportamento da renda na Região Nordeste e no Brasil no referido período, constata-se que houve um crescimento substancial da renda no período em estudo. O valor real médio, em reais de setembro de 1999, do rendimento da PEA da região Nordeste passou de R\$ 272,5 em 1993 para R\$ 338,2 em 1995; para o Brasil os valores são de R\$ 456,8 e R\$ 587,7, respectivamente (Cf. HOFFMAN, 2000, p. 6).

Foi também nesse período que os efeitos distributivistas do Plano Real se espalharam pelo País, afetando de forma positiva e mais acentuada os rendimentos menores. Houve inclusive uma redução da pobreza absoluta em todo o Brasil, apesar deste não ter sido o objetivo central da política econômica.

Não se pode negar que uma moeda estável tem conseqüências benéficas sobre a economia e a distribuição da renda, mas o crescimento econômico tem determinantes mais complexos. Segundo o autor supracitado, a recuperação da economia teve início antes da implantação da nova moeda (idem, p. 5).

No sub-período 1996-1999, à exceção de 1998, há um relativo aumento da participação na PEA de pessoas que recebem até $\frac{1}{2}$ salário mínimo em 1999, demonstrando senão uma regressão, uma estagnação na melhora da distribuição dos rendimentos. A análise nacional também mostra um retrocesso na distribuição dos rendimentos da PEA a partir de 1997.

Tomando-se as três classes de menor rendimento, percebe-se uma redução da PEA (65% em 1992 para 55% em 1999). Observando-se as três classes separadamente percebe-se que houve uma migração da PEA da classe de rendimento inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo para as duas classes imediatamente superiores, com alternância entre as três, sendo que essa mobilidade foi mais significativa no ano de 1998, quando o percentual de pessoas das classes que recebiam entre $\frac{1}{2}$ e 1 e entre 1 e 2 salários mínimos superaram os 25% e 26% respectivamente.

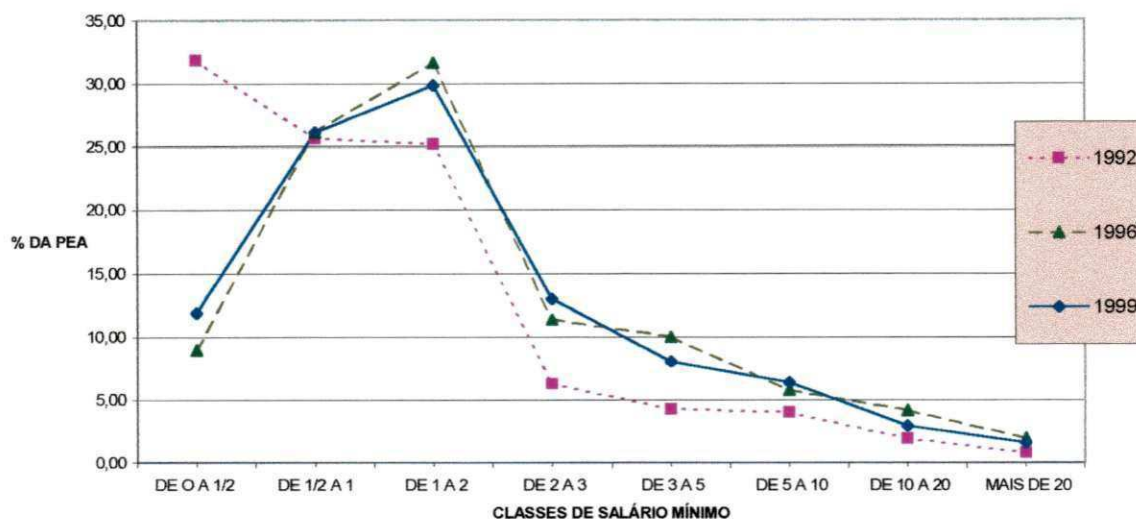
Vale salientar que essa melhora no rendimento de aproximadamente 20% da PEA, de $\frac{1}{2}$ para 1 ou 2 salários mínimos, é bastante reduzida quando comparada com a renda per capita do Estado no final da década. (US\$ 2.247 em 1999).

Somando-se esses mais de 50% da PEA com quase 20% que não têm rendimento, temos mais de 70% da PEA com rendimentos inferiores a 2 salários mínimos, o que sugere a persistência da desigualdade na distribuição da renda no Rio Grande do Norte apesar dos altos níveis de crescimento econômico verificados durante a última década.

O percentual de pessoas nas classes de rendimento superiores também aumentou. Entretanto esse aumento não acompanhou o crescimento da renda gerada no Estado.

A diferença na estrutura da distribuição de renda da PEA, em anos selecionados do período analisado, pode ser visto de forma mais clara no gráfico IV.

**GRÁFICO IV– RIO GRANDE DO NORTE: DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS
DA PEA (ANOS SELECIONADOS).⁶²**



Fonte: PNADs 1992, 1996 e 1999.
Elaboração da Autora.

Comparando-se os anos de 1992 e 1996, percebe-se que a partir da faixa de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo, a participação da PEA no segundo ano é maior em todas as faixas de rendimento. Fenômeno inverso ocorre com a participação da PEA na faixa de rendimento inferior a $\frac{1}{2}$ salário, a qual fica em torno de 7% em 1996.

Esse movimento sugere que houve uma melhora na distribuição dos rendimentos no período.

Ao tomarmos como base a curva de rendimentos de 1999 é interessante fazer duas observações, uma em relação a curva de 1992 e outra em relação à de 1996.

Quando comparada a 1992, excetuando-se a parte da PEA que recebe até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, todas as outras faixas de rendimentos registraram aumento de participação da PEA. Entretanto, se comparamos a 1996 observa-se um aumento da participação da PEA na faixa de rendimento mais baixo, o que significa maior

⁶² Excluídas as classes sem rendimento e sem declaração

quantidade de trabalhadores recebendo até $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Nas demais faixas registram-se pequenas alterações ora com redução da participação (1 a 3, 3 a 5, 10 a 20 e acima de 20), ora com aumento de participação das pessoas economicamente ativas (2 a 3, 5 a 10).

Essa queda/estagnação relativa na distribuição dos rendimentos não se deu apenas no Rio Grande do Norte.

Ao analisar o comportamento dos rendimentos no Brasil, ROCHA constatou que de 1997 a 1999 o mercado de trabalho mostrou-se incapaz de gerar postos de trabalho suficientes para absorver mão-de-obra, o que aumentou a taxa de desemprego e fez declinar os rendimentos (2001, p. 1).

Até o momento, analisamos a desigualdade de renda do ponto de vista da evolução dos rendimentos no período delimitado. Entretanto é importante frisar alguns fatores que podem gerar e/ou ampliar as desigualdades na distribuição da renda.

No primeiro capítulo deste trabalho, abordamos de forma sucinta algumas teorias que buscam explicar as causas da diferenciação na repartição da renda, especificamente dos chamados rendimentos do trabalho. Dentre as mais importantes foram destacadas a teoria do capital humano, a qual considera a remuneração como resultado das características pessoais e o modelo de segmentação da classe trabalhadora decorrente dos avanços tecnológicos que teriam beneficiado os trabalhadores ligados ao poder decisório das firmas.

Além dessas diferenciações entre os trabalhadores de acordo com a capacidade produtiva e o posto que assumem dentro de uma empresa, existe também a diferenciação de salários entre pessoas consideradas homogêneas diante do mercado de trabalho, mas de gênero, raça e/ou cor diferentes.

Neste trabalho serão enfatizadas as diferenças salariais da PEA, no que se refere a gênero, categoria de emprego e níveis de educação.

Iniciaremos pelas diferenças de gênero. O último Censo (2000) constatou que as mulheres representam 41% da PEA no Brasil e chefiam mais de 25% das famílias. Contrastando com esse fenômeno, tem-se que seu rendimento médio corresponde a 64,5% dos rendimentos auferidos pelos homens. (Cf. DIEESE, 2002, p. 1).

Esses dados mostram que apesar do espaço conquistado pela mulher nos últimos anos, seu trabalho ainda não tem o reconhecimento adequado. Uma evidência disso é o rendimento médio inferior ao do sexo masculino.

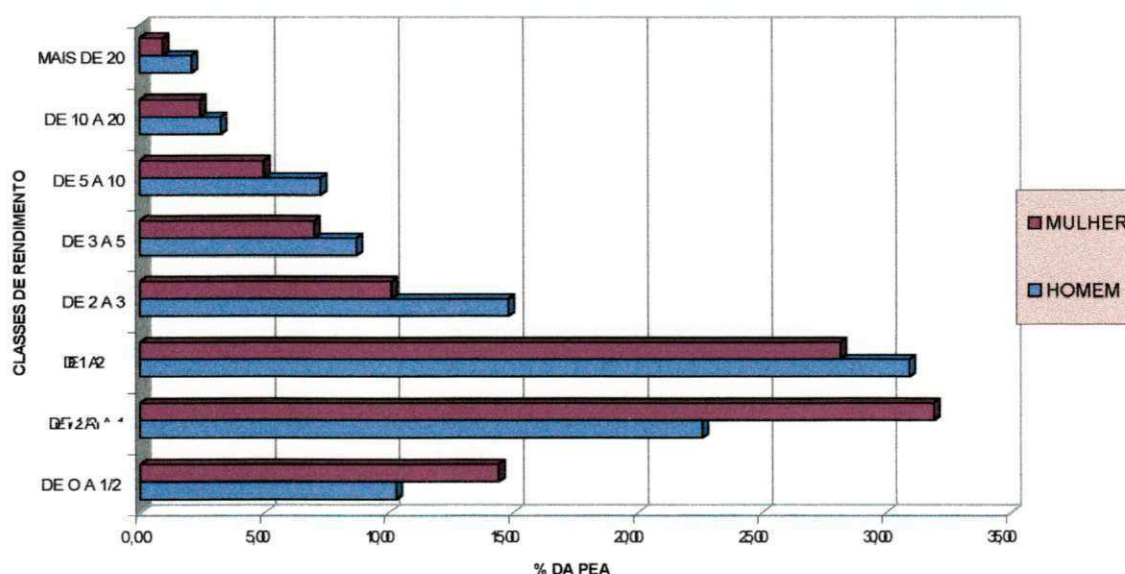
De acordo com (SILVA, 2002), no Rio Grande do Norte, 40,16% da PEA potiguar é composta por mulheres, destas, 43,27% estão na faixa entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo, o que indica que a discriminação por gênero no Rio Grande do Norte não é muito diferente daquela observada no Brasil.

Os dados das PNADs de 1992 e 1999 nos permitem afirmar que a maioria das mulheres encontra-se nas classes de rendimento inferior a dois salários mínimos, sendo amplamente majoritárias nos intervalos de renda inferiores a 1 salário mínimo.

Na faixa de 1 a 2 salários mínimos, bem como nas demais acima desse valor, a presença dos homens é superior a das mulheres. A incidência de mulheres nas faixas de renda que recebem acima de 5 (cinco) salários mínimos é muito pequena (15,7%). A quantidade de homens nessas classes de rendimento mais elevado, apesar de baixa (21,3%), é relativamente superior à quantidade de mulheres. Esse fenômeno acentua-se na parte da PEA que recebe mais de 20

salários, na qual a participação feminina corresponde a menos da metade da participação masculina. Como podemos visualizar no Gráfico V.

GRÁFICO V – RIO GRANDE DO NORTE: DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DA PEA SEGUNDO O SEXO EM 1999.⁶³



Fonte: PNAD (1999)
Elaboração da Autora.

Levando-se em conta que as mulheres têm em média grau de instrução superior aos homens,⁶⁴ confirma-se a discriminação sofrida pelo gênero feminino no mercado de trabalho, ao mesmo tempo que mostra a fragilidade de parte da teoria do capital humano.

Outra variável importante na diferenciação dos salários é a posição na ocupação. O IBGE faz a divisão dos trabalhadores ocupados em empregados, militares e estatutários, trabalhadores domésticos, trabalhadores por conta

⁶³ Não estão incluídas as pessoas sem rendimento e as que não o declararam.

⁶⁴ Na faixa de 9 a 11 anos de instrução encontram-se 13,7% dos homens e 19% das mulheres; na faixa de 12 a 14 anos de instrução encontram-se 17,3% dos homens e 19,7% das mulheres (IBGE, 2001, p. 19).

própria, empregadores e trabalhadores não remunerados.⁶⁵ Nas PNADs os militares e estatutários são agregados à categoria dos empregados e os trabalhadores não remunerados passam a constar na categoria dos que não declararam rendimentos. A Tabela 7 mostra a posição na ocupação da população ocupada nos anos de 1992 e 1999.

TABELA 6 – RIO GRANDE DO NORTE: POPULAÇÃO OCUPADA POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO 1992 E 1999

POSIÇÃO OCUPAÇÃO	NA	POPULAÇÃO OCUPADA %	
		1992	1999
Empregados		62,64	61,47
Trabalhadores domésticos		7,27	7,82
Conta própria		27,87	26,88
Empregadores		2,22	3,83

Fonte: PNADs 1992 e 1999.

Elaboração da Autora.

A maioria da população ocupada do Rio Grande do Norte encontra-se na situação de empregado, seguido pelos trabalhadores por conta própria. Saliente-se que tomando-se os anos extremos da análise temos um decréscimo nessas duas ocupações e um pequeno acréscimo nos trabalhadores domésticos e nos empregadores.

Segundo dados da SUDENE (2000), o Rio Grande do Norte foi uma exceção em termos de aumento do emprego, destacando-se como o único Estado que teve crescimento positivo do emprego formal no Nordeste em 1998 (2,11%), entretanto no ano de 1999 não manteve a mesma performance.

Os dados colhidos pelas PNADs nos permitem observar a evolução do rendimento em cada uma dessas ocupações nos anos acima citados. Tomando

⁶⁵ O IBGE considera como trabalhadores não remunerados aqueles que trabalham sem remuneração em ajuda a membro da unidade domiciliar e aquele que trabalha como estagiário ou aprendiz em instituições religiosas, beneficente ou de cooperativismo (Cf. IBGE, 1996, p. XXXIV).

como referência as três classes de rendimento inferiores (até $\frac{1}{2}$, de $\frac{1}{2}$ a 1 e de 1 a 2 salários mínimos), constata-se que mais de 80% de empregados e trabalhadores por conta própria encontra-se nessa faixa em 1992. Em 1999, esse percentual cai para 70% em média, o que demonstra a persistência de um nível de renda baixo para os que vivem do trabalho, haja vista mais de 85% da população ocupada do Estado pertencer a uma dessas categorias (Cf. PNADs 1992 e 1999).

A situação dos trabalhadores domésticos é ainda mais degradante em termos de rendimento. Em 1992 mais de 80% recebiam menos de $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Esse quadro muda durante a década, e em 1999 o percentual nessa classe de rendimento baixa para 24,14% (idem).

Supõe-se que essa melhora deva-se a uma maior rigidez no cumprimento das leis trabalhistas imposta pelos órgãos judiciários. Entretanto, os trabalhadores domésticos ainda estão longe de verem cumprido o regulamento que os acoberta. Dados do IBGE (2001) mostram que em 1999, apenas 8,2% dos trabalhadores domésticos do Rio Grande do Norte tinham carteira de trabalho assinada.

Há diferenciação salarial entre os próprios empregados, mas antes de verificarmos essas diferenças é interessante salientar que durante a década de 90 houve redução no percentual dos trabalhadores com carteira assinada tendo como contrapartida um aumento da categoria de militares e funcionários públicos, o que demonstra o crescimento do setor de segurança e do próprio setor estatal no Rio Grande do Norte. A composição do emprego segundo as categorias⁶⁶ pode ser observada na tabela a seguir:

⁶⁶ O IBGE divide os empregados em três categorias: os que tem registro na carteira de trabalho, os militares e estatutários e a categoria outros (os que não se enquadram nas duas categorias anteriores) (Cf. PNAD, 1996, p. XXXVII).

TABELA 7 – RIO GRANDE DO NORTE: CATEGORIA DE EMPREGO DO TRABALHO PRINCIPAL NA SEMANA DE REFERÊNCIA EM PERCENTUAL (ANOS SELECIONADOS)

ANOS	COM CARTEIRA ASSINADA	MILITAR E ESTATUTÁRIO	OUTROS
1992	42,04	12,28	45,68
1996	39,59	19,22	41,19
1999	38,62	18,04	43,34

Fonte: PNADs vários anos.

Elaboração da Autora.

Importante observar que quase metade dos trabalhadores do Estado encontra-se na categoria outros, ou seja, sem registro.

Um breve panorama do que aconteceu no mercado de trabalho potiguar nos anos 90 pode auxiliar no esclarecimento da persistência do alto índice de trabalhadores sem registro, seja no regime celetista ou no regime estatutário.

Entre 1992 e 2000, 90% dos postos de trabalho em oficinas de conserto de eletrodomésticos e mecânicos foram fechados; [...] 39% dos postos de trabalho no setor de telecomunicações, energia e água, foram fechados; [...] 45% dos postos de trabalho bancários desapareceram entre 1992 e 2000. (FIERN apud TRIBUNA DO NORTE, 2000, p 09).

Essa redução de postos de trabalho, provavelmente são resultados das reestruturações de algumas empresas e privatizações que ocorreram em diversos setores durante a década em estudo.

Na tabela 8 podemos observar de imediato que os empregados que se encontram na categoria “outros” estão localizados predominantemente nas classes de menor rendimento. Em 1992 mais de 80% recebiam até 1 salário mínimo; em 1999 esse percentual reduz-se para 60%, o que demonstra uma queda significativa das pessoas que recebiam menos de um salário mínimo, apesar de constatar que mais da metade dos empregados enquadrados na categoria “outros” ainda continuarem na mesma situação.

TABELA 8 - RIO GRANDE DO NORTE: RENDIMENTO MENSAL DO TRABALHO PRINCIPAL SEGUNDO A CATEGORIA DO EMPREGO 1992 E 1999.

CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL	COM CARTEIRA ASSINADA		MILITAR E ESTATUTÁRIOS		OUTROS	
	1992	1999	1992	1999	1992	1999
Até ½ Salário Mínimo	8,90	0,23	7,81	0,97	50,84	22,63
Mais de 1/2 A 1 Salário Mínimo	30,37	22,45	14,85	21,85	32,56	35,75
Mais de 1 a 2 Salários Mínimos	37,90	43,77	34,37	16,02	13,86	29,06
Mais de 2 a 3 Salários Mínimos	9,36	14,29	11,72	18,93	0,84	7,27
Mais de 3 a 5 Salários Mínimos	6,17	8,62	14,06	16,02	0,63	2,22
Mais de 5 a 10 Salários Mínimos	4,56	7,71	13,28	16,02	0,84	1,21
Mais de 10 a 20 Salários Mínimos	2,05	2,49	3,91	6,80	0,21	0,61
Mais de 20 Salários Mínimos	0,69	0,45	0,00	3,40	0,00	0,61
Sem Rendimento (1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,61
Sem Declaração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,21	0,00

(1) Inclusive aqueles que receberam apenas em benefícios.

Fonte: PNADs 1992 e 1999. Elaboração da Autora.

Tomando-se como referência os anos de 1992 e 1999 pode-se constatar uma redução significativa dos trabalhadores na classe inferior de rendimentos (até ½ salário mínimo) para as três categorias, sendo essa redução mais acentuada entre os trabalhadores registrados, seja em carteira, seja nos regimes estatutário e militar.

Ao passar para a classe imediatamente superior (de ½ a 1 salário), observa-se situações diferentes em cada categoria. Enquanto o percentual de militares e estatutários, bem como dos empregados que se encontram na categoria "outros" aumentou, o percentual de pessoas com carteira assinada nessa classe de rendimento diminuiu.

Apesar dos ganhos constatados pelas três categorias na década, ainda é muito grande a quantidade de empregados que recebem menos de 2 salários mínimos, até porque observando bem os dados percebe-se que as mudanças se

deram com maior ênfase nas classes de rendimento inferiores, exceção feita à categoria outros que teve o percentual de empregados na faixa entre 2 e 3 salários mínimos em 1999 aumentado em mais de 8 vezes.

Entretanto, o Rio Grande do Norte ainda paga mal a seus empregados, haja vista que em 1999 mais da metade dos empregados com carteira assinada e mais de 80% dos classificados como outros auferiam rendimentos inferiores a dois salários mínimos. Diferenciam-se um pouco dessa realidade os militares e estatutários, haja vista em 1999, apenas 38% deles receberem menos de 2 salários mínimos.

Nas classes de maior rendimento a presença dos militares e estatutários aproximadamente 10%. Isso se deve à presença do alto escalão da área militar, bem como de diretores e executivos da administração pública.

O nível educacional, ou o grau de instrução da classe trabalhadora é tido pelos defensores da teoria do capital humano como a variável principal na explicação da desigualdade na distribuição dos rendimentos. Essa explicação vem ganhando mais adeptos na atual conjuntura econômica.⁶⁷ Para tais estudiosos a falta de qualificação é considerada a grande causa do aumento do desemprego.

As teorias contrárias a essa visão afirmam que o desnível educacional é mais consequência do que causa da distribuição desigual da renda.⁶⁸

A tabela a seguir mostra a relação entre os anos de estudo dos trabalhadores potiguares e a classe de rendimento no qual estão inseridos no ano de 1999.

⁶⁷ Dentre os mais citados destaca-se LANGONI(1973); entre os mais recentes destacam-se LEAL & WERLANG (2000).

⁶⁸ Um contraponto entre essas teorias pode ser encontrado no primeiro capítulo deste trabalho.

TABELA 9 – RIO GRANDE DO NORTE: PERCENTUAL DA POPULAÇÃO OCUPADA POR CLASSE DE RENDIMENTO, SEGUNDO OS ANOS DE ESTUDO 1999.

CLASSES DE RENDIMENTO	S/ INSTR. E MENOS DE 1 ANO	1 A 3 ANOS	4 A 7ANOS	8 A 10 ANOS	11 A 14 ANOS	16 ANOS OU MAIS	NÃO DETER E S/DECLAR
Ate 1/2	16,10	17,60	14,10	5,61	2,31	0,87	0,00
De 1/2 a 1	25,62	29,33	24,68	25,97	15,17	5,21	71,44
De 1 a 2	26,08	21,33	25,79	31,23	30,08	5,22	28,56
De 2 a 3	7,26	6,67	10,94	11,93	16,97	8,70	0,00
De 3 a 5	2,95	2,93	4,08	6,32	14,14	20,87	0,00
De 5 a 10	0,91	2,93	2,04	6,31	10,02	29,57	0,00
De 10 a 20	0,68	0,53	1,48	1,40	4,63	13,91	0,00
Mais de 20	0,00	0,00	0,74	0,35	2,06	14,78	0,00
S/ Rendimento	19,04	18,67	16,14	10,88	4,37	0,87	0,00
S/ Declaração	1,36	0,00	0,00	0,00	0,26	0,00	0,00

Fonte: PNAD 1999.

Elaboração da Autora.

Os dados contidos na Tabela 10 mostram que a PEA com menos de 8 anos de estudo (aqueles não concluíram o ensino fundamental) está concentrada nas três classes de rendimento mais baixo. Entretanto, percebe-se que a situação dos trabalhadores que tem entre 8 e 10 anos de estudo é praticamente a mesma, ou seja, mais da metade dos que tem esses anos de estudo recebe menos de 2 salários mínimos.

Da PEA que tem de 11 a 14 anos de estudo (completou o ensino médio ou está cursando alguma faculdade), 47,56% recebe menos de 2 salários. A única parte da PEA que se destaca nas classes de rendimento acima de 3 salários mínimos é aquela que completou pelo menos um curso de nível superior.

Levando-se em conta, que em 1999 apenas 5,36% da PEA tinha acima de 15 anos de instrução, percebe-se que a falta de oportunidade de acesso à educação, especificamente, à educação superior é um fator importante na determinação dos salários. Como dizia FISHLOW (1978), o próprio sistema educacional brasileiro assegura a manutenção da estrutura existente ao racionar

a diplomação em favor dos mais afluentes e também daqueles com pais educados. Uma constatação válida ainda nos dias de hoje.

Um outro dado preocupante é o grande percentual de pessoas classificadas como sem rendimento, principalmente entre as pessoas que não concluíram o ensino médio, sempre acima de 10%, atingindo quase 20% entre as pessoas sem instrução e com menos de 1 ano.

É importante salientar que existem diferenças de renda entre pessoas com o mesmo grau de instrução, o que pode ser observado principalmente entre as pessoas com mais instrução (acima de 11 anos de estudo). Quando se toma a PEA com mais de 15 anos, por exemplo, observa-se que quase 20% recebem menos de 3 salários mínimos, enquanto 14,78% recebem mais de 20 salários.

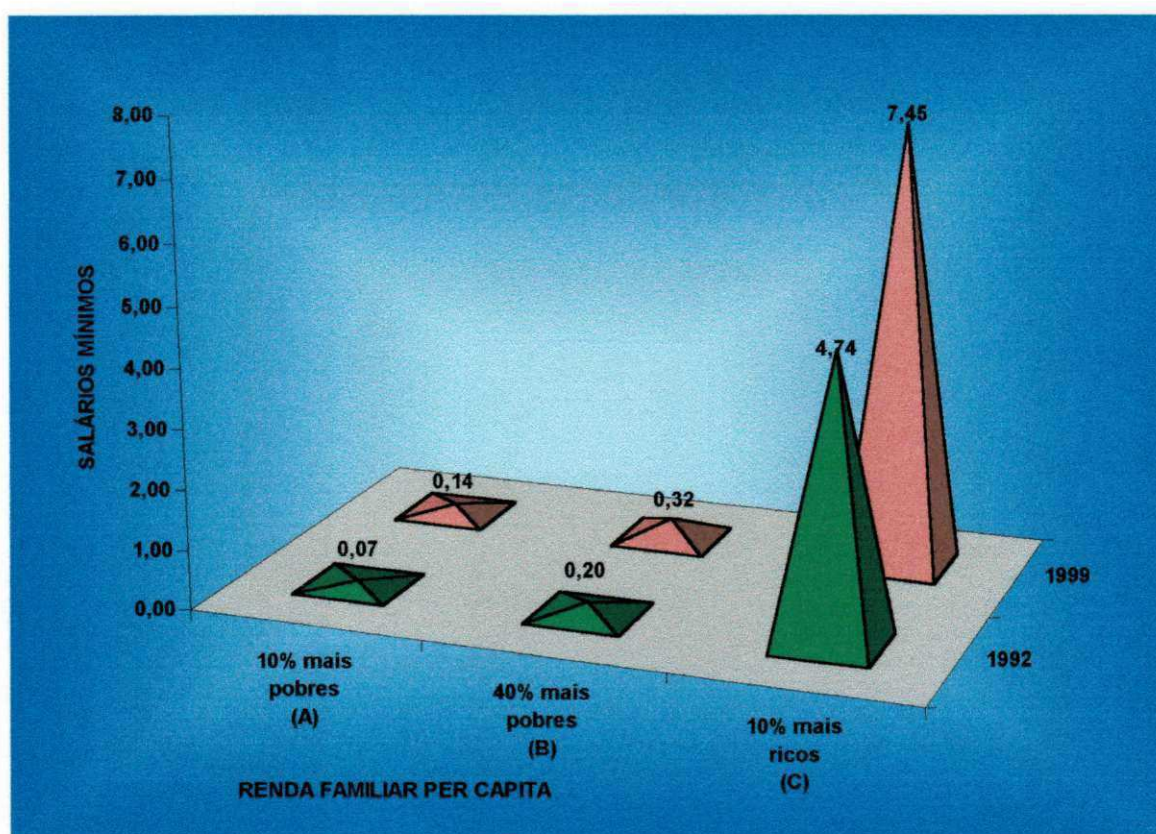
Nesse contexto, pode-se concluir que existe diferença salarial não apenas entre pessoas com níveis de instrução diferentes, mas também entre pessoas com o mesmo grau de instrução, o que reforça a confirmação da tese de que a educação/ qualificação profissional por si só não determina bons rendimentos.

A determinação dos salários depende muito da política econômica, em específico da política salarial, pois como constatou SINGER (1978), a remuneração dos operários é prefixada por fatores como salário mínimo e contratos de trabalho. No caso de profissionais de nível mais elevado seu rendimento estaria mais vinculado ao movimento dos lucros e o lugar que ocupa na hierarquia da empresa.

Até o momento foram estudadas divergências no rendimento individual da População Economicamente Ativa. Uma outra forma de examinar a desigualdade na distribuição da renda é usando como parâmetro a renda familiar per capita, ou seja a renda mensal da família dividida pelo número de componentes da mesma.

A partir dos dados contidos no Gráfico VI, pode-se constatar que a desigualdade na distribuição da renda verificada no rendimento individual da PEA, também é visível na análise do rendimento familiar per capita.

GRÁFICO VI – RIO GRANDE DO NORTE: RENDA MÉDIA FAMILIAR *PER* CAPITA, EM SALÁRIOS MÍNIMOS, DOS 10% E 40% MAIS POBRES E DOS 10% MAIS RICOS, EM 1992 E 1999



Fonte: IBGE, 2000.
Elaboração da Autora.

Ao observar a média do rendimento familiar entre os anos extremos do período em estudo, percebe-se uma melhora na renda dos três extratos da população sob análise. Entretanto para os 10% e 40% mais pobres, esse aumento percentual em termos de rendimento é muito baixo, haja vista os

primeiros viverem com menos de 1/6 do salário mínimo por pessoa, valor que não ultrapassa 1/3 no segundo extrato estudado.

Fenômeno inverso ocorre para os 10% que estão no topo da pirâmide, estes quase duplicaram a média salarial por pessoa na década em estudo. Nesse contexto, pode-se concluir que a concentração da renda em favor dos mais ricos manteve-se no mesmo patamar durante o período (os 10% mais ricos recebem em aproximadamente 23 vezes mais que os 40% mais pobres, tanto em 1992 quanto em 1999).

Os dados do IBGE – censo de 2000, mostram que além da concentração mostrada pelos dados das PNADs, em termos de rendimento individual da PEA e rendimento familiar per capita, há também uma concentração espacial da renda dentro do próprio Estado.

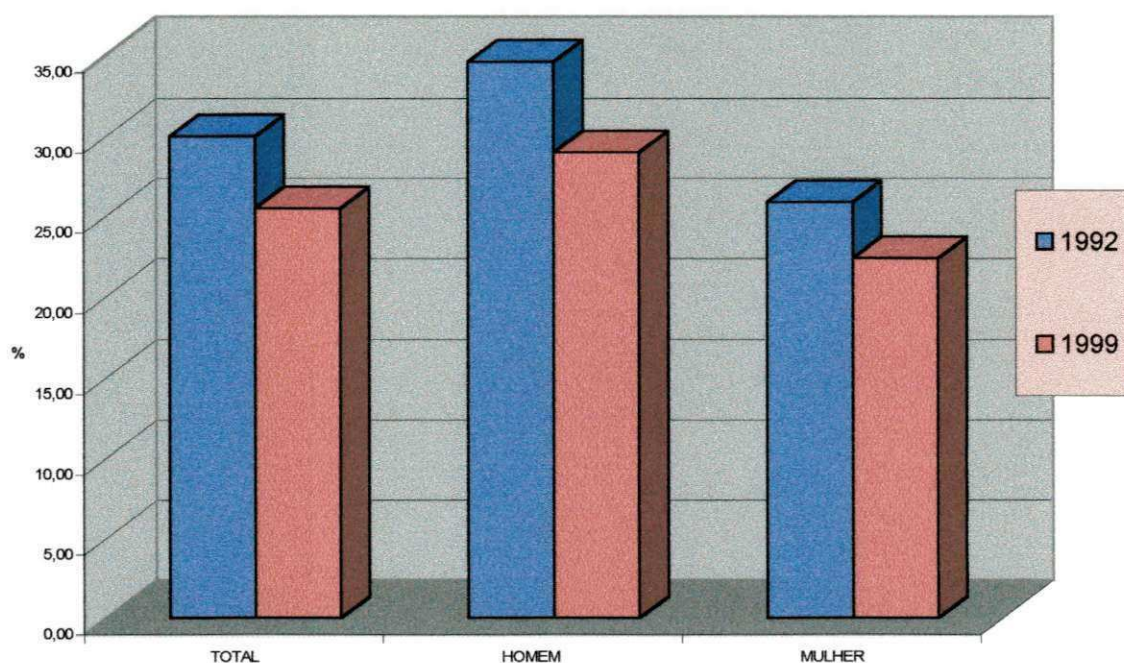
Assim como a produção, o rendimento também fica concentrado em alguns municípios/ algumas regiões do Rio Grande do Norte. A região formada por Natal e municípios circunvizinhos tem rendimento médio mensal de R\$ 716,00, o dobro do rendimento da segunda colocada, a mesorregião Oeste com R\$ 358,78, onde estão localizadas as indústrias do petróleo e do sal, bem como a fruticultura irrigada (IBGE apud TRIBUNA DO NORTE, p. 5).

Essa realidade traz de volta um questionamento: o crescimento econômico vivido pela economia potiguar teve sua correspondência em benefícios para a população do estado? Em relação à melhoria dos rendimentos deixou muito a desejar, e quanto aos chamados indicadores sociais houve melhoras significativas?

Um fator que costuma ser utilizado para medir os indicadores sociais é o índice de escolaridade. Basta olhar os índices de analfabetismo (Gráfico VII) que

ainda persistem no Estado para comprovar quão reduzido foram os benefícios auferidos pela população durante a década de 90.

GRÁFICO VII – RIO GRANDE DO NORTE: POPULAÇÃO ANALFABETA DE 15 ANOS OU MAIS SEGUNDO O SEXO (ANOS SELECIONADOS).



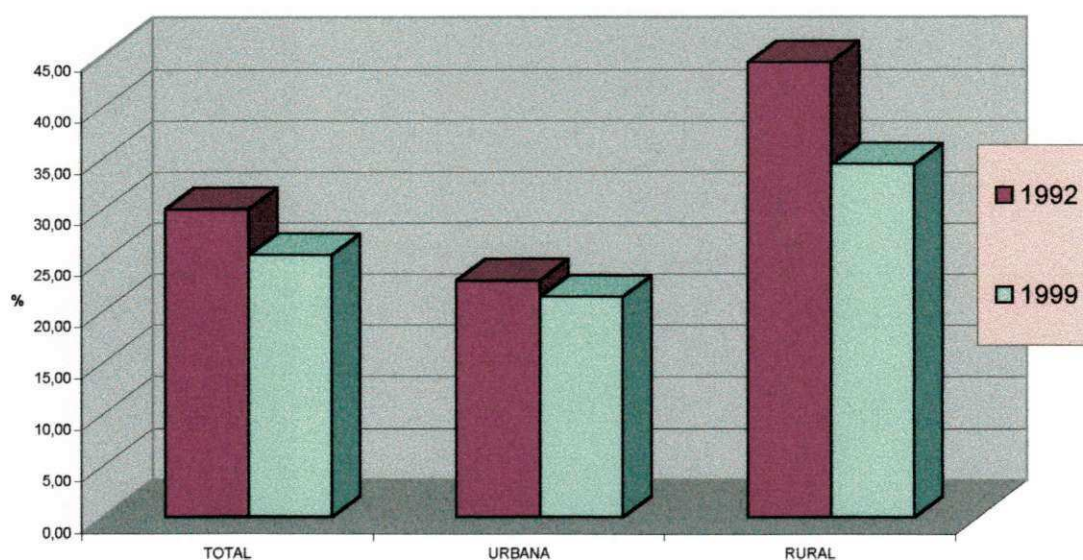
FONTE: IBGE, 2001.
Elaboração da Autora.

Embora a taxa de analfabetismo no estado tenha diminuído no período estudado, mais de $\frac{1}{4}$ da população com mais de 15 anos de idade continua analfabeta. Essa situação torna-se mais grave quando observamos os dados referentes à população masculina, segundo os quais quase $\frac{1}{3}$ dos homens potiguares nessa faixa etária continuam analfabetos.

Se ao invés de observamos o analfabetismo de acordo com o sexo, for levada em conta a situação de domicílio, constata-se que no início da década em estudo, quase metade da população rural era composta de analfabetos, situação

que melhora um pouco, mas não o suficiente haja vista terminar a década com mais de 1/3 de das pessoas que vivem na zona rural sem alfabetização, conforme os dados das PNADs compiladas no gráfico VIII.

GRÁFICO VIII – RIO GRANDE DO NORTE: POPULAÇÃO ANALFABETA DE 15 ANOS OU MAIS SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO (ANOS SELECIONADOS).



FONTE: IBGE, 2001.
Elaboração da Autora.

É importante ressaltar que o IBGE considera alfabetizadas aquelas pessoas que sabem ler e escrever um bilhete simples. Deixando fora das estatísticas os chamados analfabetos funcionais, aquelas pessoas que apenas assinam seus nomes e não conseguem se comunicar com a comunidade em que vivem através da linguagem escrita (Cf. IDEMA, 2001).

O critério utilizado para identificar esses semi-analfabetos é a permanência na escola, ou seja, considerar alfabetizados apenas quem tem acima de quatro anos de escolaridade. Utilizando esse parâmetro, o número de analfabetos no Rio Grande do Norte, em 1999, chega a 53% (Cf. TRIBUNA DO NORTE, 2002, p. 9).

Outro fator levado em conta quando se estuda as condições de vida de uma determinada população, é a taxa de mortalidade infantil. Esta, apesar de ter diminuído no período estudado, ainda é muito alta, inclusive quando comparada com a média do País, como pode ser visualizada na tabela abaixo.

**TABELA 10 – BR, NE E RN: TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL 1992 E 1999
(MIL NASCIDOS VIVOS).**

ANOS	BRASIL	NORDESTE	RIO G DO NORTE
1992	43,0	68,4	67,3
1999	34,6	53,0	48,7

FONTE: IBGE, 2001.

Em suma: apesar da melhora em alguns indicadores sociais, o Rio Grande do Norte continua convivendo com índices sociais inferiores à média do Brasil.

Essa constatação corrobora a idéia de que crescimento econômico não tem uma relação direta com a melhoria dos rendimentos da população e, conseqüentemente, não atinge de forma satisfatória a maior parte da sociedade.

CONCLUSÃO

Este trabalho procurou mostrar a evolução da distribuição da renda no Rio Grande do Norte nos anos 90, fazendo, na medida do possível, uma comparação com o crescimento da economia do Estado na referida década. Buscou-se no primeiro capítulo o embasamento teórico-histórico para a discussão da relação entre a produção e a distribuição da riqueza, dando ênfase à discussão que ocorreu no Brasil a partir dos anos 70. A relação entre crescimento econômico e distribuição de renda no país foi bastante divergente, inclusive os anos de maiores de crescimento do PIB mostraram-se como os de renda mais concentrada. Entretanto nos anos 80 e 90 de economia quase estagnada a distribuição da renda piorou ainda mais.

No segundo capítulo fez-se uma retrospectiva da formação sócio-econômica da Região Nordeste e do Rio Grande do Norte, enfatizando as transformações que ocorreram após a implantação da SUDENE, e os respectivos benefícios para a população da Região como um todo e do RN em particular. Onde verificou-se que apesar dos altos índices de crescimento vividos pela região e pelo Estado, os benefícios para a população ficaram aquém do esperado.

A análise dos dados referente ao comportamento da economia potiguar nos anos 90 revela um crescimento significativo da produção, além de mudanças na estrutura produtiva do Estado, com uma queda brusca da participação da produção agrícola na composição do produto interno.

Destarte, esse crescimento foi concentrador e excludente. As atividades que despontaram nessa última década concentraram-se na grande Natal (turismo

e indústria têxtil) e na região de Mossoró (Petróleo e Fruticultura). Enquanto isso, as outras microrregiões do Estado ainda não encontraram alternativas de crescimento em substituição a agropecuária tradicional que se encontra em crise desde a decadência do binômio algodão-gado que se acentua nas décadas de 70 e 80.

A análise dos dados referentes a rendimentos mostra que durante o período em estudo houve ampla redução da quantidade de pessoas nas duas classes de rendimento inferiores. Entretanto, essa melhora dos rendimentos não aconteceu de forma constante durante a década. Dividindo o período em dois sub-períodos, constatou-se que entre 1992 e 1996 houve uma queda significativa do número de pessoas nas classes inferiores de rendimento (até $\frac{1}{2}$ e entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo), com o conseqüente aumento de percentual nas classes imediatamente superiores (de 1 a 2 e de 2 a 3 salários mínimos). Fenômeno inverso ocorreu a partir de 1996 quando voltou a crescer a quantidade de pessoas que recebia menos de 1 salário mínimo.

As inferências que podem ser derivadas dessas informações são cautelosas. Assistiu-se a uma redução significativa e até brusca do número de pessoas que recebiam menos de $\frac{1}{2}$ salário mínimo entre 1993 e 1995, conseqüência de algumas políticas econômicas derivadas do Plano Real. Em contrapartida o percentual dessa classe de rendimento volta a crescer e no fim da década está 8,2% maior que em 1995. Outro fenômeno interessante ocorre nas duas classes imediatamente superiores, cuja alteração na década em estudo é relativamente pequena.

Vale salientar que em 1999, o Rio Grande do Norte tem 31,12% da PEA recebendo menos de 1 salário mínimo e 17,90% sem rendimento. Isso significa

que quase metade da população trabalhadora não tem assegurado sequer o salário mínimo que é um direito absoluto e indiscutível.

Na busca de explicações para a persistência dessas disparidades, alguns fatores como gênero e grau de instrução foram observados mais atentamente.

Apesar do aumento da participação da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho, a mulher continua auferindo rendimentos menores que os homens. Em relação ao grau de instrução pode-se constatar que quase metade da PEA que concluiu o nível médio e/ou está cursando faculdade recebe menos de 2 salários mínimos. Os únicos que se destacam nas classes de rendimento superiores a 3 salários são os que têm acima de 15 anos de instrução. Levando-se em conta que apenas 5,36% da PEA havia concluído algum curso de graduação, pode-se afirmar que a falta de oportunidade do acesso ao ensino superior torna-se um entrave ao alcance de melhores rendimentos.

Tomando-se a renda per capita familiar como referência confirma-se a continuidade da má distribuição de renda no Estado. Os 40% mais pobres vivem com em média com menos de 1/3 do salário mínimo por mês, enquanto os 10% mais ricos recebem 7 salários e meio mensalmente. Ou seja, os 10% mais ricos recebem mensalmente 23,28 vezes mais que os 40% mais pobres.

Nesse contexto questiona-se: o crescimento econômico trouxe benefícios correspondentes para a população potiguar? Em termos de melhoria nos rendimentos pode-se comprovar que houve melhora sim para os mais abastados, para a população pobre a escassez de rendimentos continua.

Os índices de mortalidade infantil e de analfabetismo comprovam os reduzidos benefícios sociais a que a população teve usufruíu na década de 90.

Em suma, conclui-se que o crescimento econômico por si só não traz benefícios para a sociedade em geral. A forma como esse ocorre é o que determina qual será o grupo mais ou menos beneficiado. No Rio Grande do Norte constatou-se que o crescimento foi concentrador e excludente, tanto em termos espaciais e setoriais como em relação à classe trabalhadora, a qual continuou à margem das riquezas por ela criada.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, R. C. de; VILLELA, R. A situação social no Brasil: um balanço de duas décadas. In: VELLOSO, João P. dos R. (Org.) *A questão social no Brasil: fórum nacional*. São Paulo: Nobel, 1991. p. 23-104.

ALBUQUERQUE JR. D. M. de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife – PE: FJN, São Paulo: CORTEZ, 1999.

ARAÚJO, T. B. de. Industrialização do Nordeste: intenções e resultados. In: MARANHÃO, S. (Org.) *A questão Nordeste*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 71-82.

_____. Nordeste, Nordestes: que Nordeste. In: AFFONSO, R. de B. A.; SILVA, P. L. B. *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP – UNESP, 1995. p. 125-56.

_____. *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: REVAN, 2000.

BACHA, E. Hierarquia e remuneração gerencial. In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (Org.). *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978. p. 124-55.

BONELLI, R.; SEDLACEK, G. L. A evolução da distribuição de renda entre 1983 e 1988. In: CAMARGO, J. M.; GIAMGIAGI, F. (org.). *Distribuição de renda no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Paz e terra, 2000. p. 47-67.

BELLUZZO, L. G. de M. Distribuição de renda: uma visão da controvérsia. In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (org.). *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978. p. 15-35.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

BRUM, A. J. *Desenvolvimento econômico brasileiro*. 15. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.

CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 2. ed. São Paulo: T. A. QUEIROZ, 1983.

_____. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970, 1970-1995*. Campinas/SP: UNICAMP/IE, 1998.

_____. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: UNESP, 2000.

CARDOSO JR., J. C. *Estrutura setorial-ocupacional do emprego no Brasil e evolução do perfil distributivo nos anos 90*. Campinas/SP: IE/UNICAMP, set. 1999. 41 p. (Texto para discussão).

CLEMENTINO, M. do L. M. *Economia e urbanização: o Rio Grande do Norte dos anos 70*. Natal/RN: UFRN–CCHLA, 1995.

_____. *O maquinista de algodão e o capital comercial*. Natal/RN: Editora Universitária (UFRN), 1987.

COSTA, J. A. Exportando para o mundo. *RN ECONÔMICO* 360º. 02 de fev. de 2000. Ano 30, Nº 572, p. 8-12.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e propaganda. *Mulheres trabalhadoras: discriminação e desigualdade no mercado de trabalho*. São Paulo, 2002. Disponível em www.dieese.org.br. Acesso em 20/02/2002.

DINIZ, C. C. *A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas*. Rio de Janeiro: IPEA, jun. 1995. 39 p. (Texto para discussão).

FISHLOW, A. A distribuição de renda no Brasil. In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (Org.). *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978. p. 159-89.

FIERN – Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte. *Breve perfil da economia do Rio Grande do Norte*. Natal/RN, 2000. Disponível em www.fiern.org.br. Acesso em 22/05/2001.

FUNDAÇÃO Instituto de Desenvolvimento do RN. *O mapa da fome no Rio Grande do Norte*. Natal/ RN: IDEC, 1993.

_____. *Plano de desenvolvimento sustentável do Rio Grande do Norte*. Natal/RN: IDEC/SEPLAN, 1997.

_____. *Pobreza no Rio Grande do Norte: condicionantes socioeconômicos*. Natal/RN: IDEC, 1995. (Série 21 anos, Vol. 1)

_____. *Perfil socioeconômico do Rio Grande do Norte*. Natal: IDEMA, 2001.

_____. *Rio Grande do Norte: população total, urbana e grau de urbanização 2000*. Natal/RN, 2001. Disponível em www.idema.rn.gov.br. Acesso em 17/10/2001.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 25. Ed. São Paulo: Editora Nacional, 1995.

GUIMARÃES NETO, L. Desigualdades regionais e federalismo. In: AFFONSO, R. de B. A.; SILVA, P. L. B. *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP–UNESP, 1995. p. 13-59.

HOFFMANN, R. Tendências da distribuição da renda no Brasil e suas relações com o desenvolvimento econômico. In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (Org.). *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978. p. 105-23.

_____. *A distribuição da renda no Brasil no período 1993-99*. Campinas –SP: 2000. Disponível em: www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD: síntese de indicadores 1993*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em www.ibge.gov.br.

_____. *Síntese dos indicadores econômicos 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 19/12/2001.

KLEIBER, L. Ministro abre o cofre. *RN ECONÔMICO* 360º. 25 de fev. de 1998. Ano XXIX, Nº 485, p. 25-7.

LANGONI, C. G. *Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

LAVINÃS, L.; GARCIA, E. H.; AMARAL, M. R. *Desigualdades regionais e retomada do crescimento num quadro de integração econômica*. Rio de Janeiro: IPEA, mar. 1997. 29 p. (Texto para discussão)

LEAL, C. I. S.; WERLANG, S. R. da C. Educação e distribuição de renda. In: CAMARGO, J. M.; GIAMGIAGI, F. (org.). *Distribuição de renda no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Paz e terra, 2000. p. 83-96.

LIMA, A. Debatendo o turismo. *RN Econômico*. Natal-RN: ano 30 nº. 533, Mar/1999.

MALAN, P.; WELS, J. Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil. In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (Org.). *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978. p. 241-62.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1. 11. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987. Vol. I e II

_____. *O capital: crítica da economia política*. Livro 3. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. Vol. VI.

_____. *O capital: livro I capítulo VI (inédito)*. São Paulo: Editora Ciências Humanas Ltda., 1978.

MATTOSO, J. *O Brasil desempregado*. 2. Ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

MOREIRA, R. *O Nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

OLIVEIRA, F. de. *Elegia para uma re(li)gião*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

RAMOS, L. R. A.; REIS, J. G. A. Distribuição da renda: aspectos teóricos e o debate no Brasil. In: CAMARGO, J. M.; GIAMBIAGI, F.. (org.). *Distribuição de renda no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Paz e terra, 2000. p. 21-45.

REIS, J. G. A.; RODRIGUEZ, J. S.; BARROS, R. P. de. A desigualdade de renda no Brasil. In: VELLOSO, J. P. dos R. (Org.) *A questão social no Brasil: fórum nacional*. São Paulo: Nobel, 1991. p. 137-56.

ROCHA, S. *Desigualdade regional e pobreza no Brasil: a evolução – 1981/95*. Rio de Janeiro: IPEA, jun.1998, 21 p. (Texto para discussão)

_____. *Desigualdade de rendimentos no Brasil nas décadas de 80 e 90: evolução e principais determinantes*. Rio de Janeiro: IPEA, jun. 2001, 17 p. (Texto para discussão)

RODRIGUES NETO, J. *O estado-produtor de petróleo e as transformações na economia do Rio Grande do Norte, nos anos 80*. Dissertação de Mestrado - Campina Grande: UFPB, 1994 (Mimeo)

ROMÃO, M. C. (coo.) *Produção, emprego e distribuição de renda no Rio Grande do Norte*. Recife/PE: Editora Universitária da UFPE, 1990.

SABOIA, J. Política salarial e distribuição de renda: 25 anos de desencontros. In: CAMARGO, J. M.; GIAMBIAGI, F. (org.). *Distribuição de renda no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Paz e terra, 2000. p. 165-86.

SILVA, A. G. da. Trabalho e tecnologia na produção de frutas irrigadas no Rio grande do Norte – Brasil. In: CAVALCANTI, J. S. B. (org.) *Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*. Recife/PE: Editora Universitária da UFPE, 1999. p. 307-39.

SILVA, M. G. *Distribuição de renda no Nordeste: um estudo da indústria de transformação (1959/1980)*. Natal/RN: EDUFRN, 1999.

SILVA, S. No Estado, 25% das mulheres chefiam lares. *Diário de Natal*. Natal-RN, 04 de março de 2002. Disponível, em: www.diariodenatal.com.br. Acesso em 04/03/2002.

SINGER, P. Desenvolvimento e repartição da renda no Brasil. In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (Org.). *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978. p. 73-104.

_____. *Repartição da renda: pobres e ricos sob o regime militar*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1986.

SANDRONI, P. (Org.) *Novo dicionário de economia*. 7. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1994.

SUDENE – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste. *Boletim Conjuntural* 1999. nº 6. Recife-PE: Ago. 1999.

_____. *Carta de conjuntura 1999: o comportamento da economia do Nordeste em 1998*. Disponível em: www.sudene.gov.br/estudoseconomicos. Acesso em 26/07/2000.

_____. *Carta de conjuntura 2000: o comportamento da economia do Nordeste em 1999*. Disponível em: www.sudene.gov.br/estudoseconomicos. Acesso em 01/04/2002.

SUPLICY, E. M. *Da distribuição da renda e dos direitos à cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

TAKEYA, D. M. *Um outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915)*. Dissertação de Mestrado - São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1983. (Mimeo).

TAVARES, M. da C. *Destruição não criadora: memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

TOLOSA, H. C. Pobreza no Brasil: uma avaliação dos anos 80. In: VELLOSO, J. P. dos R. (Org.) *A questão social no Brasil: fórum nacional*. São Paulo: Nobel, 1991. p. 105-36.

TRIBUNA DO NORTE. Rn cresce. Natal-RN: 24 de março de 2002.

VARELLA, C.; ALEXANDRE, M. Produtores de dólares. *RN ECONÔMICO 360º*. Natal –RN, 04 de Agosto de 1999. Ano 30, Nº 553, p. 20-27.

VELLOSO, J. P. dos R. (Org.) *A questão social no Brasil: fórum nacional*. São Paulo: Nobel, 1991.